

configurações

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ISSN 1646-5075 | E-ISSN 2182-7419

N.º 35 | JUNHO 2025

GÉNERO E
DESIGUALDADES:
DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS

Título: CONFIGURAÇÕES N.º 35 | Junho de 2025

Conselho Fundador: Manuel Carlos Silva (ICS-UM, Professor Catedrático Aposentado)

Conselho Editorial:

Diretora | Ana Maria Brandão (ICS-UM)

Diretor-adjunto | Fernando Bessa Ribeiro (ICS-UM)

Flávio Miranda (FLUP)

Pedro Cunha (FCHS-UEP)

Cristina Clara Ribeiro Parente (FLUP)

Conselho Consultivo e Científico: Alípio Sousa Filho (IH-UFRN); António Lucas Marín (CCI-UCM); Ana Maria Nogales Vasconcelos (ICE-UnB); Ana Nunes de Almeida (ICS-UL); Ana Paula Marques (ICS-UM); Ana Veloso (EPsi-UM); Anne E. C. McCants (MIT); António Colomer (ETSIT-UPV); Beatriz Casais (EEG-UM); Daniel Bertaux (CNRS Paris); Elísio Estanque (FEUC); Eugénia Rodrigues (SSPS-Ed); Fátima Alves (DCSG-UAb); Francisco Aguiar (FETS-UVigo); François Dubet (UBordeaux, Professor Emérito de Sociologia); Gina Gaio Santos (EEG-UM); Ivonaldo Neres Leite (CE-UFPB); Jari Eloranta (FSS-UHel); João Filipe Marques (FE-UAlg); João Teixeira Lopes (FLUP); José Bragança de Miranda (ULusófona - Lisboa); José Manuel Sobral (ICS-UL); Loïc Wacquant (UC Berkeley); Luís Baptista (NOVA FCSH); Manuela Ivone Paredes Pereira da Cunha (ICS-UM); Paulo de Carvalho (FLCS-UAn); Pedro Novo Melo (ESG-IPCA); Ramón Máiz Suárez (FCPS-USC); Renato Lessa (UFF, Professor Catedrático Aposentado); Richard Cleminson (Spanish, Portuguese and Latin American Studies Department, University of Leeds); Rodrigo da Costa Dominguez (ICS-UM); Sílvia Andreia da Mota Gomes (Department of Sociology, University of Warwick); Vera Mónica da Silva Duarte (UMaia).

Assistente Editorial: Rafaela Ribeiro (cics@ics.uminho.pt | configuracoes_cics@ics.uminho.pt)

Coordenação deste número: Dalila Cerejo, Ana Paula Gil e Nuno Dias (CICS.NOVA e NOVA FCSH)

Revisão linguística deste número: Margarida Baldaia e Inovtrad - Tradução, Formação e Serviços, Lda

Propriedade, redação e administração: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho), 4710-057 Braga, Portugal. Telef.: 253 601 752. Fax: 253 604 696. Sítio: <https://www.cics.nova.fcsch.unl.pt/polos/cics-nova-uminho> e <http://cics.uminho.pt/?lang=pt>

Normas para apresentação de artigos: Os textos originais propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas no sítio da Configurações: Revista de Ciências Sociais (<https://revistas.uminho.pt/index.php/configuracoes/index> | <https://journals.openedition.org/configuracoes/>)

Avaliação de artigos: Os artigos propostos são submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas, em regime de duplo anonimato. A listagem de avaliadores é publicada cumulativamente a cada dois anos. A decisão final relativamente à publicação dos artigos candidatados cabe à equipa coordenadora de cada número e, em última instância, ao Conselho de Redação da revista. Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês

Apoios: Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UID/04647» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa | This publication is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P., within the scope of the project «UID/04647» of CICS.NOVA – Interdisciplinary Centre of Social Sciences of Universidade Nova de Lisboa

Edição: *Configurações: Revista de Ciências Sociais* é editada semestralmente (2 números/ano) pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho)

Capa: Furtacores design | **Fotografia da capa:** Abigail Ascenso

ISSN: 1646-5075 | **e-ISSN:** 2182-7419

Depósito legal N.º: 246289/06

ÍNDICE

Nota Editorial: “Género e Desigualdades: Desafios Contemporâneos” 7

Dalila Cerejo | Ana Paula Gil | Nuno Ferreira Dias

#EuVivo – (des)Ordem em torno do conceito de violência obstétrica e da sua criminalização em Portugal 13

Laura Brito

Silêncios desvelados: experiências de revelação de vitimização sexual de homens durante a infância e/ou adolescência 33

Joana T. F. da Silva | Ana Maria Brandão | Jean Von Hohendorff

Laying out a script for students’ emotions through gender and emotion socialisation 61

Rebecca Judeh | Dalila Cerejo

The persistence of gender inequalities in the distribution of unpaid work: an explanatory contribution 83

Miguel Chaves | Ana L. Teixeira | María D. Martín-Lagos | Marta Donat

VÁRIA | JUNHO 2025

A invenção do luto saudável: repercussões para a experiência de pais e mães enlutados 107

Luís Henrique Fuck Michel

Ecologizar o urbanismo: um diálogo oportuno entre Bruno Latour e Jean Rémy 129

Domingos Vaz

Pachukanis e a crítica marxista ao Direito: Teoria geral do Direito e marxismo cem anos depois 151

Vitor Bartoletti Sartori

NOTA EDITORIAL: “GÉNERO E DESIGUALDADES: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS”

DALILA CEREJO*

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

ANA PAULA GIL**

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

NUNO FERREIRA DIAS***

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

Durante as últimas três décadas os estudos de género afirmaram-se como área premente e incontornável da produção científica e académica. Nesse trilho, temos analisado a ubiquidade e transversalidade do género como construção sociocultural em todas as formas de organização humanas, passadas e presentes. Os processos sociais, inter-relacionais e interacionais, coletivos são *genderizados*, assim como as estruturas e instituições sociais. O género molda, e é moldado, em todos os espaços da vida social. Numa contemporaneidade marcada por sucessivas crises sociais, incerteza, conflitos e crescentes polarizações, o género não é uma variável menor no espaço conjunto impactado pelas dinâmicas de tensão social que vivemos. Há muito que o género é conceptualizado como uma estrutura multidimensional de

* E-mail: dalilacerejo@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0118-1558>

** E-mail: anapgil@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6728-7689>

*** E-mail: dnmf@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2520-8994>

desigualdade (Connell, 1987; Lorber, 1994; Rubin, 1975). Hoje assistimos à (re)criação de novas (des)ordens de classificação do género (Connell, 2009): no debate político; nas migrações laborais, nacionais e globais; nas crises de populações refugiadas; nos efeitos das alterações climáticas; nos direitos humanos; na desigualdade económica; nas relações entre gerações; no espaço da família; na intimidade; no bem-estar; no envelhecimento; na violência, etc.

O desenvolvimento de consensos académicos e políticos sobre a persistência das desigualdades de género e o custo social de uma desigualdade estruturalmente sustentada ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida – *e.g.*, família, escola, trabalho, saúde, relações interpessoais, intimidade, etc. –, bem como a mobilização coletiva organizada em torno do combate a essas desigualdades estão na base de um conjunto de transformações no entendimento geral sobre os papéis de género e a sua passagem para o corpo jurídico. Essa mobilização e essa transferência têm temporalidades diferenciadas de acordo com os territórios que observamos. Não obstante, as dinâmicas de mudança permitiram uma alteração na estrutura de costumes e evidentes reconfigurações dos significados atribuídos aos papéis de género e à heteronormatividade. Essas reconfigurações estão na base da organização de múltiplas sociedades e da intervenção de entidades supranacionais na defesa dos direitos humanos, contribuindo para a promoção do reconhecimento da pluralidade das identidades e o desenvolvimento de políticas ativas de combate às desigualdades de género.

Nas últimas décadas, a temática ampla das questões relacionadas com o descerramento dos papéis de género tem estado no centro tanto dos debates académicos como de uma polarização sobre a qual se discutem modelos de sociedade e os ideais dominantes de feminilidade e masculinidade binários heteronormativos. A revalorização de papéis tradicionais de género tem ocupado o espaço central da agenda política de uma extrema-direita que se tem normalizado globalmente e que se materializou num agravamento das circunstâncias de violência misógina e patriarcal, tanto física como *online*. Recentemente, as Nações Unidas destacaram o aumento de episódios de violência contra as mulheres e uma maior presença de estereótipos negativos como consequência da multiplicação de discursos de ódio e autoritários facilitados na sua disseminação pelas novas tecnologias¹. O desenvolvimento e a adoção de reformas legais compreensivas são nomeados como imperativos para a mitigação da tendência dos últimos anos, que o inquérito

1 <https://press.un.org/en/2025/wom2246.doc.htm>

da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia identifica como sendo a prevalência da violência perpetrada com base no género na Europa a 27 (FRA, 2025).

É precisamente na articulação entre as múltiplas formas de desigualdade e a pluralidade de crises sociais que os papéis de género têm sido sujeitos a desafios permanentemente requerentes de análise e, em particular, carentes de dados mais amplos e exaustivos.

O número que apresentamos aborda um conjunto de temáticas que se intersectam na questão do género e apontam para a necessidade de múltiplas abordagens conceptuais e metodológicas: por um lado o exercício da violência cruzada com modelos relacionais assentes em conceções ortodoxas dos papéis de género que remetem para os efeitos de práticas culturais dominantes; por outro lado, a reprodução de estereótipos relacionados com modelos de socialização em diferentes contextos e instituições. A violência obstétrica e a vitimização sexual masculina tardia traduzem duas questões em que a normatividade dos papéis de género ainda impera e faz silenciar vítimas, quer no espaço privado, quer no espaço público, nomeadamente nos serviços de saúde. A reprodução dos estereótipos de género veiculados no espaço escola condiciona a apreensão, a gestão e a expressão das emoções, com impactos no desenvolvimento emocional das crianças; estes estereótipos perpetuam-se ainda no espaço doméstico, revelando a persistência de desigualdades de género, associadas ao trabalho doméstico, ainda dominante em Portugal e na Europa.

O artigo *#EuVivo – a emergência de um movimento contra a Violência Obstétrica em Portugal*, de Laura Brito, problematiza o processo de organização de um movimento de denúncia e combate à violência obstétrica. A autora traz para discussão a questão da criminalização da violência obstétrica como uma das reivindicações dos movimentos sociais pela humanização do parto. O artigo tem como objetivo analisar, quer a iniciativa legislativa, quer o processo de contestação feita pela Ordem dos Médicos face à primeira tentativa de criminalização do problema em Portugal, dos quais decorreu a criação do movimento #EuVivo, como forma de valorização dos movimentos sociais contra a violência obstétrica. O artigo baseia-se numa extensa revisão da literatura sobre violência obstétrica, nas áreas da sociologia da saúde e dos feminismos, e no trabalho de campo realizado no âmbito de uma tese de doutoramento, acompanhando os debates que aconteceram em novembro de 2021, tanto sobre o Projeto de Lei, como sobre o parecer e a criação do movimento #EuVivo. A revisão da literatura sobre a violência obstétrica, com

base nas perspetivas das mulheres e dos profissionais de saúde, contribui, assim, para um melhor entendimento conceptual deste fenómeno. A autora identifica diferentes formas de violência obstétrica, tais como a negligência, a agressão verbal, física e psicológica, e ainda atos violentos que fazem parte da violência institucional de género e sexual, mas também de raça e classe. A identificação do problema é, segundo a autora, o primeiro passo para o reconhecimento social e a intervenção pública.

Na senda da violência e da vitimização sexual, o artigo de Joana Ferraz da Silva, Ana Brandão e Jean Von Hohendorff, intitulado *Silêncios Desvelados: experiências de revelação de vitimização sexual de homens durante a infância e/ou adolescência*, tem como objetivo analisar o processo de revelação da vitimização sexual vivida por homens durante a infância e/ou adolescência. Através de uma metodologia qualitativa, baseada em treze entrevistas a homens, residentes em Portugal, com idades entre 25 e 63 anos, os resultados do estudo permitiram evidenciar o quanto a experiência vivida é adiada e silenciada, devido a processos de autoculpabilização e medo de revitimização e descredibilização. As vivências relacionais e um ambiente propício à discussão de questões relacionadas com a sexualidade emergem como facilitadores do processo de revelação e de ressignificação, a uma maior maturidade, apoio emocional e intimidade nas relações interpessoais. Os autores explicam o silenciamento pelo desalinhamento com a masculinidade normativa e a dificuldade de expressar sentimentos ligados a fraqueza e vulnerabilidade, barreiras socioculturais que limitam a comunicação da vitimização. O artigo contribui, assim, para a identificação dos facilitadores e inibidores da vitimização, temática que ganha centralidade quer no acompanhamento das vítimas, quer na prevenção de reincidências.

Situada na adolescência e a partir da lente da socialização do género e da emoção, o artigo de Rebeca Judeh e Dalila Cerejo *Laying out a script for students' emotions through gender and emotion socialization*, pretende questionar as identidades que se constroem no espaço escola, onde a maioria das crianças se confronta com múltiplas interações quotidianas. Com base na perspetiva teórica do trabalho de emoção (Hochschild, 1979, 2012) e da teoria da performatividade de género de Butler (2006), o artigo parte da hipótese de que a expressão e a gestão das emoções são aprendidas e adquiridas através da reprodução de estereótipos de género, expressos em regras de sentimento e manifestados no espaço escola. O carácter preliminar do estudo etnográfico realizado no ano letivo de 2023-2024 numa escola pública do 1.º ciclo do ensino básico de Lisboa, com uma turma do 2.º ano constituída por 22 alunos, envolveu técnicas de observação e permitiu

identificar regras de sentimento e estereótipos de gênero reproduzidos no seio da sala de aula, no material didático e no comportamento dos alunos. Os resultados do estudo evidenciam a forma como os estereótipos de gênero influenciam a forma como as crianças aprendem, compreendem e expressam as emoções (p. ex., tristeza, confiança, zanga, vergonha). Os autores concluem que a repressão e a não expressão das emoções podem ter efeitos nefastos no desenvolvimento emocional e na capacidade de empatia das crianças.

Enquadrado na temática das desigualdades de gênero, o artigo *The persistence of gender inequalities in the distribution of unpaid work: an explanatory contribution*, de Miguel Chaves, Ana Lúcia Teixeira, Maria Dolores Martin-Lagos e Marta Donat, parte da hipótese da persistência das desigualdades de gênero no trabalho doméstico, na população europeia jovem e qualificada, segmento da sociedade onde é expectável que os ideais da igualdade de gênero sejam dominantes. Os autores partem do Programa Internacional de Inquérito Social (ISSP) sobre as atitudes em relação à família e aos papéis de gênero e os resultados evidenciam desigualdades de gênero na população em geral, mas também em dois grandes segmentos sociodemográficos da população que estão particularmente à frente do modelo de paridade: a população jovem com menos de 35 anos. Apoiados nestes resultados, os autores chamam a atenção para o desfasamento entre a defesa de princípios igualitários e a sua aplicação prática. Esta dissociação resulta do risco de reprodução do modelo de ganha-pão masculino alicerçado na associação do homem ao trabalho profissional e da mulher ao cuidado e ao trabalho doméstico. Com base na literatura, os autores concluem que este modelo dominante resulta, por um lado, do modelo de socialização vigente que perpetua competências e saberes desiguais, características disposicionais favoráveis à assunção do trabalho doméstico e do cuidado (crianças, ascendentes) por parte da mulher. Por outro lado, mantém-se um “modelo de carreira androcêntrico” (Lewis, 2010), associado ao homem e ao trabalho profissional, explicativo do menor investimento, quer em termos de tempo e atenção, quer em termos de envolvimento cognitivo, da vida doméstica e da vida familiar.

A leitura global das propostas apresentadas neste número demonstra a relação persistente entre as dinâmicas presentes em espaços sociais diversos como a saúde, a educação, a família e a conceção de trabalho e não trabalho e a organização dos papéis de gênero. O modo como esta relação impacta as condições objetivas de vida continua a determinar e a circunscrever as hipóteses de ação das pessoas ao longo dos ciclos de vida em consequência

das categorias em que se inscrevem. Os cruzamentos identificados e a natureza múltipla dos dados qualitativos e quantitativos mobilizados confirmam a urgência de produção científica na área dos estudos de gênero. Esta necessidade agudiza-se num momento histórico em que a combinação de narrativas e políticas conservadoras ocupam um espaço cada vez maior tanto na (re)definição e (re)classificação das ideias de feminino e masculino como eixos tradicionalistas de organização social, como na negação do conhecimento baseado em evidência científica, e das ciências sociais, em particular, como espaço privilegiado de sustentação da ação política. Por isso, hoje mais do que nunca, é fundamental que a academia saiba trazer estes debates para o centro da esfera pública e da sociedade civil, como forma de resistência crítica e de construção coletiva de uma democracia mais inclusiva e informada. Este número da revista *Configurações* abraça esse desafio.

Bibliografia

- CONNELL, Raewyn – *Gender and Power: Society, the person and sexual politics*. Califórnia: Stanford University Press, 1987.
- CONNELL, Raewyn – *Gender in World Perspective*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- FRA, EIGE, EUROSTAT – *EU Gender-Based Violence Survey – Key results. Experiences of women in the EU-27*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2024.
- RUBIN, Gayle – The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex. In REITER, Rayna R. – *Toward an Anthropology of Women*. Nova Iorque e Londres: Monthly Review Press, 1975. pp. 157-210.
- LORBER, Judith – *Paradoxes of gender*. Connecticut: Yale University Press, 1994.

#EUVIVO – A EMERGÊNCIA DE UM MOVIMENTO CONTRA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM PORTUGAL

LAURA BRITO*

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

Resumo

A criminalização da violência obstétrica é uma das reivindicações dos movimentos sociais pela humanização do parto. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a existência de maus-tratos nos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, considerando-os um fenómeno global. Em Portugal, houve uma tentativa de avançar com a criminalização da violência obstétrica, algo que foi contestado pela Ordem dos Médicos (OM) e, nessa sequência, levou à criação de um movimento social pelo reconhecimento deste problema. Este artigo pretende analisar a resposta da OM à luz da literatura existente e relata a criação do movimento #EuVivo, como forma de valorização dos movimentos sociais contra a violência obstétrica.

Palavras-chave: violência obstétrica, movimentos sociais, medicalização, sociologia da saúde

Abstract

#EuVivo – (dis)Order around the concept of obstetric violence and its criminalisation in Portugal

The criminalisation of obstetric violence is one of the demands of social movements for the humanisation of childbirth. The WHO acknowledges the existence of mistreatment in sexual and reproductive health care, recognising it as a global phenomenon. In Portugal, there was an attempt to advance the criminalisation of obstetric violence, which was contested by the Order of Physicians and, in turn, led to the creation of a social movement for the recognition of obstetric violence. This article aims to analyse the response of the Order of Physicians in comparison with existing literature and reports on the creation of the #EuVivo movement as a way to value social movements against obstetric violence.

Keywords: obstetric violence, social movements, medicalisation, sociology of health

* E-mail: laura.elisabete91@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3511-4801>

Résumé

#EuVivo – (dés)Ordre autour du concept de la violence obstétricale et de sa criminalisation au Portugal

La criminalisation de la violence obstétricale est l'une des revendications des mouvements sociaux pour l'humanisation de l'accouchement. L'OMS reconnaît l'existence de mauvais traitements dans les soins de santé sexuelle et reproductive qu'elle considère comme un phénomène mondial. Au Portugal, il y a eu une tentative de faire avancer la criminalisation de la violence obstétricale, ce qui a été contesté par l'Ordre des Médecins et a conduit à la création d'un mouvement social pour la reconnaissance de la violence obstétricale. Cet article vise à analyser la réponse de l'Ordre des Médecins en comparaison avec la littérature existante et la création du mouvement #EuVivo, comme un moyen de valoriser les mouvements sociaux contre la violence obstétricale.

Mots-clés: violence obstétricale, mouvements sociaux, médicalisation, sociologie de la santé

Introdução¹

Em 2021, a deputada não inscrita Cristina Rodrigues² apresentou o Projeto de Lei n.º 912/XIV/2ª, que propunha a criminalização da violência obstétrica. Se, por um lado, o movimento pela humanização de parto celebrava este pequeno passo, por outro a comunidade dos profissionais de saúde mostrou-se dividida entre os que se mostraram bastante desagradados e os que se manifestaram publicamente contra situações de violência obstétrica que teriam presenciado durante a sua prática profissional. Relativamente a este Projeto de Lei, foram solicitados os pareceres de vários órgãos, nomeadamente do Conselho Superior da Magistratura (CSM), do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), da Ordem dos Advogados (OA), da Ordem dos Enfermeiros (OF) e da Ordem dos Médicos (OM). O parecer da OM, redigido pelo Colégio da Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, foi o que causou mais indignação nos movimentos sociais pela humanização do parto. O repúdio expresso pela OM espoletou a criação do movimento autodenominado #EuVivo. Este movimento uniu várias pessoas, de diversas idades, géneros e geografias, tendo recebido um vasto apoio de outros movimentos no estrangeiro, nomeadamente em Espanha e no Brasil (Martín, 2021; Silva, Gasperin e Pontes, 2019), que se dedicam à luta contra a violência obstétrica.

Embora esta questão seja recente no contexto português, não é um tema

1 Este artigo resulta da investigação financiada pela Fundação Portuguesa para a Ciência e a Tecnologia (FCT-MCTES) através da Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/144322/2019).

2 Cristina Rodrigues exerceu funções como deputada na Assembleia da República na XIV legislatura enquanto membro da bancada parlamentar do PAN, tendo deixado o partido em 2020 e permanecido como deputada não inscrita. Em 2024, foi eleita deputada pela bancada parlamentar do Chega.

novo e tem-se repetido em vários territórios onde o poder político, depois de muita pressão dos movimentos sociais feministas pela humanização do parto, decidiu apurar dados e responsabilidades sobre a violência obstétrica. Têm surgido diversas respostas, tanto por parte dos movimentos sociais como de cientistas sociais que investigam o tema. Estes investigadores têm recolhido e analisado múltiplos relatos de violência obstétrica – quer da perspetiva das mulheres, quer dos profissionais de saúde – com o objetivo de compreender melhor o fenómeno, encontrar uma definição mais precisa e melhorar a sua identificação, de modo a que possa ser prevenido.

Este artigo não pretende apresentar argumentos para a criminalização, ou não, da violência obstétrica enquanto violência contra a mulher. O objetivo é dar a ver como o parecer da OM repete outros discursos em desfavor da definição da violência obstétrica e entender de que forma ele levou à organização de um movimento social em torno da luta contra este tipo de violência e o modo como esta reação orgânica da sociedade civil demonstra a importância do conceito. Este artigo baseia-se numa revisão da literatura sobre violência obstétrica, nas áreas da sociologia da saúde e dos feminismos, e no trabalho de campo realizado no âmbito da minha tese de doutoramento, tendo acompanhado os debates que aconteceram em novembro de 2021, tanto sobre o Projeto de Lei, como sobre o parecer e a criação do movimento #EuVivo. A análise sustenta-se também nos documentos oficiais publicados pela Assembleia da República, nos materiais publicados pelo movimento social nas redes sociais digitais e nas minhas próprias notas de trabalho de campo. O texto encontra-se dividido em quatro partes, começando com uma revisão da literatura sobre o conceito de violência obstétrica, seguindo-se a apresentação da proposta feita para a criminalização da violência obstétrica em Portugal e a resposta da OM (apontando as semelhanças com a posição dos profissionais de saúde analisada por outros autores). De seguida, relato a forma como o movimento social #EuVivo se articulou espontaneamente para reivindicar o reconhecimento da violência obstétrica em Portugal, ação que teve como primeiro objetivo a organização de uma manifestação frente às sedes regionais da OM. O texto termina com uma discussão sobre a importância do reconhecimento do conceito para que se possa fazer o debate sobre a humanização do parto e caminhar para o fim das violências e negligências em contexto de cuidados de saúde sexual e reprodutiva.

1. Violência obstétrica – novo conceito para velhos problemas?

O conceito de violência obstétrica começa a circular a partir do fim do século

XX, com base nas reivindicações feitas pelos movimentos sociais feministas latino-americanos (Sadler *et al.*, 2016; Sena e Tesser, 2017). A definição mais corrente para violência obstétrica procede do enquadramento legal da Venezuela, um dos primeiros países a avançarem com a criminalização da violência obstétrica, enquanto violência contra a mulher:

[...] a apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres por profissionais de saúde, que se expressa num cuidado desumanizador, num abuso da medicalização e patologização dos processos naturais e que leva a uma perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre os seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.

(Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela, 2007)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) não utiliza o conceito de violência obstétrica nos seus documentos oficiais, embora reconheça a existência do fenómeno e cite, nos seus materiais, a legislação existente internacionalmente sobre o termo. Sobre as violências no parto, a OMS afirma que, “[n]o mundo inteiro, muitas mulheres experimentam abusos, desrespeitos, maus-tratos e negligência durante a assistência ao parto nas instituições de saúde” (WHO, 2014), considerando que se trata de um problema de saúde pública que importa resolver, com base em evidência científica e no respeito pela dignidade humana. Desde o início dos anos 2000, têm-se multiplicado os estudos sobre maus-tratos e negligências no parto, com várias abordagens e perspectivas. Desses estudos, conclui-se que a violência obstétrica acontece em qualquer geografia, independentemente do contexto sociopolítico ou da qualidade dos cuidados de saúde (Bohren *et al.*, 2015), sendo transversal aos relatos as relações desiguais de poder entre mulheres e profissionais de saúde, desigualdades que se acentuam quando acompanham as desigualdades de raça, género e classe (Assis, 2018; Curi, Ribeiro e Marra, 2020; Davis, 1983; Geronimus, 1996). Em 2018, a OMS publicou um documento com recomendações de cuidados para uma experiência positiva, com *guidelines* focadas na mulher e na otimização da experiência de parto e nascimento, com base numa abordagem holística a partir do respeito pelos direitos humanos (WHO, 2018).

A violência obstétrica é uma forma de violência institucional de género e sexual que pode acontecer a qualquer pessoa com útero, em contexto de cuidados de saúde sexual e reprodutiva (Shabot, 2016). As interações nos cuidados de saúde são muitas vezes marcadas por dinâmicas desiguais de poder, decorrentes do conhecimento e autoridade atribuídos aos profissionais de saúde, em detrimento do conhecimento e vontade da paciente, a qual

se encontra numa posição de vulnerabilidade (Goodyear-Smith e Buetow, 2001). O reconhecimento e a definição da violência obstétrica permitem estabelecer critérios operacionais que capacitam os intervenientes para identificar, quantificar e qualificar o que é entendido como violento, o que promove a alteração de padrões organizacionais nos sistemas de saúde, tendo em consideração a sua complexidade (Lévesque e Ferron-Parayre, 2021). Dos estudos realizados a nível mundial, entende-se que a violência obstétrica pode ser dividida em diversas categorias, mas, para efeitos deste artigo, focar-nos-emos nos seguintes tipos: física (bater, esbofetear, agredir, restringir os movimentos da mulher) e psicológica (acusações, ameaças, negação de tratamentos; injúrias; comentários inapropriados; coação; violação do consentimento ou da confidencialidade) (Bohren *et al.*, 2015). De momento, a violência obstétrica encontra-se tipificada como uma forma de violência contra a mulher na Venezuela, na Argentina e no México (Souza e Souza, 2021; Abreu *et al.*, 2021), onde é punida com penas pecuniárias (Venezuela), administrativas (Argentina) ou privativas de liberdade (México) (Souza e Souza, 2021; Abreu *et al.*, 2021). Nos restantes países do mundo, variadas associações feministas têm feito pressão sobre o poder político e legislador para a criminalização desta prática, muito embora ainda se debata se este é realmente o caminho correto³. A criminalização da violência obstétrica tem entrado e saído do debate sobre a humanização do parto que chegou ao território português nos últimos dois anos.

2. Criminalização da violência obstétrica em Portugal – propostas e respostas

O Projeto de Lei n.º 912/XIV/2ª assume que, apesar dos grandes e reconhecíveis avanços na prestação de cuidados de saúde de ginecologia e obstetrícia consagrados pela Lei n.º15/2014, de 21 de março, têm sido “tornadas públicas situações que revelam a sua violação em instituições de saúde” (Rodrigues, 2021, p. 2) e registadas denúncias por parte de mulheres em relação a experiências negativas e/ou traumáticas vividas durante a gravidez, trabalho de parto, parto ou puerpério. A proposta fundamenta-se em informação publicada pela OMS e nos dados produzidos pela Associação

3 Em vez da criminalização, os movimentos propõem a formação e capacitação dos profissionais de saúde no sentido de estes compreenderem o fenómeno e atuarem no respeito pelo consentimento informado e autonomia da mulher. Refere-se também a promoção de programas que informem as mulheres sobre os seus direitos e as múltiplas opções de parto. Outra proposta passa pela criação de políticas públicas que melhorem as condições dos serviços de saúde e reduzam a carga laboral dos profissionais, o que terá um impacto significativo na prevenção de práticas violentas.

Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (APDGMP), que eram, à data, os únicos resultados quantitativos⁴ que demonstravam, numa maior escala, as experiências de gravidez e parto das mulheres em Portugal (APDMGP, 2020). O texto do projeto de lei define violência obstétrica como:

Qualquer conduta direcionada à mulher durante o trabalho de parto, parto ou puerpério, que lhe cause dor, dano ou sofrimento desnecessário, praticada sem o seu consentimento ou em desrespeito pela sua autonomia ou preferências, constituindo assim uma clara limitação do poder de escolha e de decisão da mulher. (Rodrigues, 2021, p. 4)

Esta proposta de definição afasta-se em três pontos da existente na lei argentina e que tem servido de base para muitos movimentos sociais: 1) não refere a ideia da apropriação do corpo; 2) não tem em conta o excesso de medicalização como parte dessa violência; 3) foca-se essencialmente em consentimento e práticas. Com base nos estudos realizados em Portugal, mas também noutros contextos, focar apenas o consentimento pode tornar o processo de denúncia mais complexo (Sadler *et al.*, 2016). Não só o consentimento pode ser obtido sob coação ou sem informação, como os profissionais de saúde tendem a proteger-se das denúncias afirmando que agiram em conformidade com as melhores práticas e para obter os melhores resultados possíveis (Briceño Morales *et al.*, 2018; Lappeman e Swartz, 2021; Sadler *et al.*, 2016; Sesia, 2020), evitando assim a acusação de excesso de intervenções. A medicalização da saúde sexual reprodutiva, com intervenções excessivas, mas também o seu contrário, com a negligência das queixas – como é comum acontecer com mulheres racializadas (Barata, 2022; Leal *et al.*, 2017; Scott e Davis, 2021) –, fazem do que se considera ser a violência obstétrica. A dificuldade da criminalização deste tipo de violência passa precisamente por esta constituir um fenómeno muito complexo e difuso que não termina com o consentimento expresso por parte da mulher.

Face ao exposto, durante o mês de julho de 2021, a Assembleia da República solicitou pareceres às entidades competentes, que foram publicados durante o mês de outubro. Destes pareceres, focar-me-ei em particular no da OM, por ter sido aquele que espoletou a maior indignação

4 A partir de 2022, foram publicados artigos resultantes do Inquérito ImaGine Euro, com dados quantitativos que podem ser consultados em: Costa, Raquel *et al.* 2022. Regional differences in the quality of maternal and neonatal care during the COVID-19 pandemic in Portugal: Results from the IMAGINE EURO study. Disponível em: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ijgo.14507>; e em Lazzerini, Marzia *et al.* 2022. Quality of facility-based maternal and newborn care around the time of childbirth during the COVID-19 pandemic: Online survey investigating maternal perspectives in 12 countries of the WHO European Region. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lanepe.2021.100268>.

por parte da sociedade civil⁵. A OM apresentou uma postura bastante defensiva face à iniciativa legislativa logo no início do texto:

O termo violência obstétrica é inapropriado em países onde se prestam cuidados de saúde materno-infantil de excelência, como é o caso de Portugal [...] lança alarme, medo e desconfiança sobre as grávidas e as suas famílias e põe em causa os profissionais de saúde que se esforçam por lhes prestar os melhores cuidados possíveis, segundo a melhor e mais atual evidência científica. (Ordem dos Médicos, 2022, p. 1)

É certo que os cuidados de saúde materna em Portugal melhoraram consideravelmente desde 1974, tanto nos serviços prestados como nos direitos garantidos à mulher grávida e à família. Em 1970, a taxa de mortalidade materna era de 73,4‰ e em 2019, de 10,4‰⁶ (PORDATA, 2023). Já a taxa de mortalidade perinatal era de 38,9‰, em 1970, e de 3,3‰ em 2019, enquanto a taxa de mortalidade neonatal era de 25,4‰, em 1970, e de 1,7‰ em 2019 (PORDATA, 2023). Ao mesmo tempo, com a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e a descentralização dos serviços, tornando-os mais acessíveis, aumentou também o número de partos em estabelecimentos de saúde. A Lei n.º 110/2019, de 9 de setembro, veio garantir vários direitos à mulher e à família nos serviços de cuidados de saúde portugueses, nomeadamente: direito a ter um acompanhante presente durante as várias consultas e momentos da gravidez, parto e pós-parto; a ter acesso a informação e ao consentimento; e a ter acesso a cuidados de saúde de qualidade e em conformidade com as condições socioeconómicas da mulher. Todos estes avanços são importantes; porém, com a evolução e democratização generalizada do acesso a cuidados de saúde de qualidade, o foco da avaliação desses cuidados deve estar no processo na sua globalidade e não apenas na ausência de morte (Perrotte, Chaudhary e Goodman, 2020), pois essa avaliação depende de outros fatores além da qualidade técnica dos profissionais de saúde. Como explicam Rafael Molina Vélchez e José Garcia Ildefonso (2002), a mortalidade materna tornou-se um acontecimento, felizmente, raro, mas ela não diz nada sobre o que acontece dentro dos serviços de saúde. Não morrer não basta, e sobreviver ao parto não deve ser um fator quali-quantitativo de avaliação isolado. É importante que a avaliação dos cuidados de saúde se debruce sobre outros fatores de morbilidade materna: a postura litotómica, a restrição de movimentos, os

5 Os restantes pareceres do CSM, OA, OE e CSMP podem ser lidos no respetivo website da Assembleia da República: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=45204>.

6 Em maio de 2022, a Direção-Geral da Saúde (DGS) começou a investigar o aumento da taxa de mortalidade materna, uma vez que esta passou de 2,5‰ em 2000 para 7,9‰ em 2020.

toques vaginais sucessivos, o esgotamento mental e a solidão no pós-parto (Cuevas, 2009). Estes e outros fatores, sobretudo quando acontecem na base da coação, constituem violência obstétrica, mas fazem parte da rotina de alguns serviços de saúde.

O parecer da OM afirma que “não se dá como provada nenhuma situação de violência obstétrica em Portugal” (Ordem dos Médicos, 2022, p. 1). Tendo em consideração que, no enquadramento legal português, as denúncias de violência obstétrica recaem nas negligências médicas, estas raramente têm consequências (Simões, 2016). À semelhança do que acontece com outras formas de violência de género, na violência obstétrica, para que exista uma responsabilização, é necessária a creditação do relato da vítima perante as instituições e o apoio da sociedade (Imbusch, 2003; Zucal e Noel, 2010). Cabe às vítimas provar as violências que ocorrem em situações de vulnerabilidade, de tensão; contudo, nem sempre as mulheres estão em posição de recolher provas ou têm alguém que possa testemunhar a seu favor. A afirmação da OM reforça as estruturas desiguais de poder que sustentam o patriarcado; as mulheres têm menos possibilidade de agir contra atos de violência obstétrica porque estes não são percebidos como reais e decorrentes da violência estrutural que existe também dentro dos sistemas de saúde.

Em relação aos dados apresentados pela APDMGP, a OM considera que não demonstram situações de violência obstétrica, mas que se focam em “opiniões sobre a satisfação de expectativas de participação pessoal, conforto, relações com os profissionais e partilha social, tudo causas relevantes [...], mas de patamar diferente do da violência obstétrica” (Ordem dos Médicos, 2022, p. 1). A participação pessoal, o conforto, o acolhimento dos profissionais de saúde e a partilha social são elementos que não só são causas relevantes, como contribuem para uma experiência positiva de parto, que, quando atacados, constituem violência obstétrica. Como determinado pelas pesquisas quantitativas e qualitativas sobre o tema, os maus-tratos no parto não estão relacionados exclusivamente com a negligência, com maus-tratos físicos ou, sequer, com as taxas de mortalidade materna e neonatal. A negação e a dificuldade em prestar cuidados empáticos, humanos, sensíveis, tornam as experiências de parto traumáticas, pelo que podemos concluir que a insatisfação relatada pelas mulheres que responderam ao estudo da APDMGP está no mesmo patamar que a violência obstétrica, uma vez que este é um fenómeno que é multifatorial e se expressa de variadas formas. Sobre as práticas referidas no Projeto de Lei, a OM afirma:

[...] é muito perigosa a ideia [...] de que é má prática a indução do trabalho de

parto, a episiotomia, o parto instrumentado com ventosa ou fórceps, a analgesia epidural, a cesariana, entre outras intervenções, tais como a realização de manobras de manipulação abdominal [...], ainda que realizadas com a devida indicação e competência. Os procedimentos referidos constituem boas práticas, que permitem reduzir morbilidade e mortalidade materna e fetal, e só não o são quando realizados sem justificação ou consentimento. Importa sublinhar que tanto é má prática realizar um ato médico desnecessário como não o realizar quando é necessário. (Ordem dos Médicos, 2022, p. 2)

Contudo, a OMS, que analisa, trata e emite recomendações com base nas mais recentes evidências científicas, não considera estas práticas – indução, episiotomia, uso de fórceps ou ventosa, manipulação abdominal (mais conhecida como Manobra de Kristeller) – como boas práticas e defende que estas devem ser evitadas tanto quanto possível (WHO, 2018, 2019). Em relação à epidural, a OMS defende a sua utilização mediante o pedido da parturiente, mas também incentiva a utilização de outros métodos de analgesia: banhos, massagens, entre outros (WHO, 2018). Sobre a cesariana, a OMS não é contra, uma vez que é uma cirurgia que permite salvar vidas, mas ressalva que, mesmo após a cesariana, a parturiente tem direito a fazer pele a pele com o bebé, a amamentar e a não ser separada do bebé, a menos que haja condições de saúde adversas que não o permitam (*ibid.*).

A OM defende ainda que o Projeto de Lei transmite uma ideia perigosa, ao afirmar que “o parto e o puerpério são processos fisiológicos em que raramente se justificam intervenções médicas, quando na verdade representam um período muito perigoso para a mulher e o seu filho” (Ordem dos Médicos, 2022, p. 2). À semelhança de outros contextos, a OM apresenta uma das principais críticas feitas ao parto biomedicalizado: a sua excessiva patologização. A grande maioria das situações que vêm a ser identificadas como violência obstétrica ocorre pelo excesso de intervenção biomédica ou pela prematuridade dessas intervenções, que levam ao desenvolvimento de uma cascata de intervenções que poderiam ter sido evitadas, caso se tivesse acompanhado o ritmo fisiológico do parto (Shabot, 2021). Os profissionais de saúde, enquanto intervenientes capacitados para resolver situações problemáticas, são treinados para encontrar as patologias e não para lidar com o parto como um processo normal e fisiológico. Inclusive, os movimentos

pela humanização do parto também defendem que os profissionais de saúde têm o direito a obter uma formação que lhes permita respeitar a fisiologia do parto e a adquirir as capacidades necessárias para acompanharem este processo tão complexo e rico, sem terem de intervir a cada segundo (Quattrocchi, 2021).

O parecer da OM vai ao encontro do que tem sido expresso por profissionais de saúde em várias partes do mundo, em relação ao conceito e denúncias de violência obstétrica. Maristela Muller Sens (2017) relata que, durante a sua investigação, os profissionais de mostraram desagrado relativamente ao conceito de violência obstétrica, uma vez que o termo seria uma forma de sobrerresponsabilizar os obstetras, com a contribuição da comunicação social para a polarização do tema. Todavia, a violência obstétrica não diz apenas respeito aos obstetras, e isto demonstra a dificuldade em entender o fenómeno como algo que é da ordem do estrutural e não necessariamente do individual ou contra uma categoria profissional específica. No mesmo estudo, os profissionais de saúde indicaram como fator mais relevante para a ocorrência de violência obstétrica: a dimensão individual, a prática desatualizada e não baseada em evidência, a negligência e as condutas influenciadas pela crescente judicialização da medicina (Sens, 2017). Referiram também as condições estruturais das instituições, a falta de vagas, de analgesias, de privacidade, o ambiente e as próprias rotinas das instituições. No seu discurso, a autonomia feminina surgia como um direito ético inquestionável, mas que tinha um limite estabelecido pelo profissional, tornando a relação assimétrica no caso de divergências de opinião (Sens, 2017). Ou seja, conseguir o consentimento da mulher seria apenas uma forma de os profissionais de saúde agirem como melhor entendessem sobre ações decididas em conjunto, não sendo portanto um consentimento informado (Bohren *et al.*, 2015). A própria forma como as instituições são geridas reforça a desigualdade na relação de poder, uma vez que as exigências feitas aos profissionais de saúde – sem condições estruturais para as cumprir – os pode forçar a desconsiderar alguns aspetos éticos do cuidado.

A OM posiciona-se como “vítima das vítimas”, pelas ameaças e desrespeito por parte da/o paciente, divergências em relação à conduta

e possibilidade de judicialização (Sens, 2017). Este posicionamento de defesa tem tornado difícil o diálogo entre quem luta pelo fim da violência obstétrica e os agentes dos sistemas de saúde. O debate passa a ser uma luta de uns contra os outros e não uma colaboração, como se fosse impossível a conjunção das duas vertentes. Uma conclusão transversal a todos os estudos realizados com profissionais de saúde é a necessidade de aumentar a investigação sobre violência obstétrica para definir o conceito de forma mais concreta, de modo a poder guiar a formação dos profissionais de saúde (Bohren *et al.*, 2015; Sens, 2017).

O termo *violência obstétrica* é considerado forte e tem causado indignação na classe profissional de obstetras, por considerarem que a expressão cria hostilidade contra a classe médica. Contudo, parece haver uma confusão entre o exercício de autoridade e um contexto difícil de trabalho – a dificuldade em ter um anestesiista disponível pode levar o médico ou o enfermeiro a desconsiderar a dor da mulher e a não propor outras formas de alívio da dor que não dependam de anestesiista por considerarem que, de qualquer forma, a dor é inevitável (Sens, 2017). A conformidade face à negligência e o silenciamento de situações de desrespeito podem ser entendidos como uma violência simbólica, um abuso de poder baseado num consentimento que muitas vezes se estabelece e impõe através do uso da autoridade verbal, discriminação e práticas coercivas que são utilizadas pelas instituições e profissionais de saúde como estratégias de poder (Sens, 2017). Dizer e calar andam juntos, sendo o silêncio tão significativo como a expressividade das palavras. Quem se cala diante da violência de um parto somente sustenta um discurso que gera mais violência (Sens, 2017).

3. #EuVivo – movimento de resposta

Depois de conhecido o parecer da Ordem dos Médicos, rapidamente circularam pelas redes sociais digitais publicações de revolta contra o documento. Não só a Ordem negava a existência de práticas violentas, como invisibilizava a experiência traumática de centenas de mulheres pelo país. O movimento “#EuVivo” fez a sua primeira aparição *online* no dia 22 de outubro, pedindo às suas seguidoras que publicassem ou enviassem uma foto com o *hashtag* #EuVivo; pedia também testemunhos por parte de profissionais de

saúde e apelava ao apoio de voluntários num movimento que designavam como espontâneo. Este foi o pontapé de saída para duas semanas intensas de apelos nas redes sociais digitais.

No seu *website*⁷, o movimento afirma que, a avaliar pelo exposto pela OM, “aparentemente, estamos num país do 3º mundo relativamente a esta temática [violência obstétrica] e não nos calamos mais”. E acrescenta:

É urgente educar e sensibilizar, mas a teimosia em ignorar o problema, torna-o invisível. Pela inação e até normalização da violência obstétrica (na gravidez, parto e pós-parto) a criminalização é definitivamente um caminho a seguir, para que nem mais uma mulher/família passe por isto.

No seu apelo, o movimento consegue captar a atenção da sociedade civil, dando exemplos de violência obstétrica. É uma forma de conseguir chegar a mais mulheres, uma vez que incorpora várias experiências.

O objetivo da manifestação, segundo o próprio movimento, era tornar visíveis as situações de violência vividas. Assim, o movimento instou todas as pessoas que tivessem sido vítimas de violência obstétrica a testemunharem, via correio eletrónico ou através das redes sociais, contando a sua experiência. Em cerca de duas semanas, período de tempo entre a publicação do parecer da OM e o dia da manifestação, foram recolhidos cerca de 200 testemunhos, além dos que chegaram pelas redes sociais e que não foi possível contabilizar e os que chegaram depois disso. No dia 6 de novembro, organizaram-se manifestações em quatro locais, Lisboa, Porto, Coimbra e Funchal, juntando, ao todo, cerca de 300 pessoas. Foram produzidos vários cartazes pelas mulheres e as suas famílias, com relatos e demonstrações artísticas muito cruas sobre a sua experiência, com o objetivo de denunciar, expor as suas dores e reivindicar justiça, testemunhando assim a violência a que foram expostas (Figura 1).

7 <https://voportugal.wordpress.com/>

FIGURA 1 – “NÃO À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA”



Cartaz realizado por uma das mães participantes na manifestação. Novembro de 2022.

Fonte: fotografia própria.

No fim da manifestação em Lisboa, duas das mulheres entregaram uma pasta com os testemunhos impressos ao segurança da sede da Ordem dos Médicos, já que nenhum representante da Ordem acedeu a recebê-las. Até junho de 2022, não existiam pronúncias oficiais sobre os testemunhos entregues. Com a dissolução do Parlamento, em dezembro de 2021, e a formação de um novo governo, o Projeto de Lei não chegou a ser debatido, havendo propostas por parte do Bloco de Esquerda (BE) para reiniciar o debate. Entretanto, o movimento ganhou tamanha dimensão, que se tornou uma associação: Observatório da Violência Obstétrica (OVO). Representantes da associação têm participado em vários eventos, palestras e discussões sobre o tema, tendo como objetivo principal trabalhar para a erradicação da violência obstétrica em Portugal, em parceria com outros observatórios de violência obstétrica e associações pela humanização do parto.

Conclusão

A resposta da OM, altamente crítica da violência obstétrica, parte de uma posição defensiva, assumindo a postura de que fazer o bem e desfazer o mal é a parte central da identidade profissional da medicina. Assim sendo, exigências de mudanças comportamentais que vêm de fora são vistas como um ataque à categoria profissional, mas também aos indivíduos. No caso da violência obstétrica, negar a sua existência é uma replicação de um processo histórico, em que as mulheres têm sido postas à margem do centro de tomada de decisões. O movimento social #EuVivo, em Portugal, insere-se numa tendência global de criação de movimentos associativos que pretendem pressionar o *statu quo* e influenciar a elaboração de políticas públicas de assistência em saúde no processo reprodutivo (Goberna-Tricas e Boladeras, 2018).

É preciso chamar às negligências, agressões verbais, físicas e psicológicas, entre outras, *violência* obstétrica? Sim, pois o reconhecimento da violência obstétrica permite tornar inteligível o que não era possível nomear, por não existir um termo que enquadrasse essa experiência específica. A ausência de conceitos para problemas sociais impede que estes sejam desconstruídos para que possam ser eliminados (Nalepa, 2020). A incapacidade de nomear certos problemas garante a persistência de estruturas sociais, políticas e económicas, pelo que se devem reconhecer estes abusos enquanto atos violentos que fazem parte da violência institucional de género e sexual, mas também de raça e classe (*Ibid.*).

Falar de violência obstétrica, olhá-la nos olhos, encará-la, é contribuir para que as mulheres que vierem a engravidar e parir possam ter experiências livres de violência. No fundo, tantos os movimentos sociais como os profissionais de saúde querem a promoção de melhores cuidados, condições para a prestação desses cuidados, mantendo a altíssima qualidade e segurança nas experiências de gravidez e parto. Para tal, é preciso reconhecer a injustiça das experiências das mulheres, mas também as condições precárias de trabalho dos profissionais de saúde, sejam eles médicos, enfermeiros ou auxiliares.

Passados três anos dos acontecimentos, e depois da dissolução de dois governos, a criminalização da violência obstétrica não regressou à Assembleia da República⁸. As alterações no contexto social e, sobretudo, político em

8 O Bloco de Esquerda propôs, no Projeto de Lei n.º 268/XVI/1º, a promoção dos direitos relativos à preconceção, procriação medicamente assistida, gravidez, parto, nascimento e puerpério, através da criação de medidas de informação e proteção contra a violência obstétrica.

que agora contamos com um governo de direita torna difícil acreditar que poderemos avançar novamente para um debate. Apesar disso, a OVO, a APDMGP, a SaMaNe e outras associações feministas continuam a posicionar-se no espaço público contra as violências de género nas maternidades. Face à desestruturação do SNS, ao desinvestimento nas estruturas e nos recursos humanos, é de esperar que a violência obstétrica se mantenha enquanto realidade material das experiências de gravidez, parto e pós-parto nas maternidades portuguesas.

Referências

- ABREU, Grazielle A.; SOUZA, Josinald F.; AZEVEDO, Regina L. W.; LIMA, Flávio L. A. – Violência obstétrica e assistência perinatal na América Latina: uma revisão integrativa. *Revista de Psicologia da IMED*. Rio Grande do Sul. ISSN 2175-5027. 13:1 (2021) 212-219.
- APDMGP – *Inquérito Experiências de Parto em Portugal*. 2.ª edição. Lisboa: Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto, 2020.
- ASSIS, Jussara Francisca – Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. *Serviço Social & Sociedade* [Em linha]. 133 (2018) 547–565. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.159>. ISSN 0101-6628.
- BARATA, Catarina – Body broken in half: Tackling an Afro-Brazilian migrant's experience of obstetric violence and racism in Portugal through art making. *(Con)textos: Revista d'antropologia i investigació social*. Barcelona. ISSN 2013-0864. 10 (2022) 65-84.
- BOHREN, Meghan A.; VOGEL, Joshua P.; HUNTER, Erin C.; LUTSIV, Olha; MAKH, Suprita K.; SOUZA, João Paulo; AGUIAR, Carolina; SARAIVA, Coneglian Fernando; DINIZ, Alex Luíz Araújo; TUNÇALP, Ozge – The mistreatment of women during childbirth in health facilities globally: a mixed-methods systematic review. *PLoS Medicine* [Em linha]. 12:6 (2015) 1–32. Disponível em <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001847>. ISSN 1549-1676. ISSN 1549-1676.
- CUEVAS, Marbella – Patologizando lo natural naturalizando lo patológico? Improntas de la praxis obstétrica. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer* [Em linha]. 14:32 (2009) 147–162. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-37012009000100011. ISSN 1316-3701.
- CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomas; MARRA, Camilla Bonelli – Obstetric violence against black women in SUS. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* [Em linha]. 72:Special Issue (2020) 156–169. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0003-60162020000100011>.

- [org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.156-169](https://doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.156-169). ISSN 1809-5267.
- DAVIS, Angela – *Women, Race, Classe*. Nova Iorque: First Vintage Books Edition, 1983. ISBN 9788490225370.
- GERONIMUS, Arline – Black/white differences in the relationship of maternal age to birthweight: A population-based test of the weathering hypothesis. *Social Science & Medicine* [Em linha]. 42:4 (1996) 589–597. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8643983/>. ISSN 0277-9536.
- GOBERNA-TRICAS, Josefina; BOLADERAS, Margarita – Análisis del concepto de violencia obstétrica desde las perspectivas legal, médica, filosófica, sociopolítica y pedagógica. Em GOBERNA-TRICAS, Josefina; BOLADERAS, Margarita – *El concepto violencia obstetrica y el debate actual en atención al nacimiento*. Madrid: Tecnos, 2018. p. 39–68. ISBN 9788430974283.
- GOODYEAR-SMITH, Felicity; BUETOW, Stephen – Power issues in the doctor-patient relationship. *Health Care Analysis* [Em linha]. 9:4 (2001) 449–462. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11874258/>. ISSN 1065-3058.
- IMBUSCH, Peter – The concept of violence. In HEITMEYER, Wilhelm; HAGAN, John – *International Handbook of Violence Research* [Em linha]. Dordrecht: Springer Dordrecht, 2003 [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-306-48039-3_2. p. 13-39. ISBN 9781402014666.
- LAPPEMAN, Maura; SWARTZ, Leslie – How gentle must violence against women be in order to not be violent? Rethinking the word “violence” in obstetric settings. *Violence Against Women* [Em linha]. 27:8 (2021) 987–1000. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33667145/>. ISSN 1552-8448.
- LEAL, Maria do Carmo, *et al.* – A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* [Em linha]. 33:1 (2017) 1–17. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>. ISSN 16784464.
- LÉVESQUE, Sylvie; FERRON-PARAYRE, Sylvie – To use or not to use the term «obstetric violence»: commentary on the article by Swartz and Lappeman. *Recherches féministes* [Em linha]. 27:8 (2021) 1009–1018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33667142/>. ISSN 0838-4479.
- MARTÍN, Isabel – *La sanidad ante la «violencia obstétrica»: de la negación a la autocrítica* [Em linha]. [Consult. 5 jun. 2024]. Disponível em: <https://www.redaccionmedica.com/la-revista/noticias/la-sanidad-ante-la-violencia-obstetrica-de-la-negacion-a-la-autocritica-7194>.
- MORALES, Ximena Briceño; CHAVES, Laura Victoria Enciso; DELGADO, Carlos Enríquez Yepes – Neither medicine nor health care staff members are violent by nature: obstetric violence from an interactionist perspective. *Qualitative*

- Health Research* [Em linha]. 28:8 (2018) 1308–1319. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29749290/>. ISSN 1552-7557.
- NALEPA, Elizabeth – Naming obstetric violence as a social problem. *Practicing Anthropology* [Em linha]. 42:2 (2020) 42–44. Disponível em: <https://doi.org/10.17730/0888-4552.42.2.42>. ISSN 0888-4552.
- ORDEM DOS MÉDICOS – *Parecer sobre o Projeto Lei 912/XIV/2º (NInsc CR) – «Reforço da proteção das mulheres na gravidez e parto através da criminalização da violência obstétrica»* [Em linha]. Lisboa: Colégio da Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, 2021. [Consult. 22 fev. 2023]. Disponível em: <https://ordemosmedicos.pt/files/pdfs/KBrk-Parecer-Projeto-Lei-912XIV-2-2.pdf>
- PERROTTE, Violette; CHAUDHARY, Arun; GOODMAN, Annekathryn – “At least your baby is healthy”. Obstetric violence or disrespect and abuse in childbirth occurrence worldwide: A literature review. *Open Journal of Obstetrics and Gynecology* [Em linha]. 10 (2020) 1544–1562. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=104116>. ISSN 2160-8792.
- PORDATA – *Taxa de mortalidade materna*. 2023. Disponível em: https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-06/Portugal_Taxa_de_mortalidade_materna.xlsx.
- PORDATA – *Taxa de mortalidade perinatal e neonatal*. 2023. Disponível em: https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-06/Portugal_Taxa_de_mortalidade_perinatal_e_neonatal.xlsx.
- QUATTROCCHI, Patrizia – Ejercer la libertad y resignificar preguntas. El hilo rojo entre distintas experiencias y perspectivas sobre la(s) maternidad(es). In BRIGIDI, Serena (Ed.) – *Maternidades, Experiencias y Narraciones. Una mirada a través de los campos de saberes*. Tarragona: Publicacions URV, 2021. ISBN 9788484249078.
- SADLER, Michelle; SANTOS, Mário; RUIZ-BERDÚN, Dolores; ROJAS, Gonzalo Leiva; SKOKO, Elena; GILLEN, Patricia; CLAUSEN, Jette A. – Moving beyond disrespect and abuse: addressing the structural dimensions of obstetric violence. *Reproductive Health Matters* [Em linha]. 24:47 (2016) 47–55. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27578338/>. ISSN 1460-9576.
- SCOTT, Karen; DAVIS, Dána Ain – Obstetric racism: naming and identifying a way out of black women’s adverse medical experiences. *American Anthropologist* [Em linha]. 123:3 (2021) 681–684. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/aman.13559>. ISSN 1548-1433.
- SENA, Ligia Moreiras; TESSER, Charles Dalcanale – Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. *Interface*

- Comunicação Saúde Educação*. 21:60 (2017) 209–220. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0896>. ISSN 1807-5762.
- SENS, Maria – *Violência obstétrica e/ou institucional: a percepção dos médicos de uma maternidade humanizada* [Em linha]. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Intensivos e Paliativos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194006>.
- SESIA, Paola – Naming, framing, and shaming through obstetric violence: A critical approach to the judicialization of maternal health rights violations in Mexico. In GAMLIN, Jennie; GIBBON, Sahra; SESIA, Paola; BERRIO, Lina (Eds.) – *Critical Medical Anthropology: Perspectives in and from Latin America*. Chicago: UCL Press, 2020 [Consult. 28 mar. 2022]. p. 222–247. ISBN 9781787355828.
- SHABOT, Sara Cohen – “You are not qualified—Leave it to us”: Obstetric violence as testimonial injustice. *Human Studies* [Em linha]. 44:4 (2021) 1–19. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10746-021-09596-1>. ISSN 1572-851X.
- SHABOT, Sara Cohen – Making loud bodies «feminine»: a feminist-phenomenological analysis of obstetric violence. *Human Studies* [Em linha]. 39:2 (2016) 231–247. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/SHAMLB>. ISSN 1572-851X.
- SILVA, Sílvia Elaine; GASPERIN, Helena Guimarães; PONTES, Felipe Simão – Violência obstétrica: uma análise crítica do despacho do Ministério da Saúde [Atas]. In *III Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas: Democracia & Direitos Humanos*.
- SIMÕES, Vânia Alexandra dos Santos – *A Violência Obstétrica: A violência institucionalizada contra o gênero*. Lisboa: Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, 2018.
- SOUZA, Mariana F.; SOUZA, Jeancezar D. R. – Obstetric Violence: A Serious Violation of Women’s Rights. *Lex Humana* [Em linha]. 13: 2 (2021) 120-137. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9912351>. ISSN 2175-0947.
- VÍLCHEZ, Rafael Molina; ILDEFONSO, José García – La morbilidad materna aguda y severa. *Revista de Obstetricia y Ginecología de Venezuela*. 62:1 (2002) 1–3. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0048-77322002000100001. ISSN 0048-7732.
- WHO – *New evidence shows significant mistreatment of women during childbirth* [Em linha] Genebra: World Health Organization (WHO), 2019. Disponível

em: <https://www.who.int/news/item/09-10-2019-new-evidence-shows-significant-mistreatment-of-women-during-childbirth>.

WHO – *Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde* [Em linha]. Genebra: World Health Organization (WHO), 2014. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/134588/WHO_?sequence=3

WHO – *WHO recommendations Intrapartum care for a positive childbirth experience* [Em linha] [Consult. 25 mar. 2022]. Genebra: World Health Organization (WHO), 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241550215>.

ZUCAL, José Garriga; NOEL, Gabriel – Notas para una definición antropológica de la violencia: un debate en curso. *Publicar en Antropología y Ciencias Sociales* [Em linha]. VIII:IX (2010) 97–121. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/188935>. ISSN 0327-6627.

Legislação

LEI N.º 38.668 DE 23 DE ABRIL DE 2007 – *Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia*. [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2022]. Caracas: La Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela, 2007. Disponível em: <http://virtual.urbe.edu/gacetas/38770.pdf>.

PROJETO DE LEI N.º 912.XIV.2ª – *Reforça a protecção das mulheres na gravidez e parto através da criminalização da violência obstétrica* [Em linha]. [Consult. 22 fev. 2023]. Lisboa: XIV Legislatura, 2021. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=121036>

- Receção: 23.04.2024

- Aprovação: 17.01.2025

SILVA, Joana Teixeira Ferraz da; BRANDÃO, Ana Maria; HOHENDORFF, Jean Von – Silêncios desvelados: experiências de revelação de vitimização sexual de homens durante a infância e/ou adolescência. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 35 (2025) 33-60. ISSN 2182-7419.

SILÊNCIOS DESVELADOS: EXPERIÊNCIAS DE REVELAÇÃO DE VITIMIZAÇÃO SEXUAL DE HOMENS DURANTE A INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA¹

JOANA TEIXEIRA FERRAZ DA SILVA*

Bolsa FCT - Ref.º 2021.05582.BD

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UMinho)

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho)

ANA MARIA BRANDÃO**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UMinho)

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho)

JEAN VON HOHENDORFF***

Atitus Educação (Passo Fundo/RS – Brasil)

Resumo

Este artigo analisa o processo de revelação da vitimização sexual por homens durante a infância e/ou adolescência. Foram entrevistados treze homens, residentes em Portugal, com idades entre 25 e 63 anos, e os dados foram analisados por meio de uma análise de conteúdo temática. Os resultados mostram que o compartilhamento dessa experiência é frequentemente adiado por anos devido a fatores como autculpa e medo de revitimização e descredibilização. Em contrapartida, a maturidade, o apoio emocional e a intimidade nas relações interpessoais facilitam a revelação. O desalinhamento com a masculinidade normativa emerge como um fator central nesse processo, reforçando as barreiras socioculturais à comunicação da vitimização.

Palavras-chave: vitimização sexual, infância e adolescência, revelação, homens

* E-mail: jofteixeira@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3629-3293>

** E-mail: anabrandao@ics.uminho.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6594-1563>

*** E-mail: jhohendorff@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7414-5312>

1 Este artigo mobiliza dados da Tese de Doutoramento em Sociologia da primeira autora, intitulada *Homens na penumbra: violência sexual, masculinidades e trajetórias identitárias*, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref.º 2021.05582.BD), orientados pela segunda e pelo terceiro autor/a.

Abstract

Silences unveiled: men disclosing sexual victimisation during childhood and/or adolescence

This article examines the process of disclosure of sexual victimisation experienced by men during childhood and/or adolescence. Thirteen men living in Portugal, aged between 25 and 63, were interviewed, and the data was analysed using thematic content analysis. Findings indicate that sharing these experiences is often delayed for years due to factors such as self-blame, fear of re-victimisation, and fear of being discredited. Conversely, maturity, emotional support, and intimacy in interpersonal relationships can facilitate the disclosure. Misalignment with normative masculinity emerges as a key factor, reinforcing sociocultural barriers to reporting victimisation.

Keywords: sexual victimisation, childhood and adolescence, disclosure, men

Résumé

Silences dévoilés: récits de victimisation sexuelle d'hommes pendant l'enfance et/ou l'adolescence

Cet article examine le processus de révélation de la victimisation sexuelle vécue par les hommes pendant l'enfance et/ou l'adolescence. Treize hommes vivant au Portugal et âgés de 25 à 63 ans ont été interrogés et les données ont été analysées à l'aide d'une analyse thématique de contenu. Les résultats montrent que le partage de cette expérience est souvent retardé pendant des années en raison de facteurs tels que l'auto-culpabilisation et la peur d'une re-victimisation et de la décredibilisation. En revanche, la maturité, le soutien émotionnel et l'intimité des relations interpersonnelles facilitent la révélation. L'écart par rapport à la masculinité normative apparaît comme un facteur clé dans ce processus, renforçant les obstacles socioculturels à la dénonciation de la victimisation.

Mots-clés: victimisation sexuelle, enfance et adolescence, révélation, hommes

Introdução

As vítimas de violência sexual comumente apresentam dificuldade em revelar o ocorrido. No caso de crianças e adolescentes do sexo masculino, há uma relação entre gênero e silenciamento (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019). Este decorre, muitas vezes, não só do receio de nova vitimização, mas também da ruptura com a masculinidade normativa, nomeadamente pela associação a características como a fraqueza e a vulnerabilidade (Petersson e Plantin, 2019; Hlavka, 2017; Mulder, Pemberton e Vingerhoets, 2020). Em concreto, pode verificar-se o receio de serem objeto de estigmatização (Goffman, 1988) e/ou homofobia (Rosa e Souza, 2020). Não raramente, meninos e homens confessam preocupação com a possibilidade de serem vistos como homossexuais ou até como mulheres porque passíveis de penetração (Hlavka, 2017; Mulder, Pemberton e Vingerhoets, 2020;

Petersson e Plantin, 2019).

O processo de revelação é, pois, atravessado por fatores emocionais, pessoais e socioculturais (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019), e falar sobre a vitimização é difícil e doloroso para os/as sobreviventes. A exposição que acarreta parece ser mais complexa para os homens, que, social e historicamente, apresentam maior dificuldade em expressar sentimentos, especialmente os relacionados com a vulnerabilidade, a dor e o desamparo (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019; Connel, 2003). Ademais, a antecipação das reações e da credibilidade dada àquilo que é revelado pode ter impacto significativo no processo (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019). Os fatores que facilitam a revelação incluem a ausência de proximidade com o/a agressor/a, a presença de testemunhas, um ambiente familiar acolhedor e um contexto sociocultural que promova o debate da sexualidade (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019).

Compreender os fatores facilitadores e inibidores da revelação é de extrema importância para a promoção da revelação precoce, com o intuito de prestar o acompanhamento necessário, até mesmo para a prevenção de novas vitimizações (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019).

Neste artigo, são apresentados resultados da investigação de doutoramento da primeira autora, que contou com treze entrevistados, entre os 25 e os 63 anos de idade, residentes em Portugal, vitimizados sexualmente durante a infância e/ou adolescência. Metade dos entrevistados foi vitimizada durante a infância (até os 11 anos). Quase todos conheciam o/a agressor/a, incluindo este mulheres e adolescentes. Apenas dois entrevistados revelaram a violência no momento em que esta ocorreu. Nos restantes casos, ela foi silenciada ou revelada tardiamente.

Os estudos que investigam o processo de revelação da vitimização sexual masculina ocorrida durante a infância e adolescência frequentemente se concentram em amostras específicas, predominantemente de populações norte-americanas e europeias. Este estudo abrange homens de nacionalidades brasileira e portuguesa, para os quais, até o momento, não foram identificadas investigações semelhantes. Os resultados obtidos, de forma geral, estão alinhados com achados anteriores, em particular, evidenciando que certas dinâmicas de gênero transcendem fronteiras nacionais. Distinguem-se, porém, pelo fato de alguns entrevistados destacarem o uso de álcool e/ou substâncias psicoativas enquanto facilitadoras do processo de revelação da vitimização sexual, o que reforça a constatação da dificuldade de os homens abordarem esse assunto.

1. Enquadramento e metodologia

Historicamente, a vitimização sexual de homens foi negligenciada no escopo científico, o que pode ser explicado pelas representações dominantes de gênero. Em parte, o menor investimento na investigação dos processos de vitimização masculina decorre da primazia atribuída pelo movimento feminista à análise do fenómeno como resultado de relações patriarcais (Duarte, 2013; Machado e Matos, 2012). Considerando a associação persistente entre masculinidade, dominação e violência (Connell, 2003), os homens são tendencialmente vistos como perpetradores – não como vítimas – de violência, o que pode ter levado os/as investigadores/as a negligenciar o fenómeno.

Mais recentemente, observa-se um aumento significativo dos estudos dedicados à vitimização masculina e à sua revelação (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019; Alaggia, 2005; Gagnier e Collin-Vézina, 2016; Hlavka, 2017; Gruenfeld, Willis e Easton, 2017; Rosa e Souza, 2020; Hohendorff, Santos e Dell’Aglia, 2015; Machado e Matos, 2012). Esse incremento pode ser atribuído à crescente percepção de que os homens também podem ser vitimizados, refletindo um reconhecimento mais amplo da equidade de gênero e acompanhando a expansão das discussões sobre masculinidades e sobre a influência das normas e expectativas sociais no fenómeno.

No que diz respeito ao caso português, a produção é já assinalável, com destaque para os estudos sobre violência contra mulheres, no namoro, nas relações de intimidade ou doméstica², tendo os homens sido incluídos, pela primeira vez, no inquérito nacional sobre violência de gênero em 2006-2008 (Lisboa *et al.*, 2009). De modo geral, as mulheres estão sobrerrepresentadas nas investigações, sendo escassas as pesquisas dedicadas especificamente à violência sexual contra meninos, rapazes e homens. São de destacar, a esse respeito, os trabalhos de Casimiro (2008) e Machado (2016), que abordam a violência contra homens adultos nas relações de intimidade. Também merece destaque o Relatório da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa (Strecht *et al.*, 2023), que, apesar de investigar um contexto específico, reflete a realidade da violência sexual com uma predominância de vítimas do sexo masculino na amostra. Além disso, o Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado (INE, 2023) também aborda a vitimização sexual masculina.

Apesar de haver mais vítimas do sexo feminino e mais agressores do

2. Uma lista exaustiva dos estudos realizados em Portugal sobre questões de violência pode ser consultada no sítio do Observatório Nacional de Violência e Género (ONVG) (<https://onvg.fcsh.unl.pt/>).

sexo masculino, meninos, rapazes e homens também podem ser alvo de violência sexual. Segundo dados recentes, em Portugal, 18% das notificações de violência sexual se referiam a crianças e adolescentes do sexo masculino (SSI, 2022), mas sabe-se que há uma subnotificação – e consequente subestimação – do fenômeno. O gênero parece contribuir para isso, já que a vitimização sexual é, muitas vezes, vista como demonstração de fraqueza ou fragilidade, contrariando expectativas associadas à masculinidade normativa e ameaçando a identidade e o estatuto dos homens enquanto tais (Hlavka, 2017; Machado e Matos, 2012; Machado, 2016).

Assim, visões normativas do gênero podem complexificar a identificação e a compreensão da vitimização sexual masculina por parte tanto de profissionais e técnicos de apoio à vítima, de autoridades policiais e judiciais (cf. Ventura, 2018), como de investigadores (cf. Rosa e Souza, 2020).

Abordar a revelação da vitimização sexual exige, portanto, compreender as suas particularidades quando as vítimas são homens, já que eles tendem a atrasar esse processo (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019). As dificuldades de revelação da vitimização sexual na infância por parte dos homens são, principalmente, de três tipos: 1) sentimentos de medo, vergonha, culpa e dificuldade de expressar e articular a violência e os próprios sentimentos; 2) receio do estigma, estereótipos, falta de informação, reações negativas a revelações anteriores, medo de ser julgado e conflitos com a identidade masculina; 3) e questões relacionadas aos serviços de saúde, como barreiras estruturais que dificultam a terapia eficaz, desafios na relação com os/as terapeutas e abordagens terapêuticas não eficazes (Gruenfeld, Willis e Easton, 2017). Adicionalmente, há o receio de serem considerados agressores futuros (Alaggia, 2005). Quando as agressoras são mulheres, destacam-se ainda representações que desafiam noções de força (masculina) e vulnerabilidade (feminina) (Gagnier e Collin-Vézina, 2016).

Quanto aos fatores facilitadores da revelação, Alaggia, Collin-Vézina e Lateef (2019) destacam a idade (associada ao grau de maturidade e à capacidade de compreensão e verbalização da situação), o gênero (com mulheres revelando mais), a relação com o/a agressor/a (maior probabilidade de revelação quando não há convivência) e o envolvimento de terceiros (testemunhas). O contexto social, que inclui dinâmicas familiares, normas culturais e origem social, impacta tanto a vitimização quanto a revelação. Famílias que promovem um ambiente de abertura e apoio tendem a facilitar a revelação, enquanto contextos familiares marcados por violência, silêncio ou estigmatização podem inibir essa comunicação. Além disso, a masculinidade

normativa frequentemente desencoraja os homens a compartilhar experiências de violência, associando-as à vulnerabilidade e à fraqueza. A origem social também desempenha um papel importante, pois indivíduos de classes mais baixas frequentemente têm menos acesso a recursos, como apoio psicológico e redes de ajuda, limitando sua possibilidade de processar e revelar suas experiências de vitimização. Por fim, um contexto ambiental e cultural favorável à discussão aberta sobre sexualidade e ao engajamento da comunidade é essencial para a revelação, encorajando a comunicação e o apoio (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019; Connel, 2003).

Este estudo adotou uma metodologia qualitativa, visando aprofundar o conhecimento dos fatores que influenciam a revelação, por homens, da vitimização sexual ocorrida durante a infância e adolescência por meio de uma conexão próxima com os participantes, permitindo a análise das experiências individuais, sociais e coletivas (Minayo, 2009), que se interconectam. Reconhece-se que as pessoas são agentes ativos e independentes, transpassados pela sua própria história e contexto, e não meros objetos de estudo (Laville e Dionne, 1999).

Optou-se pelo estudo de casos (Yin, 2018) e pela entrevista de história de vida (Asplund e Prieto, 2019) como técnica principal, assente no guião de entrevista proposto por Charmaz (2002), adaptado ao tema e aos objetivos da investigação.

No que se refere ao recrutamento de entrevistados, contou-se com a colaboração de profissionais especializados/as em violência e masculinidades, associações não governamentais, além da rede de contactos pessoais da primeira autora. A pesquisa foi divulgada em *chats online*, redes sociais e aplicativos de relacionamento, com o objetivo de alcançar o maior número de potenciais entrevistados.

Tratando-se de um tema sensível, tanto investigadores/as quanto investigadores/as podem ser emocionalmente impactados durante o processo (Teixeira e Ribeiro, 2020). A própria entrevista pode ser afetada pelas características pessoais dos/as intervenientes. Especificamente, é importante considerar como o gênero, a nacionalidade e a idade da investigadora podem influenciar essa dinâmica, uma vez que foi utilizada sua rede pessoal no processo de identificação e recrutamento de potenciais entrevistados. Assim, verifica-se que muitos entrevistados possuem características semelhantes às da investigadora em termos de idade, nacionalidade e local de residência. Adicionalmente, o fato de ter sido uma mulher a realizar as entrevistas pode ter contribuído para alguma inibição dos entrevistados em compartilhar

experiências que contrariam a masculinidade normativa.

Apesar de terem sido identificados 76 homens sobreviventes de violência sexual, apenas uma pequena parcela aceitou ser entrevistada, o que sublinha uma persistente dificuldade em verbalizar a experiência. No total, foram realizadas treze (13) entrevistas com homens residentes em Portugal, todos vitimizados sexualmente durante a infância e/ou adolescência. O perfil dos entrevistados abrange diferentes nacionalidades, escolaridades e profissões, o que revela a transversalidade da violência sexual. Os entrevistados tinham entre 25 e 63 anos de idade no momento das entrevistas, com níveis de escolaridade variando entre o ensino básico e o doutorado. A variedade de profissões, desde polidor manual até investigador e farmacêutico, evidencia que a violência sexual afeta homens com diferentes situações socioeconômicas. Seis (6) se identificaram como homossexuais, cinco (5) como heterossexuais e dois (2) como bissexuais. A pluralidade de orientações sexuais dos entrevistados pode ter influenciado significativamente a maneira como a revelação da violência foi vivenciada, em especial devido aos estigmas sociais associados a orientações não normativas.

As experiências de violência também foram variadas em termos de frequência e contexto, com quatro (4) entrevistados relatando episódios isolados e seis (6) descrevendo episódios múltiplos, indicando padrões de violência repetida e prolongada. Seis (6) entrevistados vivenciaram a violência na infância (até 11 anos), sendo que, em quatro (4) casos, isso ocorreu antes dos sete (7) anos. Em três (3) casos, a vitimização aconteceu na adolescência e em quatro (4) se estendeu da infância até a adolescência. Quase todos/as os/as agressores/as eram conhecidos/as das vítimas, o que reforça a prevalência da violência cometida em ambientes de confiança.

A Tabela 1 resume as características sociodemográficas dos entrevistados, bem como os principais detalhes das situações de violência que experienciaram. Esses dados são fundamentais para compreender os contextos e desafios que influenciam o processo de revelação da violência, incluindo dinâmicas de poder, fatores sociais e emocionais e as barreiras enfrentadas por esses homens ao tentarem falar sobre suas experiências.

TABELA 1. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

ENTREVISTADOS	IDADE NA ALTURA DA ENTREVISTA	ORIENTAÇÃO SEXUAL	NACIONALIDADE	CONCELHO DE RESIDÊNCIA	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	IDADE EM QUE OCORREU O ATO DE VIOLÊNCIA	AGRESSOR/A	TIPO DE VIOLÊNCIA	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DA MÃE	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DO PAI
Lucas	34	Heterossexual	Brasileiro	Braga	Ensino secundário	Polidor manual	6 ou 7 anos	Duas vizinhas	Sem detalhes	Ensino básico	Sem detalhes
Guilherme	37	Heterossexual	Brasileiro	Coimbra	Especialização ³	Psicólogo	4 ou 5 anos (primeiro episódio) 8 ou 9 anos (segundo episódio)	Cuidadora (primeiro episódio) Amigo da família (segundo episódio)	Manipulação dos genitais (primeiro episódio) Masturbação (segundo episódio)	Ensino básico	Licenciatura
Eduardo	63	Heterossexual	Português	Famalicão/ Braga	Ensino básico	Mecânico	10 ou 12 anos	Cuidadora	Manipulação dos genitais	Não alfabetizada	Não alfabetizado
Gabriel	34	Bissexual	Português	Guimarães/ Braga	Ensino secundário	Profissional de distribuição	7 anos	Vizinho	Manipulação dos genitais Masturbação	Ensino básico	Ensino básico
Daniel	30	Heterossexual	Brasileiro	Braga	Licenciatura	Informático	12 anos	Desconhecido	Assédio (sexo oral tentado)	Ensino básico	Ensino básico
Rodrigo	34	Homossexual	Brasileiro	Braga	Especialização	Farmacêutico	7 ou 8 anos	Amigo da família	Penetração	Ensino secundário	Licenciatura
Miguel	37	Homossexual	Português	Braga	Doutorado	Investigador	14 anos	Sem detalhes	Penetração	Ensino básico	Ensino básico
Rafael	38	Heterossexual	Português	Cascais	Especialização	Videografo de casamento	5 anos	Amigo da família	Sem detalhes	Especialização	Doutorado
Felipe	30	Bissexual	Brasileiro	Braga	Licenciatura	Estudante	7 ou 8 anos (primeiro episódio) 11 ou 12 anos (segundo episódio)	Cuidadora (primeiro episódio) Primo (segundo episódio)	Manipulação dos genitais (primeiro episódio) Masturbação (segundo episódio)	Ensino secundário	Ensino secundário
Gustavo	35	Homossexual	Brasileiro	Braga	Licenciatura	Operador de fábrica	9 a 14 anos	Sem detalhes	Sem detalhes	Licenciatura	Licenciatura
Bruno	25	Homossexual	Brasileiro	Porto	Ensino Técnico ⁴	Operador de cozinha	5 ou 6 anos	Vizinho	Sem detalhes	Especialização	Ensino básico
Fernando	31	Homossexual	Português	Póvoa de Varzim	Mestrado	Farmacêutico	13 anos	Sem detalhes	Penetração Violência psicológica	Ensino secundário	Ensino secundário
Diogo	42	Homossexual	Brasileiro	Braga	Mestrado	Professor	8 a 15 anos	Segurança; Padre; Vizinho; Primo	Penetração	Especialização	Ensino secundário

3 A especialização é feita após o ensino superior.
4 O ensino técnico é um grau de habilitação intermédio, entre o ensino secundário e o ensino superior.

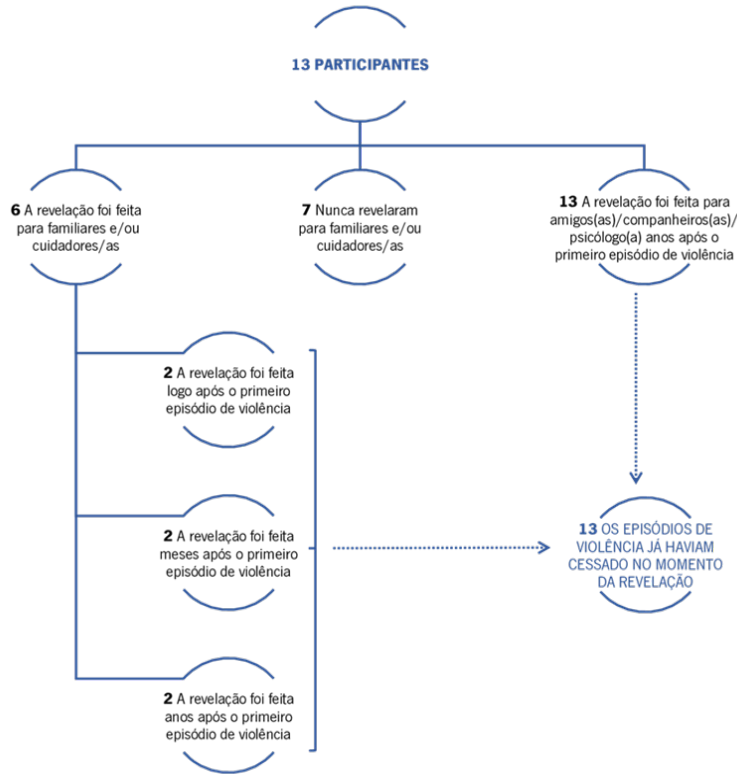
Como se verifica na Tabela 1, embora a escolaridade dos/as cuidadores/as varie de não alfabetização a ensino superior, não se observa um padrão evidente no processo de revelação da vitimização sexual, já que relatos de silenciamento e falta de acolhimento ocorrem tanto em famílias com cuidadores/as mais alfabetizados/as, quanto menos escolarizados/as. No entanto, os entrevistados com mais escolaridade conseguiram se expressar melhor durante as entrevistas. Essa tabela oferece uma visão geral das características sociodemográficas dos participantes e aponta para a complexidade do processo de revelação, que será explorada na seção seguinte.

As entrevistas foram realizadas entre abril e outubro de 2022, quatro (4) de forma remota e nove (9) presencialmente. Em média, a sua duração foi de 59 minutos. Os dados foram anonimizados e atribuídos nomes fictícios aos entrevistados.

As entrevistas foram integralmente transcritas e submetidas a uma análise de conteúdo temática (Bardin, 2016). Nesta análise, foram identificados três temas principais. O primeiro investiga as dimensões da vitimização masculina, considerando vulnerabilidades contextuais e dinâmicas familiares. O segundo aborda o processo de revelação da violência sexual, discutindo o papel das pessoas interlocutoras e as barreiras enfrentadas pelos homens devido a estigmas relacionados aos papéis de gênero. O terceiro tema explora as implicações da violência sexual nas identidades de gênero e sexualidade dos sobreviventes, abordando a reconfiguração das masculinidades e as estratégias de ressignificação que permitem aos indivíduos reescrever suas histórias de vida.

No que respeita, em particular, ao contexto de revelação da violência sexual sofrida, dos treze (13) entrevistados, seis (6) optaram por compartilhar sua experiência com familiares e/ou cuidadores/as – dois (2) imediatamente após o ocorrido, outros dois (2) após alguns meses e os restantes dois (2) só após vários anos. Sete (7) entrevistados nunca revelaram a vitimização para familiares e/ou cuidadores/as. Todos os entrevistados compartilharam a violência sexual vivenciada com alguém de sua rede pessoal, mas, geralmente, apenas decorrido um longo período desde o evento. A Figura 1 sintetiza esse processo.

FIGURA 1 – DINÂMICA DE REVELAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL



Fonte: elaboração própria.

É ainda importante notar que os entrevistados só expuseram a vitimização depois de ela haver cessado.

2. A decisão de revelar: interlocutores/as, momentos e recepção

Para entender melhor o fenômeno da violência sexual, recorreu-se ao Manual CARE (APAV, 2019), que define violência sexual contra crianças e adolescentes (pessoas de 0 a 18 anos) como qualquer interação ou contato sexual entre um/a adulto/a e um/a menor de idade, ou entre duas crianças, desde que: (i) haja disparidade de poder entre eles/as, (ii) ocorra um ato de dominação sobre a vítima e (iii) a criança ou adolescente seja usada para estimular sexualmente outra pessoa. A revelação usualmente decorre em três estádios: pré-revelação, que envolve questionamentos face à violência vivida, englobando diferentes emoções; revelação a terceiros; e

consequências da revelação (Staller e Nelson-Gardell, 2005). O processo pode ser: (i) intencional, quando a vítima expressa espontaneamente o ocorrido; (ii) indireto, por meio de conversas informais e ambíguas; (iii) desencadeado pela estimulação de terceiros (testemunhas); (iv) e/ou ocorrer de forma acidental, por meio de indícios comportamentais, físicos e emocionais, que levam à descoberta do sucedido (Collings Griffiths e Kumalo, 2005). Dos treze (13) entrevistados, apenas dois (2) expuseram a violência no momento em que ocorreu.

Eduardo compartilhou com os pais detalhes da vitimização de forma intencional e espontânea “no mesmo dia”. Segundo ele, após contar aos pais a violência sexual a que fora exposto por parte da mulher que trabalhava em sua casa, ela foi demitida e ele não voltou a vê-la. Sabe-se que a revelação precoce da violência sexual vivida pode auxiliar a minimização do sofrimento psíquico a curto, médio e longo prazo (Easton, 2019) e, ao longo da entrevista, Eduardo afirmou que a experiência não teve impacto negativo em seu desenvolvimento. Porém, em certos momentos, foi perceptível a relutância em discutir aspectos dessa experiência, uma certa hesitação e resistência ao abordar o assunto.

A situação de Felipe foi diferente. Segundo ele, a experiência foi profundamente traumática, pois, apesar de ter contado imediatamente de forma espontânea aos seus pais a agressão perpetrada por sua ama/cuidadora, eles “nunca mais comentaram sobre o assunto. Ficou, sei lá, meio no limbo. Ninguém comenta, ninguém pergunta nada e pronto. Para eles, eu acho que morreu ali. Eles acham que eu não tenho uma memória viva do que aconteceu”.

Falar sobre violência sexual pode causar constrangimento, tanto para a vítima como para as pessoas ao seu redor. A rede social e de cuidadores/as do/a sobrevivente pode, por isso, evitar falar sobre o assunto ou não o fazer de forma aberta e sincera. Isso pode conduzir ao silenciamento ou negação do ocorrido – por vergonha, pela necessidade de se afastarem do/a agressor/a ou, até, pela interiorização de um sentimento de culpa ou fracasso por não terem cumprido o papel protetor esperado (APAV, 2019). Assim, cria-se uma espécie de código de silêncio que não permite trabalhar as emoções e os sentimentos da pessoa vitimizada ou das pessoas ao seu redor, associado a uma vontade intensa de apagar a experiência, ainda que o assunto possa continuar presente na vida de todos/as os/as envolvidos/as, complexificando a situação (APAV, 2019).

A forma como os/as genitores/as respondem à revelação é de extrema importância, especialmente quando há apoio efetivo no que concerne ao acolhimento e à segurança física e emocional (Wamser-Nanney e Sager, 2018), o que nem sempre se verifica. A não revelação da vitimização pode estar associada ao sentimento de insegurança emocional, influenciado por fatores contextuais e específicos da relação familiar (Lahtinen *et al.*, 2018), ou ao sentimento de indisponibilidade desses familiares sentido pela pessoa vitimizada. A antecipação de reações negativas contribui para o silenciamento (Alaggia, Collin-Vezina e Lateef, 2019). Crianças e/ou adolescentes que não têm certeza de qual será a reação dos/as cuidadores/as tendem a revelar a vivência de forma gradual para compreender qual será o comportamento deles/as (Morrison, Bruce e Wilson, 2018).

Outra questão evidenciada nas investigações é o intenso sentimento de vergonha seja por divulgar os episódios de violência sexual, seja por não o ter feito anteriormente (Sorsoli, Kia-Keating e Grossman, 2008). Barreiras internas como a autoculpabilização somam-se, assim, aos tabus culturais que perpassam a violência sexual (Collin-Vézina *et al.*, 2015).

Eduardo e Felipe foram os únicos entrevistados que revelaram a violência sofrida imediatamente, o que não acontece com frequência nos casos de violência sexual contra crianças e/ou adolescentes do sexo masculino. Easton (2012, 2013) constatou que, em média, os homens levam 20 anos para fazer a primeira revelação da violência e 28 anos para falar aprofundadamente sobre a experiência. Embora essa tendência ainda seja prevalente, a idade de revelação tem vindo a diminuir ao longo das décadas, refletindo mudanças nas dinâmicas sociais e na conscientização sobre o tema (Strecht *et al.*, 2023). Geralmente, as mulheres são mais propensas a revelar a experiência da violência para sua rede pessoal (Okur, Knaap e Bogaerts, 2020). Em nossa investigação, os homens revelaram a vitimização sexual depois de anos para sua rede pessoal, resultados que vão ao encontro dos de outras pesquisas (cf. Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2017; Priebe e Svedin, 2008).

Entretanto, constatou-se que o processo de revelação da violência desdobra-se em diversas direções – familiares, redes de apoio, parceiros/as íntimos/as e profissionais de saúde⁵ ou do serviço social (Deering e

5 Não obstante, importa ressaltar que os/as psicoterapeutas podem apresentar maior dificuldade para identificar a vitimização sexual em homens do que em mulheres, mesmo quando são relatos similares (Richey-Suttles e Remer, 1997). Ademais, é ainda importante reforçar que, por meio da divulgação, pode ocorrer uma revitimização por parte dos/as profissionais – em particular, os homens não brancos ou que não se conformam ao gênero normativo estão mais expostos a atendimentos menos sensíveis e acolhedores (Javaid, 2018). Isso demonstra a importância de equipes multiprofissionais capacitadas para compreender as vivências e identificá-las enquanto formas de violência.

Mellor, 2011), dependendo do grau de confiança da pessoa vitimizada em cada uma dessas entidades. Pode também ocorrer continuamente, com base numa primeira exposição seguida de outras para diferentes pessoas ao longo da vida (Ahrens, Stansell e Jennings 2010). As várias possibilidades de revelação refletem a complexidade das relações sociais e a busca por apoio e compreensão social e interpessoal. Quatro (4) entrevistados expuseram a situação a profissionais, cinco (5) falaram com a sua rede pessoal mais próxima, quatro (4) contaram a companheiros/as amorosos/as e seis (6), a familiares.

Rodrigo recorreu a ajuda profissional, não obstante ter dialogado também com a sua rede pessoal mais próxima:

Na terapia, a primeira vez que eu falei, foi muito difícil. (...) Eu tinha noção que eu queria falar. Queria, de certa maneira, me livrar daquilo, porque eu já tinha tempo suficiente de análise para perceber que, quando eu consigo falar, de certa maneira, isso dilui. Mas, mesmo assim, eu tive dificuldade de falar.

Já Guilherme procurou o apoio familiar: “Eu tive coragem de contar para a minha mãe, para o meu pai. Tive coragem de contar para a minha família.” Também Gustavo recorreu a familiares e, com a irmã, descobriu que ela também havia sido vitimizada sexualmente na infância: “Na verdade, com uma irmã, eu já conversei sobre isso, e ela acabou falando das experiências dela. Ela também sofreu...”. Desse modo, Gustavo adquiriu uma compreensão mais profunda da dinâmica de violência presente em sua família, caracterizada por um padrão de silenciamento que pode se perpetuar ao longo de gerações (Silva, Oro e Bossardi, 2019).

Entre os entrevistados que revelaram a vitimização aos/às companheiros/as amorosos/as, Rafael referiu a importância de falar sobre isso para que suas companheiras compreendam melhor a forma como se sente e age: “É uma necessidade minha para que as coisas funcionem.” O caso de Fernando é idêntico: “Foi quando eu comecei a abrir aos meus namorados, pronto. Até aí, eu não havia contado nada a ninguém. (...) para mim, é importante explicar que passei por isso. Muitas vezes, não contava porque tinha medo de ser julgado, tinha medo...”. Esses relatos destacam a importância do espaço relacional afetivo e adulto para os homens, como um contexto propício para a revelação da violência sexual, permitindo que compartilhem suas experiências com maior confiança e apoio emocional (Strecht *et al.*, 2023).

Já Guilherme confessou que, “olhando francamente para mim, para dentro de mim, talvez eu nunca tenha falado para minha esposa

integralmente pelo medo (...) eu acho que, se não é uma pessoa que passou pela mesma experiência, é uma coisa que as pessoas tendem a sentir uma revolta. As pessoas não querem saber os mínimos detalhes”. Guilherme enfrentou dificuldades significativas ao tentar articular os pormenores da violência sexual que sofreu, predominantemente devido ao temor de que sua esposa não conseguisse compreender a violência a que fora sujeito, podendo julgá-lo ou culpabilizá-lo pelo ocorrido.

Gabriel recorreu a “Amigos, só!”, confessando que o álcool age como facilitador/desinibidor para o diálogo aberto sobre a temática, amenizando as emoções negativas associadas (Silva *et al.*, 2020): “Eu tenho que estar bêbado para conversar. Só quando estou bêbado. Se não, não toco nesse assunto.” A situação de Rodrigo é semelhante: “Foi a primeira vez que eu falei para alguém. Era um amigo. (...) a gente estava bebendo (...). Aí, ele pegou e falou dele (...) e eu peguei e disse que também tinha acontecido comigo. Aí, encheu os meus olhos de lágrimas (...) e também nunca mais tocamos no assunto.” Já Guilherme referiu que foi durante o processo de tratamento do uso abusivo de substâncias psicoativas que revelou a vitimização sexual durante a infância, já que o contexto em que se viu “me deu uma força de me sentir acolhido, [de me] sentir parte de um grupo que entende. Foi nas reuniões dos NA que eu me alimentei de coragem para poder falar sobre isso”.

A dificuldade em abordar a situação de vitimização é transversal à maioria dos casos. Também Rafael sentiu dificuldade em expor a questão, não obstante encare essa exposição como algo positivo: “Só à volta dos dezoito anos é que consegui falar com a minha mãe sobre isso. Portanto, foi esse processo de silêncio que acabou por deixar algumas marcas (...). Mas, ao falar com a minha mãe, (...) senti a ligação e senti uma partilha gigante e uma compreensão...”.

Como sublinham Gagnier e Collin-Vézina (2016), embora a literatura não costume valorizar as experiências positivas, há experiências de pessoas sobreviventes que se sentiram ouvidas e seguras, como Guilherme e Rafael. O alívio e a libertação sentidos após a revelação, inteligíveis no relato de Rafael, são identificados com maior frequência em adultos em virtude das mudanças que se dão ao longo do tempo na capacidade de compreensão de experiências traumáticas (Manolios *et al.*, 2022). A expressão verbal dessas experiências assume extrema importância, pois possibilita compartilhar um peso emocional, que, para um adulto, pode representar anos de

silenciamento. Assim, a revelação emerge como elemento crucial na gestão de traumas e sofrimento psicológico (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2019).

Porém, essa experiência positiva e de alívio não é transversal a todos os casos. Alguns processos de revelação são sentidos de forma negativa, suscitando um sentimento de traição, pois, não raramente, o sobrevivente é culpabilizado ou julgado pelo ato. Foi o caso de Fernando, que confessa que, “em vez de entender o sofrimento [por] que eu passei, [a pessoa a quem contou] não mostrou grande empatia por mim. Inclusive, mostrou mais choque. Ficou chocada e transmitiu a imagem de ‘Como é que tu te meteste em uma coisa destas?!’, em vez de querer ouvir e entender aquilo [por] que eu passei”. Numa outra situação, Fernando se deparou com outra experiência negativa: “Contei isso a um amigo meu e o que ele me respondeu foi exatamente aquilo que eu tinha medo de ouvir, que era: ‘Ele não te obrigou! Tu foste porque quiseste!’”. Ora, quando o processo de revelação é acompanhado por julgamentos sociais, pode induzir o sobrevivente a se calar, agravando os efeitos adversos da vitimização.

Houve ainda dois entrevistados que revelaram vontade de dialogar com o/a agressor/a. É o caso de Lucas, que foi “atrás delas, só que a vizinha falou que elas já não moravam lá (...). Tinham casado e se mudado. Já tinham filhos e foram morar com os maridos não sei onde”, justificando esse desejo pela crença de que, assim, conseguiria validar as suas memórias e ter certeza do ocorrido: “Eu queria saber se mais gente lembrava disso. ‘Será que sou só eu que lembro?’ Eu queria perguntar se elas lembravam daquele acontecimento: ‘Lembra que a gente brincava e teve uma vez que a gente foi brincar no seu quarto?’”. Também Felipe relatou vontade de conversar com o seu primo: “Às vezes, eu fico martelando isso na minha cabeça, mas eu ainda tenho um bloqueio de chegar à frente dele falando: ‘Você fez isso comigo. Você estava ciente do que você estava fazendo?’”. Falta esse confronto e eu acho que está perto. Eu tenho vontade de ter o encontro com o inimigo.” Ele acredita que esse enfrentamento o “ajudaria a entender o porquê de ele fazer isso. Eu acho que isso ajudaria a preencher as lacunas que, desde que eu era mais jovem, tento entender”. Os anseios desses dois entrevistados refletem uma necessidade de elucidar eventos traumáticos do passado, permitindo uma compreensão mais profunda dos motivos subjacentes às ações perpetradas, que, segundo eles, poderia ajudar no processo de ressignificação.

3. Barreiras e fatores facilitadores da revelação

A violência sexual contra crianças do sexo masculino pode ser encarada por dois prismas antagônicos: (i) alguns podem encará-la como inofensiva, um equívoco que perpetua a ideia de que “experiências sexuais” precoces são desejáveis para a formação da masculinidade normativa – um homem sexualmente ativo, pujante e viril; (ii) outros reconhecem-na como uma aberração, algo socialmente reprovável, que expõe o sobrevivente a preconceitos decorrentes da posição de vulnerabilidade a que foi sujeito e aos tabus que a permeiam – um homem *penetrável*. É importante ressaltar que a visão de que a violência sexual “não é prejudicial” à criança e ao/a adolescente é uma interpretação distorcida, frequentemente vinculada à lógica do/a agressor/a, e não corresponde ao entendimento científico ou legal da questão, que considera a violência sexual um crime grave com consequências devastadoras para o desenvolvimento psicossocial da criança e do/a adolescente (Denov, 2003). Esse contexto é crucial para desmistificar as noções errôneas e destacar a urgência de uma abordagem crítica e informada sobre o tema.

Nesse cenário, os homens vitimizados são expostos a um conjunto de emoções relacionadas com a culpa, a vergonha e até um sentimento de menorização face aos outros homens. Por isso, muitos sujeitam-se ao silêncio, o que, como nota Bourdieu (2012), contribui para a manutenção do poder e da exploração, obliterando as formas de dominação e justificando a ordem estabelecida.

Entre as barreiras à revelação da vitimização sexual, destacam-se: o medo da reação dos outros, que pode ser negativa, conduzindo a outras formas de vitimização (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2017); o receio de ser visto como potencial futuro agressor (Alaggia, 2005); e o receio das ameaças do/a agressor/a (Alaggia, Collin-Vézina e Lateef, 2017).

Entre os aspetos que podem influenciar a revelação/ocultação do sucedido, destaca-se também a relação da pessoa sobrevivente com o/a agressor/a; isto é, a probabilidade de revelação depende do tipo de relação que mantêm entre si ou da relação entre o/a agressor/a e a família da vítima, ligada ao receio de desestruturação familiar e podendo levar à intimidação e à chantagem sobre o/a sobrevivente (APAV, 2019). Conforme evidenciado na Tabela 1, quase todos os entrevistados foram vitimizados por pessoas próximas, o que reforça o impacto das dinâmicas de confiança e dependência no processo de silenciamento. Isso é evidenciado por Lucas, que recorda que as suas agressoras “eram vizinhas da minha tia desde [há] muitos anos

(...)! São amicíssimas, então, como eualaria: ‘Então, sua filha, suas duas filhas, nos convidaram para...’?”. O entrevistado receou desestabilizar uma relação de amizade e autoajuda entre sua tia e as vizinhas que poderia trazer danos à convivência cotidiana, especialmente considerando a sua situação de vulnerabilidade social e econômica durante a infância e adolescência. A revelação da violência sexual poderia deixar a sua família ainda mais vulnerável, pois não poderia mais contar com a ajuda das vizinhas.

Schonbucher *et al.* (2012) apontam ainda a preocupação com os/as cuidadores/as como razão importante para o atraso na revelação. Assim, Diogo se viu impossibilitado de revelar a violência sexual a que fora exposto na escola, pois isso poderia colocar em risco a subsistência familiar:

Eu não podia contar que essa instituição, que é famosa no mundo inteiro, católica, que era onde a minha mãe era professora, coordenadora, e a minha cunhada era diretora... Então, como [é que] que eu ia contar?!... Como [é que] eu ia dizer para elas que o dono da instituição e o segurança da instituição, ou seja, um estudante católico, seminarista, que faz parte da congregação, e o segurança do prédio onde elas trabalhavam faziam isso? Eu tinha medo que elas perdessem o emprego.

Já Rodrigo narrou a dificuldade de revelação para a família porque, até hoje, culpabiliza a genitora pelo ocorrido, argumentando que a negligência dela, em termos de cuidado, contribuiu para sua vulnerabilidade à vitimização sexual. Em suas palavras, “eu nunca vou conseguir falar sobre isso com ela [mãe], nunca! Porquê? Porque, como eu a culpo [d]isso, se eu falo e ela se sente culpada, eu vou me sentir culpado de culpá-la”. Já Fernando expôs o medo de causar dor e sofrimento aos seus pais, que “nunca souberam... É algo que eu não sei se alguma vez vou ter vontade de contar (...) porque eu acho que iria causar um sofrimento muito grande saber que eu passei por tudo aquilo sozinho”. Como já evidenciado, não foi encontrado um padrão evidente no processo de revelação, pois tanto em famílias com cuidadores/as mais alfabetizados/as, quanto em famílias com cuidadores/as menos escolarizados/as, houve casos de silenciamento e falta de acolhimento. Além disso, em algumas famílias com menor escolaridade, a revelação aconteceu logo após a violência, mostrando que outros fatores, como a dinâmica familiar e as condições emocionais, podem ser mais determinantes na forma como a revelação é recebida e tratada.

Recordando outros casos que conhecia, Diogo destacou ainda o papel manipulador e chantagista do/a agressor/a no sentido de convencer a pessoa violentada a manter o silêncio: “Se tornou um grupo onde era normalizado,

até porque isso gerava presentes, dinheiro, roupa, porque esses bandidos vão te dando coisas para te calar.” Também Bruno afirmou: “Eu sabia que eu não podia falar nada porque a pessoa pediu para não falar nada.”

Já Daniel evidenciou o medo de ser desacreditado: “Acontece isso comigo e eu caio com a boca no mundo, falo com meu pai, com a minha família, vou no rádio, vou na polícia, conto tudo que aconteceu. As pessoas podem, simplesmente, não acreditar ou podem [dizer]: ‘Você ‘tá falando de algo que aconteceu, então, prova! Você tem testemunha? Alguém viu?’.” Também Lucas acredita que, mesmo que se expusesse, “naquela época, (...), realmente, se falasse, não daria em nada”, posição idêntica à de Daniel que declarou que “o esforço de se expor em busca de justiça pode ser muito grande para nada ou para só virar alvo de chacota, virar motivo de fofquinha, ou para tomar sermão, ou para causar uma dor ainda maior. Você vai escalar a situação para não, necessariamente, obter justiça. (...) Não havia reparação ou uma condenação ou acolhimento, nada”. Além da sensação da falta de justiça, Daniel confessou outro receio: o de uma reação desmedida por parte do seu pai. De fato, sabe-se que o sentimento de vingança pode surgir tanto por parte da vítima, como das pessoas que a circundam, quer pelo medo de o/a agressor/a cometer o crime novamente e/ou com outras pessoas, quer pela falta de confiança no sistema de justiça (APAV, 2019).

Assim, as crenças e percepções do/a sobrevivente relativamente à experiência da violência sexual, sentimentos como a culpa, a vergonha, o medo da reprovação social, da rejeição, da descredibilização, as ameaças do/a agressor/a (Baía *et al.*, 2013; Hohendorff, Santos e Dell’Aglia, 2015), a (auto-)responsabilização e a crença na ineficiência dos organismos formais e institucionais de resposta podem também interferir na decisão de revelação ou ocultação (APAV, 2019).

Fatores como a idade e o tipo da violência perpetrada – mais ou menos explícita e invasiva – são também relevantes (APAV, 2019). A idade da pessoa sobrevivente influencia a maturidade necessária para compreensão do episódio e expressão das próprias emoções (Alaggia e Wangb, 2020). No entanto, ao contrário do que é frequentemente encontrado na literatura, nesta pesquisa não se identificou um padrão evidente referente à idade das vítimas. Os únicos entrevistados que revelaram a vitimização no momento da violência tinham menos de doze (12) anos, enquanto todas as outras revelações ocorreram posteriormente. Isso sugere que, além da idade e da natureza da violência, fatores como a dinâmica familiar e o contexto emocional desempenham papéis significativos. Essa complexidade é

ilustrada pelo relato de Diogo, que expressa sua dificuldade em verbalizar a experiência: “A violência sexual me fez calar. Então, era muito mais forte o esparadrapo que foi colocado na minha boca do que a condição de eu olhar o que era violência sexual.”

Outro aspecto de relevo e merecedor de destaque é o sexo do/a próprio/a perpetrador/a. Quando o sobrevivente revela ter sido violentado por uma mulher, pode ser exposto a preconceitos e estereotipização específica relacionada com a sua suposta falta de virilidade (Gagnier e Collin-Vézina, 2016). Quando o sobrevivente revela ter sido violentado por outro homem, é frequentemente associado à fragilidade e à incapacidade de se defender e/ou à homossexualidade, em ambos os casos gerando receio de humilhação e subestima da sua masculinidade (Petersson e Plantin, 2019; Hlavka, 2017; Mulder, Pemberton e Vingerhoets, 2020; Petersson e Plantin, 2019; Rosa e Souza, 2020).

Os entrevistados demonstraram maior dificuldade em falar sobre a vitimização sexual perpetrada por homens. Assim, tendo sido vitimizado pelo primo, Felipe afirma que: “Eu não sei porquê, mas nunca contei para os meus pais o que aconteceu com o meu primo”, o que pode indicar uma maior dificuldade em compartilhar a violência exercida por um homem, reforçada por um ambiente de julgamento que aumenta o sentimento de vergonha (Gagnier e Collin-Vézina, 2016). Essa dificuldade pode ser especialmente acentuada entre sobreviventes não heterossexuais devido ao estigma social relacionado à vitimização por pessoas do mesmo sexo. Conforme a Tabela 1, seis (6) dos treze (13) entrevistados se identificaram como homossexuais e dois (2) como bissexuais, o que pode ter aumentado o receio de que a revelação confirmasse estereótipos sobre sua orientação sexual, intensificando a pressão para ocultar a experiência, especialmente em sociedades que estigmatizam a homossexualidade e a bissexualidade.

Assim, Felipe, bissexual, mencionou que nunca contou para os pais o que aconteceu com seu primo. Na época, ele era mais velho e já tinha maior consciência dos impactos sociais e emocionais de verbalizar a violência, o que pode ter contribuído para seu silêncio. Por outro lado, quando foi vitimizado por sua ama/cuidadora, ainda era mais novo e não apresentou as mesmas reticências, conforme aponta o relato: “Quando meus pais chegaram, eu saí contando o que eu tinha feito no dia e eu falei o que ela tinha feito, e meus pais perguntaram: ‘O pintinho⁶ ficou duro? O que ela estava fazendo?’ E eu

6 Expressão coloquial utilizada para falar do órgão genital masculino.

respon-di: ‘Ela esfregava a pepeca⁷ dela em mim’.” Segundo o entrevistado, o assunto não voltou a ser falado. As interrogações parentais sugerem, entretanto, que a vitimização não foi objeto de especial preocupação por ter sido cometida por uma mulher, considerando que há uma maior aceitação social de relações sexuais entre mulheres mais velhas e homens mais novos.

Por fim, o meio sociocultural da pessoa poderá ou não lhe permitir falar sobre sexo e sexualidade abertamente, o que também pesa na decisão de revelação/ocultação da vitimização (APAV, 2019). Exemplo disso é a dificuldade em reconhecer a violência e o tabu em discutir a sexualidade dentro de comunidades religiosas, o que complica o processo de revelação (Lusky-Weisrose *et al.*, 2022). Gustavo expressa justamente preocupação com o fato de seus pais poderem não compreender criticamente a vitimização, sobretudo por causa das crenças religiosas: “Até hoje, eu ainda tenho medo que algumas pessoas descubram, principalmente meus pais, que são pessoas muito fechadas para esse lado. Então, eu não gostaria que eles descobrissem.”

Considerações finais

Este artigo destaca a significativa e acrescida dificuldade que os homens enfrentam ao revelar episódios de vitimização sexual ocorridos durante a infância e/ou adolescência. Os relatos alinham-se com as conclusões de outros estudos, evidenciando padrões recorrentes no que concerne às razões subjacentes à ocultação/revelação da vitimização, não obstante o fato de o processo e os motivos por trás de uma ou outra variarem.

Entre os fatores que contribuem para o silenciamento encontram-se: a autculpabilização; o medo de revitimização e descredibilização; o receio de expor as famílias a vulnerabilidades várias; a chantagem; a descrença no sistema judicial e nas respostas institucionais ao problema. O processo é também permeado por fatores emocionais e socioculturais que tornam essa experiência ainda mais desafiadora para os homens, que lutam para suplantar sentimentos de vulnerabilidade, humilhação, dor e desamparo.

Inversamente, entre os fatores facilitadores, os entrevistados destacaram: o consumo de álcool e/ou substâncias psicoativas devido à sua capacidade de diminuir inibições, que ilustra a maior dificuldade de expressão emocional dos homens; o sentimento de acolhimento por parte da pessoa que escuta; a qualidade das relações familiares; o sentimento de

7 Expressão coloquial utilizada para falar do órgão genital feminino.

apoio que abrange a segurança física, emocional; e a credibilidade atribuída ao que é compartilhado. Além disso, um ambiente propício à discussão de questões relacionadas com a sexualidade é também considerado crucial. Em conjunto, estes fatores desempenham um papel importante de validação, quebra do ciclo de silenciamento, ressignificação e recuperação do processo de vitimização.

O pano de fundo da experiência de revelação/silenciamento da vitimização é o desalinhamento face à masculinidade normativa. Torna-se, pois, necessário refletir sobre o papel do gênero enquanto barreira crítica à revelação de experiências de vitimização sexual, visando criar um ambiente em que os sobreviventes se sintam habilitados e apoiados e contribuindo para a prevenção da revitimização. Também o trabalho de conscientização e restauração da confiança nos instrumentos legais e oficiais urge, no sentido de contribuir para a construção de uma cultura que rejeite a violência e promova a igualdade de gênero.

Tratando-se de um estudo de casos, este estudo apresenta algumas limitações, decorrentes, desde logo, do número relativamente reduzido de entrevistas e de uma certa homogeneidade sociodemográfica dos entrevistados. Todavia, contribui para aprofundar o conhecimento das próprias visões de homens vitimizados e para expandir um domínio de investigação ainda pouco explorado, especialmente em Portugal. Do ponto de vista da intervenção, uma maior divulgação de investigações sobre o tema pode ampliar a conscientização sobre violência sexual contra meninos e adolescentes, contribuindo para reduzir percepções sociais e culturais normativas que a perpetuam (Hohendorff, Santos e Dell’Aglia, 2015), facilitando a sua notificação e a implementação de medidas preventivas e de acompanhamento dos sobreviventes.

Bibliografia

- AHRENS, Courtney; STANSELL, Janna; JENNINGS, Amy – To tell or not to tell: The impact of disclosure on sexual assault survivors’ recovery. *Violence and Victims* [Em linha]. 25:5 (2010) 631-648. Disponível em: <https://connect.springerpub.com/content/sgrvv/25/5/631>. ISSN 1945-7073.
- ALAGGIA, Ramona – Disclosing the trauma of child sexual abuse: a gender analysis. *Journal of Loss and Trauma* [Em linha]. 10:5 (2005) 453-470. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15325020500193895>. ISSN 1532-5024.
- ALAGGIA, Ramona; COLLIN-VÉZINA, Delphine; LATEEF, Rusan – Facilitators and barriers to child sexual abuse (CSA) disclosures: A research update (2000-2016).

- Trauma, Violence, and Abuse* [Em linha]. 20:2 (2019) 260-283. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1524838017697312>. ISSN 1524-8380.
- ALAGGIAA, Ramona; WANG, Susan – “I never told anyone until the #metoo movement”: What can we learn from sexual abuse and sexual assault disclosures made through social media? *Child Abuse & Neglect* [Em linha]. 103 (2020) 104-312. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104312>. ISSN 0145-2134.
- APAV – *Manual CARE: apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual*. Lisboa: APAV, 2019. ISBN 9789728852962.
- ASPLUND, Stig-Börje; PRIETO, Héctor Pérez – Approaching life story interviews as sites of interaction Integrating conversation analysis with a life story approach. *Qualitative Research Journal* [Em linha]. 20:2 (2019) 175-187. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/QRJ-03-2019-0033>. ISSN 1443-9883.
- BAÍA, Pedro; VELOSO, Milene; MAGALHÃES, Celina; DELL’AGLIO, Débora – Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: Negação, retratação e fatores associados. *Temas em Psicologia* [Em linha]. 21:1 (2013) 193-202. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.1-14>. ISSN 1413-389X.
- BARDIN, Laurence – *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016. ISBN 9788562938047
- BOURDIEU, Pierre – *Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. ISBN 9788528607055.
- CASIMIRO, Cláudia – Violências na conjugalidade: a questão da simetria do género. *Análise Social* [Em linha]. 43:188 (2008) 579-601. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/29991/21504>. ISSN 2182-2999.
- CHARMAZ, Kathy – Qualitative interviewing and grounded theory analysis. In GUBRIUM Jaber; HOLSTEIN, James (Eds.) – *Handbook of Interview Research: Context and Method*. Thousand Oaks: Sage, 2002. ISBN 9780761919511. pp. 675-694.
- COLLINGS, Steven; GRIFFITHS Sacha; KUMALO, Mandisa – Patterns of disclosure in child sexual abuse. *South African Journal of Psychology* [Em linha]. 35:2 (2005) 270-285. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/008124630503500207>. ISSN 0081-2463.
- COLLIN-VÉZINA, Delphine; SABLONNIÈRE-GRIFFIN, Mireille; PALMER, Andrea; MILNE Lise – A preliminary mapping of individual, relational, and social factors that impede disclosure of childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*

- [Em linha]. 43 (2015) 123-134. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.03.010>. ISSN 0145-2134.
- CONNELL, Raewyn – *Masculinidades*. México: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 2003. ISBN 9789703207121.
- DEERING, Rebecca; MELLOR, David – An exploratory qualitative study of the self-reported impact of female-perpetrated childhood sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse* [Em linha]. 20:1 (2011) 58-76. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10538712.2011.539964>. ISSN 1053-8712.
- DENOV, Myriam – The myth of innocence: Sexual scripts and the recognition of child sexual abuse by female perpetrators. *Journal of Sex Research* [Em linha]. 40:3 (2003) 303-314. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00224490309552195>. ISSN 0022-4499.
- DUARTE, Madalena – *Para um direito sem margens: representações sobre o direito e a violência contra as mulheres*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. Tese de Doutoramento em Sociologia.
- EASTON, Scott – Childhood disclosure of sexual abuse and mental health outcomes in adulthood: assessing merits of early disclosure and discussion. *Child Abuse & Neglect* [Em linha]. 93 (2019) 208-214. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.04.005>. ISSN 0145-2134.
- EASTON, Scott – Disclosure of child sexual abuse among adult male survivors. *Clinical Social Work Journal* [Em linha]. 41:4 (2013) 344-355. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10615-012-0420-3>. ISSN 0091-1674.
- EASTON, Scott – The disclosure process for men with histories of sexual abuse. *Clinical Social Work Journal*. 12 (2012) 1-12. ISSN 0091-1674.
- GAGNIER, Charlotte; COLLIN-VÉZINA, Delphine – The disclosure experiences of male child sexual abuse survivors. *Journal of Child Sexual Abuse* [Em linha]. 25:2 (2016) 221-241. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10538712.2016.1124308>. ISSN 1053-8712.
- GOFFMAN, Erving – *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988. ISBN 9788521612551.
- GRUENFELD, Elizabeth; WILLIS, Danny; EASTON, Scott – “A very steep climb”: Therapists’ perspectives on barriers to disclosure of child sexual abuse experiences for men. *Journal of Child Sexual Abuse* [Em linha]. 26:6 (2017) 731-751. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1332704>. ISSN 1053-8712.

- HLAVKA, Heather – Speaking of stigma and the silence of shame: young men and sexual victimization. *Men and Masculinities* [Em linha]. 20:4 (2017) 482-505. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1097184X16652656>. ISSN 1097-184X.
- HOHENDORFF, Jean Von; SANTOS, Samara; DELL'AGLIO, Débora – Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. *Contextos Clínicos* [Em linha]. 8:1 (2015) 46-54. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2015.81.05>. ISSN 1983-3482.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Inquérito sobre segurança no espaço público e privado*. 2023. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=625453725&DESTAQUESmodo=2.
- JAVOID, Aliraza – Male rape, masculinities, and sexualities. *International Journal of Law, Crime and Justice* [Em linha]. 52 (2018) 199-210. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijlcrj.2017.12.003>. ISSN 1756-0616.
- LAHTINEN, Hanna-Mari; LAITILA, Aarno; KORKMAN, Julia; ELLONEN Noora – Children's disclosures of sexual abuse in a population-based sample. *Child Abuse & Neglect* [Em linha]. 76 (2018) 84-94. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.10.011>. ISSN 0145-2134.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean – *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes, 1999. ISBN 9788573074895.
- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana; LEANDRO, Alexandra – *Violência e género. Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. ISBN 9789725973103.
- LUSKY-WEISROSE, Efrat; KOWALSKI, Marlene; TENER, Dafna; KATZ, Carmit – Child sexual abuse by religious authority figures in Germany and Israel: The experiences and perceptions of adult survivors. *Journal of Interpersonal Violence* [Em linha]. 37 (2022) 23-24. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/08862605211062997>. ISSN 0886-2605.
- MACHADO, Andreia – *Intimate partner violence against men: From characteristics to their meanings*. Braga: Universidade do Minho, 2016. Tese de Doutoramento em Psicologia Aplicada.
- MACHADO, Andreia; MATOS, Marlene – Homens de quem não se fala: as vítimas esquecidas da violência na intimidade. *Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça*. 5 (2012) 5-28. ISBN 9789899758148.

- MANOLIOS, Emilie; BRAOUDÉ, Ilan; JEAN, Elise; HUPPERT, Thomas; VERNEUIL, Laurence; REVAH-LEVY, Anne; SIBEONI, Jordan – Disclosing child sexual abuse to a health professional: A metasynthesis. *Frontiers in Psychiatry* [Em linha]. 13 (2022) 1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyt.2022.788123>. ISSN 1664-0640.
- MINAYO, Cecília – O desafio da pesquisa social. In MINAYO, Cecília; DESLANDES, Suely; NETO, Otávio; GOMES, Romeu (Orgs.) – *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009. ISBN 9788532611451. pp. 9-29.
- MORRISON, Sarah; BRUCE Caroline; WILSON Sarah – Children's disclosure of sexual abuse: a systematic review of qualitative research exploring barriers and facilitators. *Journal of Child Sexual Abuse* [Em linha]. 27:2 (2018) 176-194. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10538712.2018.1425943>. ISSN 1053-8712.
- MULDER, Eva; PEMBERTON, Antony; VINGERHOETS Ad – The feminizing effect of sexual violence in third-party perceptions of male and female victims. *Sex Roles* [Em linha]. 82 (2020) 13-27. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11199-019-01036-w>. ISSN 0360-0025.
- OKUR, Pinar; KNAAP, Leontien; BOGAERTS, Stefan – A quantitative study on gender differences in disclosing child sexual abuse and reasons for nondisclosure. *Journal of Interpersonal Violence* [Em linha]. 35 (2020) 5255-5275. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260517720732>. ISSN 0886-2605.
- PETERSSON, Charlotte; PLANTIN, Lars – Breaking with norms of masculinity: men making sense of their experience of sexual assault. *Clinical Social Work Journal* [Em linha]. 47 (2019) 372-383. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10615-019-00699-y>. ISSN 0091-1674.
- PRIEBE, Gisela; SVEDIN, Carl – Child sexual abuse is largely hidden from the adult society. An epidemiological study of adolescents' disclosures. *Child Abuse & Neglect* [Em linha]. 32:12 (2008) 1095-108. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.04.001>. ISSN 0145-2134.
- RICHEY-SUTTLES, S.; REMER, R. – Psychologists' attitudes toward adult male survivors of sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse* [Em linha]. 6:2 (1997) 43-61. Disponível em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/psychologists-attitudes-toward-adult-male-survivors-sexual-abuse>. ISSN 1053-8712.
- ROSA, Cristiano; SOUZA, Jane – Violência/abuso sexual contra meninos: masculinidades e silenciamentos em debate. *Pesquisa em Foco* [Em linha]. 25:2

- (2020) 144-167. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/pef.v25i2.2480>. ISSN 1807-9008.
- SCHONBUCHER, Verena; MAIER, Thomas; MOHLER-KUO, Meichun; SCHNYDER, Ulrich; LANDOLT, Markus – Disclosure of child sexual abuse by adolescents: A qualitative in-depth study. *Journal of Interpersonal Violence* [Em linha]. 27:17 (2012) 3486-3513. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260512445380>. ISSN 0886-2605.
- SILVA, Aline; ORO, Gabriela; BOSSARDI, Carina – Aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência. *Pensando Famílias*. 25:2 (2021) 239-255. ISSN 1679-494X.
- SILVA, Flávia; MONGE, Aline; LANDI, Carlos; ZENARDI, Gabriel; SUZUKI, Denise; VITALE, Maria – Os impactos da violência sexual vivida na infância e adolescência em universitários. *Revista Saúde Pública* [Em linha]. 54:134 (2020) 1-11. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002576>. ISSN 0034-8910.
- SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (SSI) – *Relatório Anual de Segurança Interna 2022*. Governo da República Portuguesa: Conselho Superior de Segurança Interna, 2022. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDazMAQAhxRa3gUAAA%3d>.
- SORSOLI, Lynn; KIA-KEATING, Maryam; GROSSMAN, Frances – “I keep that hush-hush”: Male survivors of sexual abuse and the challenges of disclosure. *Journal of Counseling Psychology* [Em linha]. 55:3 (2008) 333-345. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0022-0167.55.3.333>. ISSN 0022-0167.
- STALLER, Karen; NELSON-GARDELL, Debra – “A burden in your heart”: lessons of disclosure from female preadolescent and adolescent survivors of sexual abuse. *Child Abuse and Neglect* [Em linha]. 29:12 (2005) 1415-1432. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.06.007>. ISSN 0145-2134.
- STRECHT, Pedro (coord.); LÚCIO, Álvaro Laborinho; ALMEIDA, Ana Nunes de; VASCONCELOS, Catarina; SAMPAIO, Daniel; TAVARES, Filipa; MENDES, Francisco Azevedo; GARRAIO, Júlia; CARVALHO, Rita Almeida de; PINTO, Sérgio Ribeiro; RAMOS, Vasco; VARELA, Ana Sofia; PIRES, Catarina - *Comissão independente para o estudo dos abusos sexuais de crianças na igreja católica portuguesa*. Lisboa: 2023. Disponível em: https://www.cnpdpj.gov.pt/documents/10182/14804/Comiss%C3%A3o+Independente+Estudo+Abusos+Sexuais+Crian%C3%A7as+Igreja+Cat%C3%B3lica+Portuguesa_RELAT%C3%93RIO+FINAL_Sum%C3%A1rio+Executivo/39f039a4-c4a4-4ae2-9ce2-908b762ca10d.

TEIXEIRA, Joana; RIBEIRO, Fernando – Trabalho de campo num bairro social de Braga, questões metodológicas e o envolvimento participante como estratégia. In SILVA, Manuel; RODRIGUES, Fernando; LOPES, João; FONTES, António; MORA, Teresa (Eds.) – *Por uma habitação básica, cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto: Afrontamento, 2020. ISBN: 9789723618464. p. 203-222.

VENTURA, Isabel – *Medusa no Palácio da Justiça ou Uma História da Violação Sexual*. Lisboa: Tinta da China, 2018. ISBN 9789896714277.

WAMSER-NANNEY, Rachel; SAGER, Julia – Predictors of maternal support following children's sexual abuse disclosures. *Child Abuse & Neglect* [Em linha]. 81 (2018) 39-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.04.016>. ISSN 0145-2134.

YIN, Robert – *Case Study Research: Design and methods*. Thousand Oaks: Sage, 2018. ISBN 9781506336167.

- Receção: 10.04.2024

- Aprovação: 04.12.2024

LAYING OUT A SCRIPT FOR STUDENTS' EMOTIONS THROUGH GENDER AND EMOTION SOCIALISATION

REBECCA JUDEH*

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

DALILA CEREJO**

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

Abstract

Acknowledging the harmful impact gender stereotypes have on children's social and emotional development and education (Fawcett Society, 2020; King *et al.*, 2021) is essential to fostering a positive developmental process. Utilising a gender and emotion socialisation lens, this preliminary study investigates the expression of gender stereotypes and feeling rules in school interactions. Building from Judith Butler's (2006) theory of gender performativity and Arlie Hochschild's (1979, 2012) concepts of feeling rules and emotion work, an ethnographic study was conducted at a Portuguese primary school in the spring of 2023. The preliminary data observed feeling rules and gender stereotypes in classroom discourse, learning material, and student acts.

Keywords: Emotion socialisation, feeling rules, gender inequalities, gender socialisation; gender stereotypes

Resumo

Elaborando um guião para as emoções dos estudantes por meio da socialização de género e das emoções

Reconhecer o impacto prejudicial que os estereótipos de género têm no desenvolvimento social e emocional e na educação das crianças (Fawcett Society, 2020; King *et al.*, 2021) é essencial para criar um processo de desenvolvimento positivo. Utilizando uma lente de socialização de

* E-mail: a2019143150@campus.fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0002-7719-9137>

** E-mail: dalilacerejo@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0118-1558>

género e emoção, este estudo preliminar investiga a expressão de estereótipos de género e regras de sentimento nas interações escolares. Com base na teoria da performatividade de género de Judith Butler (1979, 2006) e nos conceitos de regras de sentimento e trabalho emocional de Arlie Hochschild (2012), foi realizado um estudo etnográfico numa escola primária portuguesa na primavera de 2023. Os dados preliminares observaram regras de sentimento e estereótipos de género no discurso da sala de aula, no materiais aprendizagem e nas ações dos estudantes.

Palavras-chave: Socialização das emoções, regras de sentimentos, desigualdades de género, socialização de género, estereótipos de género

Résumé

Élaborer un script pour les émotions des étudiants à travers la socialisation de genre et des émotions

Reconnaître l'impact néfaste des stéréotypes de genre sur le développement social et émotionnel des enfants et sur leur éducation (Fawcett Society, 2020; King *et al.*, 2021) est essentiel pour favoriser un processus de développement positif. En utilisant l'optique de la socialisation du genre et des émotions, cette étude préliminaire examine l'expression des stéréotypes de genre et des règles de sentiment dans les interactions à l'école. En s'appuyant sur la théorie de la performativité du genre de Judith Butler (1979, 2006) et sur les concepts de règles de sentiment et de travail émotionnel d'Arlie Hochschild (2012), une étude ethnographique a été menée dans une école primaire portugaise au printemps 2023. Les données préliminaires ont permis d'observer les règles du sentiment et les stéréotypes de genre dans le discours de la classe, le matériel d'apprentissage et les actions des élèves.

Mots-clés: socialisation des émotions, règles de sentiments, inégalités de genre, socialisation de genre, stéréotypes de genre

Introduction

Portuguese students averaged between 162 to 180 days (depending on their educational level), nearly half a year, of instruction time at the end of the 2021/2022 academic school year (European Commission, 2021). A significant portion of the learning day typically involves students engaging with their classmates and/or teachers outside of academic moments, such as recess or morning and end-of-day preparation times. The socialising aspect privileged to schools should be recognised, as outside of the students' families schools are one of the most socialising contexts encountered (Horner and Wallace, 2013). Identities are developing and social and emotional competencies are also evolving as most school-aged children are confronted with numerous social interactions each day. Although there is a significant level of socialisation occurring in students' homes, attention directed towards secondary socialisation, through a gender and emotion socialisation lens, will

be addressed in this article.

As part of an ongoing research investigation, this preliminary study intended to identify how feeling rules and gender stereotypes were expressed and manifested in an academic setting. This step in the research investigation serves as the basis for the study's principal hypothesis: *The expression, understanding, and management of emotions can be learned and acquired through the introduction and reproduction of gender stereotypes expressed through feeling rules as one does gender.* This initial step was required in order to document feeling rules and gender stereotypes at schools. The study that supports this article was conducted in the spring of 2023, utilising the concepts of feeling rules and emotion work (Hochschild, 1979, 2012) and *doing* gender, stemming from Butler's (2006) theory of gender performativity. Work from Judith Butler's *Gender Trouble* (2006) and Arlie Hochschild's *Managed Heart* (2012) will function as literary links between emotion and gender socialisation.¹

1. Gender Socialisation at School

Schools serve as a main source for gender socialisation (Adler *et al.*, 1992; Bigler *et al.*, 2013; Molla, 2016) through the reinforcement and acquisition of gendered social norms, roles, and expectations. Children entering school will have learned and acquired gendered behaviours and attitudes associated with their identified genders as early as birth; then introducing those ideas to their classroom peers. Students adopt and acquire traditional gender roles (Nadler, 1985) and learn and create a gendered space, where cultural norms and beliefs are practiced (Adler *et al.*, 1992); a set of invisible rules and guidelines functioning as the parameters for this new *gendered* educational world. This notion of a gendered space where students exercise cultural norms is consistent with Bem's work (1983) as she writes how kids establish their own set of gender rules. While learning out-of-textbook content, students observe and interpret new or reinforced cultural and gendered norms and ideas that aid in the construction of their identities (Adler *et al.*, 1992; Brito *et al.*, 2021). Social interactions between class peers have a significant influence on the socialisation of children (Bigler *et al.*, 2013); it is within the aforementioned "gendered space" that socialisation is happening.

Recent Portuguese ethnographic studies (Perreira, 2012; Brito *et al.*, 2021) have been carried out and identified this gendered educational world

¹ This article has adopted binary language: boy/girl or man/woman to align supporting literature with specific examples and descriptions from the class observations conducted.

through the documentation of gender stereotypes and gendered cultures and/or learning material at schools. Each study investigated a different age group while conducting a gender performative analysis, citing Judith Butler's (2006) theory of gender performativity. Perreira (2012) investigated gender being performed on the playground with young adolescents and Brito et al. (2021) studied how gender identity was re/constructed in a preschool-aged classroom through social interactions or reinforcement of gendered material. Both studies present the socialisation aspect granted to schools and highlight the necessity to continue studying gender in the classroom.

Utilising Judith Butler's theory of gender performativity (2006), this research takes the position that gender is a social construction, through the reproduction and continuation of performative gendered expressions. Gender roles, behaviour, and stereotypes all lead to what Butler refers to as performative acts in which gender is being created or done (Morgenroth and Ryan, 2018). Butler describes gender as a performative act that individuals [society] are *doing* as an external expression. As young boys play football during recess and young girls bring pink bookbags to school, gender is being done and reinforced. Butler asserts that when individuals are doing gender, they are performing what has been observed and culturally acquired through social interactions that have been introduced and reinforced by society (Morgenroth and Ryan, 2018). By performing a set of gender acts, students are creating and reinforcing gender through acts of gender expressions.

Risman (2018, p. 23) argues that adhering to gender stereotypes is an act of socialisation, and the collective gendered views and beliefs expressed through societal pressures are social inequalities in the making. If society, or young students specifically, are to adhere to preassigned gender roles, then boys would be socially guided by a behavioural compass that *should* direct them toward aggression or toughness, while girls should adhere to the submissive and deferential narratives that society has sketched out for them. The social behavioural ideals assigned to genders construct an unequal and imbalanced level of power, as well as a sense of gender accountability which results in social consequences should one behave outside of these gendered social norms (West and Zimmerman, 1987; Butler, 2006; Morgenroth and Ryan, 2018; Perreira, 2012).

2. Emotion Socialisation at School

As students acquire and adopt gendered norms, they also learn to express, manage, and identify emotions based on their "emotion culture" through

emotion socialisation (Peterson *et al.*, 2006, p.122). Through experienced social contexts, students reinforce, learn, and acquire information to express, manage, and understand their emotions. Classroom instructors are also involved in similar interactions of emotion socialisation as parents (Morris *et al.*, 2013), with classroom instructors being critical instruments in the facilitation of emotion socialisation in the classroom (Valiente *et al.*, 2020; Bølstad *et al.*, 2023). Teachers are, after all, role models, and their emotional management and comprehension competencies, backgrounds, including morals and values, and teaching styles will have an influence on emotions expressed in the classroom (Hargreaves, 1998; Valiente *et al.*, 2020).

Students and instructors exchange numerous social interactions throughout the school day, with the inclusion of a myriad of emotions and feeling expressions. Internalising the emotions of others occurs within our students' social interactions as Cerejo and Lisboa (2018, p. 159) write "... recognition of the emotional states of others is one of the foundations of social interaction processes...". While engaging in social interactions, individuals must have the capability to understand and identify the emotions of others. Students are tasked with understanding and processing their emotions and those of others, as well as effectively and emotionally interacting in diverse environments, such as schools, through the process of emotion socialisation.

3. Social Process of Managing, Understanding, and Identifying Emotions

Arlie Hochschild's work in *Managed Heart* (2012) introduces feeling rules, social norms and expectations that guide emotional behaviour; and emotion work, the efforts made to shift one's emotions externally. Hochschild writes that individuals manage and express their emotions based on societal expectations that have been prescribed to certain social groups and roles, i.e. gendered groups and roles (Hochschild, 2012). The social roles that could be adopted in a school setting (i.e., intelligent student (nerd), class clown, and athlete) are attached to a set of feeling rules that students presume must be expressed or that are expected from society (other students, parents, or instructors). Feeling rules may reinforce gender expectations or roles that children have already experienced through social interactions, such as "boys shouldn't cry", or may also function as a model or guide on how certain genders should manage and express their emotions based on gender roles, or how to understand and expect the emotions of others.

When gendered roles and groups are assigned particular feeling rules, such as girls should be timid or young boys should be tough, gender

stereotypes are conveyed through gender stereotyping of emotions (Plant *et al.*, 2000). Feeling rules produce expectations and guidelines based on the beliefs of how a gender should behave emotionally, perpetuating gender stereotypes while causing actions or effects: *emotionally responding within the gendered social norms*. Explicitly adopting a role was observed as boys were spoken to after rough play during a football game. One boy in particular was quite aggressive and physical with another student, in which the student responded to the teacher that was how the football players on the Manchester United team played; they *hit* each other. The student had assigned an emotional and physical behaviour to the role of “football player” that he then adopted and used to justify his actions during recess.

By applying Arlie Hochschild’s (1979, 2012) concepts of feeling rules and emotion work and Judith Butler’s (2006) theory of gender performativity, a deeper analysis into the social interactions in the classroom can be deconstructed, using gender stereotyping of emotions as the medium. Observing gender expressions through feeling rules or emotion work outlines a social process in how students acquire or develop the understanding of how to express, manage, or understand emotions. Butler’s gender performativity theory, which centres on how individuals *do* gender through performative acts, shows how feeling rules or emotion work are examples of gendered performative acts that are then reproduced throughout the school day, eventually becoming an expression that plays a role in how students manage, express, and understand emotions based on their gender identification. Feeling rules and acts of emotion work that are expressed and reproduced, are performatively acted, and can reinforce gender stereotypes and gender roles, influencing the emotional development of children.

4. Methods

As part of a preliminary study of a research investigation continued through the academic school year of 2023/2024, an ethnographic study was conducted at a public primary school in Lisbon with a second-grade class made up of 22 students: 14 boys and 8 girls, between the ages of seven and nine. Fifteen students were from Portugal, three students from Brazil, one student from Cabo Verde, one student from Angola, one student from Nepal, and one student from Ukraine. Forming the nucleus of this research is a symbolic interactionist perspective, a position supporting the notion that social interactions and the various meanings associated to them are the building blocks used to shape and create identities. Immersing oneself

into the research environment required a research method, such as an ethnography, that provided a wide lens and the flexibility to observe social interactions evolving and changing, reflecting the evolution of behaviour.

The structure of the ethnographic timeline was adopted from Marlies Kustatscher's work (2015) and began with one day per week in late January and ended with one day per week at the end of June: totalling 29 days and just over 100 hours. Different moments during the school year were observed: Carnaval, Spring Holiday/Easter Break, Mother's Day, Father's Day, and the End-of-the-Year School Performances. Science, Portuguese, and Mathematics lessons, as well as Physical Education and recess were observed. Classes were conducted in Portuguese with all students and instructors being native Portuguese speakers, with the exception of the students from Ukraine, Nepal, and Cabo Verde and myself. These specific classes were observed as they were instructed by the homeroom teacher, who had volunteered to allow class observations to occur. Physical Education was taught by a different teacher, who also agreed to be observed after a request had been made. Recess was more of an open observation space that was granted by the headmaster. All notes and observations were recorded in notebooks, discarding the idea of using technology, i.e. laptop or iPad/tablet, as this could lead to a distraction for the students.

Initial interest in the researcher's place of origin arose, as well as confusion regarding the idea that *everyone* was a student, which was the "identity" assumed by the researcher. Throughout the semester, the role of the researcher developed and shifted from "fly on the wall" to a more involved participant observer, sometimes being invited to participate in class activities or games at recess. Usually, the researcher limited participation and maintained an observer role to gain an overall perspective of the class. The two students who were not native Portuguese speakers sometimes required an English translation to understand the task and assistance would be requested or given, changing the researcher's role into educator (the researcher's professional background).

Observations were mostly recorded from students' group tables or benches around the school's playground. Sitting at a group table allowed for closer insights into conversations and interactions, as well as a spatial perspective of what students experienced, as there was an opportunity to sit at all group tables. There was a specific table, located towards the back of the classroom, where the majority of time was spent as the position provided an overall view of the class. Other seats in the classroom did not offer

unobstructed views of the front board or the homeroom teacher's desk, or all of the students were not in sight.

Over time, students, especially at the table where the researcher was usually seated, became more familiar and comfortable. While this was not directly verbalised, the number of curious stares for extensive periods decreased, and overall body language was more relaxed, with more dialogues and questions arising. Increased curiosity into what was being written also occurred, usually followed by questions. Seeing as the notes were written 90% in English and 10% in Portuguese (in moments where writing fast was required, it was easier to maintain Portuguese), it was difficult for students to understand the written notes, sometimes resulting in students seeking guidance from English speakers (student with a parent from the United Kingdom and student from Nepal) in the classroom. When questions did peak, these dialogues usually took place during recess. Dialogues with the homeroom teacher also occurred during Physical Education or during brief monthly lunch meetings, to review the progress of the project. Most dialogues between the homeroom teacher and the researcher involved background information into the students' academic and home lives, which provided greater understanding into observations made.

Prior to beginning the study, consent forms were given to all legal guardians in both English and Portuguese explaining the purpose of the study. The data and observations collected, names of students and educational staff, and the identity of the school have been treated completely confidentially. This study has adopted a childhood studies framework in that students are participants and not subjects; that is, it is a study *with* students and not *on* students.

Examples of feeling rules and gender stereotypes were quickly recorded when observed throughout the school day. Microsoft Excel served as the initial software to record the handwritten notes, and these files were eventually transferred and coded on MAXQDA software. After reviewing the recorded notes, three categories were created to present how gender and emotion socialisation (in the form of gender stereotypes and feeling rules) manifested in the classroom. The categories of analysis were: 1) **Discourse**; 2) **Learning Material**; and 3) **Student Actions**. Category 1 includes social interactions that were directly and verbally communicated and relayed gendered ideas or gendered emotion-related messages/acts. Category 2 refers to gender stereotypes and feeling rules present in learning material. The last category, Category 3, was challenging to classify as it involved actions from different

school settings, such as class performance and playground activities. These observations reflect actions embedded with gender stereotypes or feeling rules, and/or when emotion work was being performed. Each category served as a specific lens to understand how gender and emotion socialisation manifested.

5. Results

Nearly 1,000 social interactions containing gender stereotypes and feeling rules were recorded throughout the spring semester and over 800 of those were organised into each of the categories. Roughly 80% of the observations were Student Actions, Discourse about 10% of the time, and Learning Material less than 10% of the observations. Student Actions was recorded every observation day and Discourse was the next most common category, being recorded 20 out of the 29 days. The category appearing the least was Learning Material with a presence of 18 days. Some examples from each category can be observed in Table 1.

TABLE 1. OBSERVATIONS FROM DISCOURSE, LEARNING MATERIAL,
AND STUDENT ACTIONS CATEGORIES

CATEGORY	EXAMPLES
Discourse	● Using Terms of Endearment: <i>princesa</i> vs. <i>senhor</i> ● Challenging Feeling Rules: Class discussion on how people can be sad without crying ● Doing Feeling Rules: Students being tasked with verbally expressing and reflecting on actions (usually during peer-peer arguments) ● Giving hugs during <i>Conselho de Turma</i> (could also be in “Student Actions”)

<i>Learning Material</i>	● Gendering Emotion in Literature: Boys/Men (aggressor) and Girls/Women (victim) ● Presenting Feeling Rules: Video Presentation explaining how sorry, or <i>desculpa</i>, does not always solve conflicts. Repeated gendered emotion stereotypes with aggressive boy character and timid, victim girl with woman instructor encircled by hearts. ● Gendered Colour Coordination: Colour Sexism – Using pink for boys and green for girls gives a reason to be upset (two separate stories); and using pink classroom instruments to discipline a boy.
<i>Student Actions</i>	● Boy students being more interactive (volunteering answers, shouting answers, or correcting students) during academic classes, such as maths or science, and girls being more timid and shyer/quieter. ● Cheering and throwing fists in the air to congratulate students who completed a science activity. When students were unable to achieve the set goal, there was mostly silence. ● Group of boy students being physically aggressive towards another student (boy) during recess. The student did not respond and continued to play until returning to the classroom (emotion work).

6. Discussion

Quantifying the categories produced unexpected results, slightly overshadowing a complete look into the repetition and reproduction of gender stereotypes/gendered emotions present in the classroom. Student Actions were recorded every observation day, and the data shows that Discourse and Learning Material were both present about two-thirds of the observation days. Consider learning material: gender stereotyped-posters on

the walls, or gender stereotyped-stories discussed for one-two weeks; it is known that these were repeated (observed) on more than one day, even though not conveyed in the data. Recording gender stereotyped-material each day it was present, such as a story discussed over many classes or a gender stereotyped-poster on the wall for weeks, could have provided a greater view into the repetition and reproduction of gendered material. Recognising this is important to clarify, as the repetition of class discussions about stories or gender-stereotyped material were also observed despite not being quantified. The following sections describe each category and/or examples in greater detail.

6.1. Category 1: Discourse

Originating from Austin's speech act theory (1955), speech such as words, utterances, and phrases are understood to have performative responses. When an individual articulates a statement, this also creates effects, such as performative actions. These verbal acts are also examples of expressions, and in the context of this research, they are gendered expressions. Butler writes how speech is a bodily gesture with a linguistic consequence (p.26, 2006); speaking is something we *do*.

Category 1. Discourse: Using Terms of Endearment

When a student is called *princesa*, expectations and ideas of what it means to be a girl could be attached or assumed. A multiple-choice question from the students' textbook tasked students with matching the phrase "pretty girl" (*menina bonita*) with a word: A) witch (*bruxa*); B) princess (*princesa*) – correct answer; and C) green goblin (*duende verde*), supporting the idea that a princess is someone who is pretty. The common usage of this term arguably reflects the stereotypical gender role society expects from young girls: submissive, caring, obedient, aesthetically pleasing, and timid, to name a few characteristics (Bai, 2022). Emotionally and traditionally, Disney princesses are not usually portrayed as strong and confident characters compared to their "prince charming", whom they seek to marry. This idea mirrors West and Zimmerman's (1987) analysis of how men are socially connected to dominant behaviour while women are more submissive. The social representations and stereotypes displayed by fairytale characters reinforce hegemonic masculinity models and also symbolise a stage of development and preparation of women for their social roles as wives and later on, mothers (Mira, 2017), reinforcing their presence within the private

sphere and consequently removing the theme from the public domain.

Addressing boys as *senhor* associates a higher status to boys, as society commonly uses “Mr.”/ “Mrs.”/ “Ms.” to show rank and respect within social classes, as well as power. Status can be observed as a very powerful tool in the dynamics between individual and socialisation as it may serve as an incentive to assimilate cultural norms and practices. (Bigler *et al.*, 2013).

Category 1. Discourse: Challenging and Doing Feeling Rules

Not only does teaching require a certain degree of empathy, but instructors also have the responsibility of teaching emotions, which has been evidenced by the number of Social and Emotional Learning programmes incorporated into school curricula in the last decade (*Devagar se vai ao longe* – social and emotional competency programme in Portugal). The homeroom teacher’s reflection on expressing sadness worked to build students’ emotional understanding as they understood crying and being sad to be a mutually exclusive relationship; this not only positively affects students’ social skills but also positively impacts their academic performance (Bahman and Maffini, 2008).

Each week students met to discuss class issues and concerns during class meetings, or *Conselho de Turma* (class council), where conflicts would often be resolved, involving both student and teacher input. Observing the teacher routinely require students to reflect on their actions, taught students to understand and manage their emotions, displaying once more how emotion socialisation occurs at school and can be facilitated or “socialised” through caregiver-child interactions, such as teacher-student relationships (Cekaite and Ekström, 2019). Following resolved conflicts or misunderstandings was usually an apology: saying “sorry” or “*desculpa*”, accompanied by a hug between the involved students. When one responded or asked for forgiveness, a hug would follow. Even though considered a positive act of affection, how or why had giving a hug become an accessory attached to the word “sorry”? Does an apology without a hug imply a less sincere apology, and is it socially acceptable to hug anyone every time apologies are exchanged – regardless of gender or age? Communicating an apology is arguably one of society’s most common feeling rules associated with repentance, while giving a hug was observed as a physical response to an apology despite any verbal cues given.

6.2. Category 2: Learning Material

Learning material refers to posters, textbooks and library books, worksheets, and/or presentations presented to students. Observing and analysing learning material allows for the understanding of the forms of gender stereotypes/feeling rules taught, reinforced, and potentially acquired by students.

Category 2. Learning Material: Gendering Emotion in Literature

Occurrence of gender-stereotyped literature material has been documented in a number of studies (Peterson and Lach, 1990; Hamilton *et. al*, 2006; Damigellaa and Licciardello, 2014; Samagaio, 2018), where common depictions of gender stereotyping of emotions were observed with sensitive girl characters and tough boy characters, or an imbalanced number of men and women were used to represent specific professionals. Frequent portrayals of similar gender-stereotyped and gendered emotions were present in class material. While inundated with inaccurate gender representations, gender stereotyped portrayals in children's literature can lead students to accept gender roles which guide towards a specific gendered behaviour (Taylor, 2003). Serving as one of the most important learning tools for students, the content found in textbooks or on library shelves function as very powerful socialisation tools (Zipes, 1981; Tepper *et al.*, 1999), and can further develop gendered ideas (Samagaio, 2018).

Category 2. Learning Material: Presenting Feeling Rules

By means of video presentation, feeling rules were taught as the presenters discussed the effectiveness of saying *desculpa* (sorry) and how apologising does not always alleviate emotional wounds. Similarly to past literature, the video introduced stereotypical gendered emotions: aggressive (boy) and vulnerable (girl), and the girl accidentally bumped into the boy who responded angrily and aggressively. Presenting boys as aggressive and girls as less aggressive, reflects socially emotional and cultural stereotypes and expectations.

Furthermore, the instructor, whose role it was to address what had occurred, was displayed with hearts encircling her. This also served to create an image of the nurturing girl/woman stereotype. Wikler (1976) conducted a research study that reflects this precise idea, in which students expected instructors who were women to be nicer and more approachable than instructors who were men (Hochschild, 2012). This is a social norm and

stereotype placed upon teachers/professors on the basis of their gender.

Following the presentation was a brief discussion on what to do when students feel angry and upset. A boy provided a more active approach by suggesting listening to music and a girl proposed writing, while another girl expressed thinking of “pretty words and images”. These responses reflected stereotypical gender emotional management methods: active or aggressive and passive or more peaceful, the latter being for girls.

Category 2. Learning Material: Gendered Colour Coordination

As pink is stereotypically and socially accepted as a feminine colour in Western countries (Yilmaz *et al.*, 2018), a story plot involving an angry boy borrowing a pink bookbag or disciplining boy students with the use of pink class instruments implies that boys should not use the colour pink. Linking anger and the colour pink, as the storyline did, follows the gender stereotype that pink is for girls and not for boys, stigmatising the colour and expressing sexism through colour. In this instance, receiving a pink item equates to being angry, and is a feeling rule within this social interaction: *boys should be angry when they are assigned a pink object* (or a stereotypical girl object).

Additionally, as pink stereotypically symbolises a feminine characteristic, boys may assume that they are to be angered when they are assigned a stereotypical feminine object or, a girl may feel inferior by witnessing a colour socially assigned to girls be stigmatised in class content, by adult role models, and perhaps class peers. This may also influence boys who like the colour and could conflict with their opinions in regard to the colour. By using the colour pink, an individual is *doing* girl and the feeling rule attached says boys should be angry if they have to use a pink object (or more generally, an object socially assigned to girls). Gender stereotypes in this example have the ability to relay messages on how students should manage, express, and understand their emotions, and those of others.

6.3 Category 3: Student Actions

Student Actions involve social interactions where gender stereotypes and roles or feeling rules and emotion work were observed through physical actions or the lack thereof. Category 3 attempted to capture students *doing* gender.

Category 3. Student Actions: Class Performance

Believing that boys are academically sharper at maths, or more generally, in the STEM fields, than girls, and that girls have stronger linguistic skills is a common academic misconception (Dickinson, 2021). Even though some teachers hold these traditional beliefs, most boys and girls enter school at a similar academic level (Gentrup and Rjosk, 2018). When teachers have higher expectations for specific groups of students, typically these students tend to perform better (Rosenthal and Jacobson, 1968), and this has an influence on a student's perception of themselves (Ertl *et al.*, 2017). Studies show that boys tend to be more confident than girls in mathematics (Hart, 1989; Geist and King, 2008), which was a frequently observed interaction not only in mathematics, but during all academic classes.

Girls often appeared to be less confident, quieter, and more timid to respond to questions than boys, who frequently responded, as well as interrupted class peers and the instructor with answers or correcting students (sometimes providing an incorrect answer when correcting students). This behaviour is aligned with the work by Fennema *et al.* (1990) who observed a first-grade class where boys were more likely to volunteer maths answers, as well as enjoy the class more than girl peers. Accepting a gender role in an academic setting may instil subconscious rules on how one should express and manage emotions. If a girl holds the false belief that girls are bad at maths and is reluctant to answer a question, then this results in the student being less confident and nervous in this academic setting.

Additionally, there were moments when a degree of responsibility was placed upon girls, to ensure others were behaving correctly, usually during group work. On more than one occasion, the teacher asked a girl to inform her if her group members, who were boys, were misbehaving. Placing the responsibility on the girl to inform the teacher if the students misbehaved removes a sense of accountability from the boys and transforms that responsibility into a nurturing or disciplinary task, reflecting gender roles.

Category 3. Student Actions: Recess

After reflecting on Maria do Mar Perreira's ethnographic work (2012), where *doing* gender was observed during recess at a Portuguese school, it was apparent that the playground would present opportunities for students' personalities to become more visible. Access to the playground provided a space to observe students speak more freely and participate in different activities. Boys engaged in more aggressive and competitive activities and

girl activities were calmer and more passive. Adler *et al.* (1992) supports these observations as their work cites the role of boys to include activities that centre around ideas of masculinity and toughness, whereas girl roles traditionally include activities that focus on relationship building and emotional support, as well as appeal to enhancing physical appearances.

An overwhelming and toxic characteristic associated with boys or men is to be tough. In fact, when using the Cambridge Dictionary research tool to search for synonyms for “manly”, suggestions included: “brave”, “courageous”, “fearless”, and “powerful”, as well as the antonym “weak”. One afternoon, this idea that boys should be tough manifested into different actions on the playground: 1) eight students hitting and kicking another student while playing a game; and 2) the other student withstanding the physical acts. Boys who are more physically aggressive and insubordinate tend to be higher on the popularity scale than their fellow classmates who are less defiant (Adler *et al.*, 1992), perhaps functioning as an encouragement for the aforementioned behaviour.

When an individual manages their emotions, as to shape and create new emotions from what is felt internally, such as the boy maintaining a neutral state until returning to his classroom from recess, Hochschild refers to this as emotion work (1979, 2012). Whether the initial response to not cry and continue playing was related to gender expectations remains unknown and perhaps the student did not want to cry in front of his colleagues and show he was bothered. Research shows that boys are socialised into being “fearless” and girls are socially instructed to be “fearful” (Goodey, 1997). Placing the expectation of being fearless or tough in order to *be* a boy, or *doing boy*, could result in emotion work, such as the previous student hiding his feelings. Similarly, girls may also perform emotion work if they break stereotypes and are rarely fearless, or that is *doing girl*.

Expectations can be found in many places around a school that result in students being placed in a social interaction where emotion work is performed. How often do students find themselves in social interactions at school, a place that is supposed to be safe, that contradicts their internal feelings with their feelings that are out on display? Or, how common is it for students to adhere to gender roles and expectations that go against how they feel and think?

Conclusion: Gender Stereotypes, Feeling Rules, and Inequalities in the Classroom

Following the spring semester, numerous observations were recorded as gender stereotypes and feeling rules gave way for gendered emotions to be understood and studied through gender and emotion socialisation. Gender stereotypes laid out a script for students to use as an emotional guide. They continue to be active class members and material for children to become socialised into, being detrimental to the overall development of children. Students are learning how to perform and manage their emotions as they are presented with gendered emotion stereotypes that may be adopted as representative of the gender they identify with, having negative effects on their emotional development.

Through class literature or moments on the playground, or terms of endearment, gender stereotypes were reproduced throughout the school day. In some instances, the same gender stereotypes or gender roles, such as boys are the aggressor and girls are vulnerable, were repeated. Through gendered discourse and class material, feeling rules were directly (i.e., teacher sharing with students that they can be sad without crying) or indirectly (i.e., boy or girl story characters assuming gender stereotyped emotions/feelings) introduced or reinforced, as well as reproduced. Students were not only confronted with gender expectations and gender roles, but were also observed acting them out, that is, *doing* gender.

As gender stereotypes are expressed through feeling rules, students may adopt and later reinforce these gender roles and expectations when expressing, managing, and understanding emotions. Using gender stereotypes to guide class performance can result in girls feeling less confident to volunteer answers or more timid to address a problem or prevent a boy from not only expressing sad feelings, but not knowing *how* to express sad feelings. While gender roles and expectations may limit students from expressing themselves freely, it also prevents students from learning *how* to express themselves, or that is, processing their emotions; thereby, understanding their emotions. Without developing the skills to express sadness or other emotions, a student would suppress their emotions. The suppression of emotions may also hinder a student's ability to be empathetic with class peers.

Gender stereotypes and roles teach girls to smile, be happy, and not be angry; to be conscious of their bodies; to adhere to stereotypical occupations; and to question their intelligence (or even be embarrassed by it

in some cases). Classroom observations made in the spring, reflect the idea that girls may feel more timid in front of their boy counterparts and this may be explained by the assumption that they are less academically talented. For boys, gender stereotypes instil the expectation that they must be tough, strong, courageous, and intelligent in STEM fields; and anger and violence are more socially acceptable and masculine.

As this study has exemplified, gender stereotypes and feeling rules are present in the classroom and are continuously reproduced and expressed. This can influence how students understand, express, and manage emotions through emotion and gender socialisation. By performatively acting the emotionally gendered expressions acquired and learned through gender stereotyping of emotions, students' social and emotional skills will be constructed from a foundation of gender stereotypes and roles, leading to the conformity of toxic and generational stereotypes and expectations. Understanding the intricate working of gender stereotyping of emotions and gender expressions and dismantling the patterns in the classroom is essential to providing a prosper learning and developmental environment for all students.

References

- ADLER, Patricia; KLESS, Steven; ADLER, Peter – Socialization to gender roles: Popularity among elementary school boys and girls. *Sociology of Education* [Online]. 65:3 (1992) 169-187. Available on: <https://doi.org/10.2307/2112807>. ISSN 0038-0407.
- AUSTIN, John Langshaw – *How to do things with words* (2nd ed.). Massachusetts: Harvard University Press, 1975. ISBN 0674411528.
- BAHMAN, Shahnaz; MAFFINI, Helen – *Developing children's emotional intelligence*. Bloomsbury Publishing, 2008. ISBN 0826499740.
- BAI, Tian – The Formation and Impact of Female Gender Stereotypes. 2022 *8th International Conference on Humanities and Social Science Research* [Online]. (ICHSSR 2022) 177-181. Atlantis Press, 2022. Available on: 10.2991/assehr.k.220504.032.
- BEM, Sandra Lipsitz – Gender schema theory and its implications for child development: Raising gender-aschematic children in a gender-schematic society. *Signs: Journal of women in culture and society* [Online]. 8:4 (1983) 598-616. Available on: <https://doi.org/10.1086/493998>. ISSN 0097-9740.
- BIGLER, Rebecca; HAYES, Amy Roberson; HAMILTON, Veronica – The role of

- schools in the early socialization of gender differences. *Encyclopedia on early childhood development* [Online]. 1:4 (2013). Available on: <https://www.child-encyclopedia.com/pdf/expert/gender-early-socialization/according-experts/role-schools-early-socialization-gender-differences>. ISSN.
- BØLSTAD, Evalill; KOLEINI, A.; SKOE, F. F.; KEHOE, Christiane; NYGAARD, Egil; HAVIGHURST, Sophie Seychelle – Emotional competence training promotes teachers' emotion socialization and classroom environment: Effects from a TIK-in-School pilot study. *Mental Health & Prevention* [Online]. 30 (2023). Available on: <https://doi.org/10.1016/j.mhp.2023.200273>. ISSN 2212-6570.
- BRITO, Sofia; CARNEIRO, Nuno Santos; NOGUEIRA, Conceição – Playing gender(s): the re/construction of a suspect 'gender identity' through play. *Ethnography and Education* [Online]. 16:4 (2021) 384-401. Available on: <https://doi.org/10.1080/17457823.2021.1922927>. ISSN 1745-7823.
- BUTLER, Judith – *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Routledge, 2006. ISBN 0415389550.
- Cambridge Dictionary. In *Dictionary.Cambridge.org*. (2024) Retrieved from: <https://dictionary.cambridge.org/thesaurus/manly>.
- CEKAITE, Asta; EKSTROOM, Anna ö – Emotion socialization in teacher-child interaction: Teachers' responses to children's negative emotions. *Frontiers in Psychology* [Online]. 10 (2019). Available on: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01546>. ISSN 1664-1078.
- CEREJO, Sara Dalila; LISBOA, Manuel – Emotional expression indicators as a systemic approach to exploring social (inter)Action: the case of Portuguese intimate partner violence victims. In CEREJO, Dalila; LISBOA, Manuel (Eds.) – *Complexity sciences: theoretical and empirical approaches to social action*, p. 155–172. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2018. ISBN 152750901X.
- DAMIGELLA, Daniela; LICCIARDELLO, Orazio – Stereotypes and prejudices at school: a study on primary school reading books. *Procedia-Social and Behavioral Sciences* [Online]. 127 (2014) 209-213. Available on: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.03.242>. ISSN 1877-0428.
- DICKINSON, Olivia – Challenging gender stereotypes: A whole school approach [Online]. *Optimus Education* [Online]. 2021. [Accessed 10 Jun. 2022]. Available on: <https://my.optimus-education.com/challenging-gender-stereotypes-whole-school-approach>.
- ERTL, Bernhard; LUTTENBERGER, Silke; PAECHTER, Manuela – The impact of gender stereotypes on the self-concept of female students in STEM subjects with an under-representation of females. *Frontiers in Psychology* [Online]. 8 (2017).

- Available on: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00703>. ISSN 1664-1078.
- European Commission/EACEA/Eurydice – *The Organisation of School Time in Europe: Primary and General Secondary Education: 2020/21* (2021). Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Fawcett Society – *Unlimited Potential: Report of the Commission on Gender Stereotypes in Early Childhood*. (2020). [Accessed on Jan. 2022]. Available on: <https://www.fawcettsociety.org.uk/unlimited-potential-the-final-report-of-the-commission-on-gender-stereotypes-in-early-childhood>
- FENNEMA, Elizabeth; PETERSON, Penelope; CARPENTER, Thomas; LUBINSKI, Cheryl – Teachers' attributions and beliefs about girls, boys, and mathematics. *Educational studies in Mathematics* [Online]. 21:1 (1990) 55-69. Available on: <http://dx.doi.org/10.1023/A:1003953801526>. ISSN 0013-1954.
- GENTRUP, Sarah; RJOSK, Camilla – Pygmalion and the gender gap: Do teacher expectations contribute to differences in achievement between boys and girls at the beginning of schooling?. *Educational Research and Evaluation* [Online]. 24:3-5 (2018) 295-323. Available on: <https://doi.org/10.1080/13803611.2018.1550840>. ISSN 1744-4187.
- GEIST, Eugene; KING, Margaret – Different, not better: gender differences in mathematics learning and achievement. *Journal of Instructional Psychology* [Online], 35:1 (2008) 43-52. ISSN-0094-1956.
- GOODEY, Jo – Boys don't cry: Masculinities, fear of crime and fearlessness. *The British Journal of Criminology* [Online]. 37:3 (1997) 401-418. Available on: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a014177>. ISSN 1464-3529.
- HAMILTON, Mykol; ANDERSON, David; BROADDUS, Michelle; YOUNG, Kate – Gender stereotyping and under-representation of female characters in 200 popular children's picture books: A twenty-first century update. *Sex Roles* [Online]. 55 (2006) 757-765. Available on: <https://doi.org/10.1007/s11199-006-9128-6>. ISSN 1573-2762.
- HARGREAVES, Andy – The emotional practice of teaching. *Teaching and Teacher Education* [Online]. 14:8 (1998) 835-854. Available on: [https://doi.org/10.1016/S0742-051X\(98\)00025-0](https://doi.org/10.1016/S0742-051X(98)00025-0). ISSN 1879-2480.
- HART, Laurie E. – Classroom processes, sex of student, and confidence in learning mathematics. *Journal for Research in Mathematics Education* [Online]. 20:3 (1989) 242-260. Available on: <https://doi.org/10.5951/jresmetheduc.20.3.0242>. ISSN 0021-8251.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell – Emotion work, feeling rules, and social structure. *American Journal of Sociology* [Online]. 85:3 (1979) 551-575. Available on: <https://doi.org/10.1086/227049>. ISSN 0002-9602.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell – The Managed Heart: Commercialization of Human

- Feeling. 3rd ed. University of California Press, 2012. ISBN 9780520272941.
- HORNER, Christy; WALLACE, Tanner – Measuring emotion socialization in schools. *Journal of School Health* [Online]. 83:10 (2013) 697-703. Available on: <https://doi.org/10.1111/josh.12083>. ISSN 1746-1561.
- KUSTATSCHER, Marlies – *Exploring young children's social identities: Performing social class, gender and ethnicity in primary school. University of Edinburgh.* (2015). Available on: <https://era.ed.ac.uk/bitstream/handle/1842/11773/Kustatscher2015.pdf?sequence=4>.
- MIRA, Rita – *O arquétipo da princesa na construção social da feminilidade.* Lisboa: Edições Colibri, 2017. ISBN 9789896895716.
- MOLLA, Erjona – The role of school in gender socialization. *European Journal of Educational Sciences* [Online]. 3:1 (2016) 1-7. Available on: <https://doi.org/10.19044/ejes.v3no1a1>. ISSN 1857-6036.
- MORGENROTH, Thekla; RYAN, Michelle – Gender trouble in social psychology: How can Butler's work inform experimental social psychologists' conceptualization of gender?. *Frontiers in Psychology* [Online]. 9 (2018). Available on: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01320>. ISSN 1664-1078.
- NADLER, David – Review of We've All Got Scars. *Canadian Journal of Education* [Online]. 10:4 (1985) 427-430. Available on: <https://doi.org/10.2307/1494842>. ISSN 1918-5979.
- PEREIRA, Maria do Mar – *Fazendo género no recreio: a negociação do género em espaço escolar.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. ISBN 9789726713050.
- PETERSON, Sharyl Bender; LACH, Mary Alyce – Gender stereotypes in children's books: Their prevalence and influence on cognitive and affective development. *Gender and Education* [Online]. 2:2 (1990) 185-197. Available on: <https://doi.org/10.1080/0954025900020204>. ISSN 0954-0253.
- PETERSON, Gretchen – Cultural theory and emotions. IN STETS, Jan; TURNER, Jonathan – *Handbook of the sociology of emotions* [Online], p. 114-134. Boston: Springer US, 2006. Available on: https://doi.org/10.1007/978-0-387-30715-2_6. ISBN 9780387307138.
- PLANT, Ashby; HYDE, Janet Shibley; KELTNER, Dacher; DEVINE, Patricia – The gender stereotyping of emotions. *Psychology of Women Quarterly* [Online]. 24:1 (2000) 81-92. Available on: <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2000.tb01024.x>. ISSN 1471-6402.
- RISMAN, Barbara – Gender as a Social Structure. In RISMAN, Barbara; FROYUM, Carissa; SCARBOROUGH, William (Eds.) – *Handbook of the sociology of gender*

- [Online], p. 19–44. London: Springer International Publishing, 2018. ISBN 9783319763323. Available on: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-76333-0>.
- ROSENTHAL, Robert; JACOBSON, Lenore – Pygmalion in the classroom. *The Urban Review* [Online]. 3:1 (1968) 16-20. Available on: <https://doi.org/10.1007/bf02322211>. ISSN 1573-1960.
- SAMAGAIO, Florbela – O manual escolar de Língua Portuguesa do 1º Ciclo do Ensino Básico: inquietações em torno da desigualdade de género na escola. *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB* [Online]. 23:48 (2018) 35-60. Available on: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v23i48.1120>. ISSN 2318-1982.
- TAYLOR, Frank – Content Analysis and Gender Stereotyping in Children’s Books. *Teaching Sociology* [Online]. 31:3 (2003) 300-311. Available on: <https://doi.org/10.2307/3211327>. ISSN 1939-862X.
- TEPPER, Clary; CASSIDY, Kimberly Wright – Gender differences in emotional language in children’s picture books. *Sex Roles* [Online]. 40:3 (1999) 265-280. Available on: <https://doi.org/10.1023/A:1018803122469>. ISSN: 0360-0025.
- VALIENTE, Carlos; SWANSON, Jodi; DELAY, Dawn; FRASER, Ashley; PARKER, Julia – Emotion-related socialization in the classroom: considering the roles of teachers, peers, and the classroom context. *Developmental Psychology* [Online]. 56:3 (2020) 578-594. Available on: <https://doi.org/10.1037/dev0000863>. ISSN 0012-1649.
- WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don – Doing Gender. *Gender and Society* [Online]. 1:1 (1987) 125-151. Available on: <https://doi.org/10.1177/0891243208326529>. ISSN 1552-3977.
- WIKLER, Norma – Sexism in the classroom. Paper delivered at the American Sociological Association meeting. New York, 1976.
- ZIPES, Jack – Second thoughts on socialization through literature for children. *The Lion and the Unicorn* [Online]. 5:1 (1981) 19-32. Available on: <https://doi.org/10.1353/uni.0.0338>. ISSN 1080-6563.

- Receção: 30.04.2024

- Aprovação: 03.12.2024

CHAVES, Miguel; TEIXEIRA, Ana Lúcia; MARTÍN-LAGOS, Maria Dolores; DONAT, Marta – The persistence of gender inequalities in the distribution of unpaid work: an explanatory contribution. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 35 (2025) 83-106. ISSN 2182-7419.

THE PERSISTENCE OF GENDER INEQUALITIES IN THE DISTRIBUTION OF UNPAID WORK: AN EXPLANATORY CONTRIBUTION

MIGUEL CHAVES*

Interdisciplinary Centre of Social Sciences (CICS.NOVA)

NOVA University of Lisbon – School of Social Sciences and Humanities (NOVA FCSH)

ANA LÚCIA TEIXEIRA**

Interdisciplinary Centre of Social Sciences (CICS.NOVA)

NOVA University of Lisbon – School of Social Sciences and Humanities (NOVA FCSH)

MARÍA DOLORES MARTÍN-LAGOS***

Department of Sociology - Faculty of Political Science and Sociology of University of Granada (UGR)

MARTA DONAT****

Escuela Nacional de Sanidad - Instituto de Salud Carlos III (ENS-ISCIII)

Abstract

This article analyses whether and to what extent gender inequalities persist in the distribution of unpaid domestic work among younger Europeans with higher education, segments of society where the ideals of gender equality are particularly present. Using data from the International Social Survey Programme, we show that this inequality persists to a significant degree, which leads us to draw up a set of hypotheses aimed at contributing to the effort to analyse this phenomenon. This framework of hypotheses draws attention to the importance of analytically considering the cultural survival, albeit in a mitigated, modified and diffuse form, of relevant aspects of the male breadwinner model.

Keywords: unpaid work, gender inequalities, ISSP, male breadwinner model

* E-mail: miguel.chaves@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8402-0727>

** E-mail: analuciateixeira@fcsh.unl.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8086-2254>

*** E-mail: lmlagos@ugr.es | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3540-9079>

**** E-mail: ma.donat@isciii.es | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6323-2779>

Resumo

A persistência de desigualdades na distribuição do trabalho não pago: uma contribuição exploratória

Este artigo analisa se, e em que medida, persistem desigualdades de género na distribuição do trabalho doméstico não pago entre os europeus mais jovens e com educação superior, segmentos da sociedade onde os ideais de igualdade de género estão particularmente presentes. Explorando dados do *International Social Survey Program*, mostramos que esta desigualdade persiste de forma significativa, o que nos conduz ao desenho de um conjunto de hipóteses que visam contribuir para o esforço da análise deste fenómeno. Este quadro de hipóteses chama a atenção para a importância de se considerar analiticamente a sobrevivência cultural, ainda que de forma mitigada, modificada e difusa, de aspectos relevantes do modelo do *male breadwinner*.

Palavras-chave: trabalho não pago, desigualdades de género, ISSP, modelo do *male breadwinner*

Résumé

Persistence des inégalités dans la répartition du travail non rémunéré: une contribution exploratoire

Cet article analyse si, et dans quelle mesure, les inégalités de genre persistent dans la répartition du travail domestique non rémunéré parmi les jeunes Européens ayant un niveau d'éducation supérieur, segments de la société où les idéaux d'égalité de genre sont particulièrement présents. En exploitant les données de l'*International Social Survey Programme*, nous montrons que cette inégalité persiste significativement, ce qui nous amène à formuler un ensemble d'hypothèses visant à contribuer à l'effort d'analyse de ce phénomène. Ce cadre d'hypothèses attire l'attention sur l'importance de considérer analytiquement la survie culturelle, bien que sous une forme atténuée, modifiée et diffuse, des aspects pertinents du modèle du *male breadwinner*.

Mots-clés: travail non rémunéré, inégalité de genre, ISSP, modèle du *male breadwinner*

Introduction

Studies on unpaid domestic work (household and care work) (Hertog *et al.*, 2021) have shown, since the 1960s (Román, 2021), that most of this work is done by women, especially the routine and time-consuming tasks. Despite the increasing participation of women in paid work and the growing involvement of men's participation in domestic activities (Bianchi *et al.*, 2012; Guppy, Sakumoto and Wilkes, 2019) and changes in the value systems of Europeans that indicate a strong intensification of the principles of parity (Dush *et al.*, 2018), this gender inequality persists at the international level (OECD, 2020; ISSP, 2012), even in countries with more egalitarian "gender regimes" and more considerable state institutional support, such as in Scandinavian countries (Adda, Dustmann and Stevens, 2017; Kleven, Landais

and Søgaaard, 2019).

Together with the phenomena of “gender segregation” in the labour market and in organisations, as pointed out by several studies (e.g., Pan, 2015; Cha, 2013), the assignment of domestic work contributes towards the wage gap and towards the persistence of the glass ceiling and glass wall phenomena, since the association of women with housework leads to reduced opportunities to invest time or focus on paid work activities and hierarchical mobility (Torres, 2004; Kellerhals *et al.*, 1982; De Singly, 1987), especially in activities performed under the aegis of “total commitment”.

Although it is a reasonable prediction that the shifts toward parity could lead to a disappearance of the inequalities over time, it is important to note that the growth of the equality trend appears to have slowed or even stalled since the end of the 20th century (England, Levine and Mishel, 2020; Milkie, Wray and Boeckmann, 2021) and several authors (Arulampalam, Booth and Bryan, 2007; Hook, 2006; Gupta, Smith and Verner, 2006; Bryson, 2007; Zamberlan, Gioachin and Gritti, 2021) have emphasised that its reduction has been much slower than expected. Furthermore, there is no guarantee that a given development trend cannot be reversed, at least in different sociopolitical contexts. For example, “radical populist right” movements and political parties have significantly increased in number and electoral success in Europe (Mudde, 2018), and in most cases these entities promote a return to a traditional concept of family with distinct roles. It should also be added that the gender gap in unpaid work is usually measured by comparing the number of hours men and women spend on housework or the type of tasks performed. However, the literature highlights that the energy and cognitive engagement put into tasks, particularly in terms of assessment, planning, and monitoring (Daminger, 2019; Robinson and Milkie, 1998), is genderised – the typical hour of housework is generally “denser” for women (Milkie, Wray and Boeckmann, 2021).

In short, we believe that the idea that inequalities in the distribution of housework will disappear over time should be taken with caution. Although it is likely, it is not inexorable and can be thwarted by situations of stabilisation or even reversal.

1. Theories about inequalities in the allocation of domestic work

Social sciences have developed several theories that have an undeniable potential to answer this question, three of which stand out. First the “time availability perspective” (Stafford, Backman and Dibona, 1977). This

hypothesis assumes that the unequal distribution of housework is the result of rational evaluations made by couples according to the different degrees of time available to each partner, considering the time invested in paid work (Bianchi *et al.*, 2000; Gough and Killewald, 2011; Voßemer and Heyne, 2019). In a rational logic of trade-off between the two spheres (Coverman, 1985), the consequence is that, on average, women devote more time to housework because they dedicate less time to paid work. The second theory is commonly referred to as the “relative resource perspective” (Becker, 1991; Brines, 1994; Ross, 1987). This perspective views the division of unpaid work as a function of the different resources of each partner, which, in turn, are reflected in distinct levels of power within the family relationship. The fact that men, on average, have greater economic resources, i.e., higher salaries, allows them to reduce the amount of time they devote to domestic work, which is seen as a less desirable activity (Geist and Ruppanner, 2018). Both theories have raised several criticisms, which are collated and detailed by Geist and Ruppanner (2018) or Carlson, Petts and Pepin (2021).

The third type of explanation, heavily influenced by feminist perspectives, places the issue of “gender ideologies” at the centre of the analysis. Overall, theories of “gender ideologies” have produced an extensive and diverse legacy with the common thread of attributing vital importance to the ideological factor in explaining inequalities in the gender division of labour (e.g., Ferree, 1990; Greenstein, 1996). Gender is viewed as a structural condition that shapes policy, labour markets, individual behaviour, and perspectives on behaviour. Such a structure “pushes women into domestic roles and men into the public sphere”. One of the most influential approaches of this third type emphasises the issue of social roles, assuming that there is a set of beliefs and stereotypes associated with social role differences passed on through socialisation. This socialisation is based on heteronormative cisgender roles that associate women with domestic work and men with paid work outside the home.

Although we defend that the scientific approach, whenever possible, is to unify the three theories, or others that have demonstrated explanatory potential to explain the phenomenon, into a single analytic model, our goal here is simply to explain and highlight, after analysing the results obtained, a hypothesis that falls within the perspective of “gender ideology”, whose importance in explaining inequalities in the distribution of domestic work is considerable but has not been sufficiently highlighted or empirically evaluated.

2. Objectives

We believe that one possible way of observing to what extent inequalities in the allocation of domestic work will endure or whether they will inexorably vanish is to analyse whether they persist among two populations in which the ideals of parity are notably present and whose demographic weight in relative terms has been increasing. We refer in the first place to the part of the population with tertiary education, mostly forming part of the “new middle classes”. In addition to the fact that this is the portion of the population in which women have more domestic bargaining power due to their higher levels of economic capital, it is also the category with greater exposure to ideas of parity associated with cultural capital. Data from the International Social Survey Programme (ISSP) regarding “Attitudes towards Family and Gender Roles” confirm this assumption.

The second population with a more egalitarian cultural orientation is the younger population. Indeed, if we assume the idea that, with inflections, a civilisational drift from traditionalism to liberal egalitarianism is taking place, it would be in the younger populations that a more significant shift from situations of gender role asymmetry to the “support of absolute symmetry that underpins the dual-earner/dual-carer model” (Cunha and Atalaia, 2019) would occur. The younger population will play an increasingly key role as the generational change takes place and because of its role in the socialisation of the following generations.

As for the younger population, we have chosen to restrict the sample to the population under 35 years of age with ISCED 5-6, since this is a group particularly exposed to the parity model, as it combines the cultural effects generated by level of education and age. Once again, this idea was confirmed in all the ISSP items mentioned above.

This article has a twofold objective. First, it aims to explore the data from the International Social Survey Programme (ISSP) to assess, in a clear-cut way, to what extent gender inequality in the allocation of household and care work remains, or not, in the two populations referred to above. We postulate that the elimination or loss of significance of inequalities in these segments indicates that these inequalities may disappear in the short term in the European context. On the contrary, if they persist, especially in the younger population with tertiary education, this calls attention to the fact that it is unlikely that these inequalities will be overcome in the near future and to the need to deepen the analysis of their persistence. We can foresee that inequality persists significantly even in these more ahead of the curve

segments, as we will demonstrate below.

This leads us to the second and most important objective of the paper: to outline a set of hypotheses which aim to contribute towards the effort of explaining the apparent persistence of inequalities in the allocation of domestic work, especially among the segments that culturally are in the best position to overcome them.

3. Results

The analyses are based on the ISSP, a “cross-national collaboration programme conducting annual surveys on diverse topics relevant to social sciences”. For this paper, the 2012 Family and Changing Gender Roles IV database was used (ISSP Research Group, 2016b), since it is the latest survey focusing on our topic of interest. A 2022 survey on the same topic is underway, but the results are not yet available. Given the structural nature of the dynamics under analysis, the data from 2012 can be a useful laboratory for the current exploratory analysis, even if it is based on the current sociopolitical context and state of the art.

Of the participating countries in ISSP 2012, only 24 European countries are included ($n = 32405$)¹. To correct the country subsample imbalance, a post-stratification weighting was applied (ISSP Research Group, 2016b). The questionnaire comprised different sets of questions, but we were particularly interested in the “Actual Division of Unpaid Work”, “Gendered Division of Household Work” and “Power and Decision-making within Partnership”. Only people currently living with a spouse or partner responded to the questions.

Different statistics are presented according to the measurement level of the variable and the aim of the analysis: descriptive statistics, Chi-square tests, and adjusted standardised residuals. Mann-Whitney tests were also performed due to the violation of the normality distribution assumption of the quantitative variables.

First, let us observe the variables related to the average time men and women with tertiary education who live with a partner spend on household work and family members. We compare this segment with the general population so that it is possible to determine whether, although they are not disappearing, the practical inequalities in the allocation of unpaid work time are decreasing among the population with ISCED 5-6, and coincide with an

1 Austria, Belgium, Bulgaria, Croatia, the Czech Republic, Denmark, Finland, France, Germany, United Kingdom, Hungary, Iceland, Ireland, Latvia, Lithuania, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Slovakia, Slovenia, Spain, Sweden, and Switzerland. Russia and Turkey were not integrated due to their intercontinental nature.

increase in the advocacy of the idea of equality found there.

The well-known inequality between women and men in the general population in terms of unpaid work is clear (data not shown due to length constraints). Women spend significantly more time than men both on housework ($U = 73647034.5$, $p < 0.001$) and on caring for family members ($U = 97479221.5$, $p < 0.001$). Men spend only 56.7% of the time women spend on housework and 56.2% on caring for family members. Inequalities exist in all the countries considered and are significant in both aspects, except in the case of Sweden with respect to the hours spent on family members, where they remain insignificant.

If we now consider only the segment with tertiary education, we can see that inequalities persist, although they are decreasing, in relation to housework. In fact, the time that men spend on these tasks corresponds to 63.3% of the time women spend. This reduction is due to the reinforcement of the idea of parity, but also the more significant presence of women in the labour market among individuals with tertiary education, as well as the greater recourse to external domestic work, due to their greater financial capacity. Thus, the volume of housework performed by the household has decreased. Curiously, the reduction in inequality is practically non-existent when considering the time spent on family members.

The ISSP data on family members do not allow us to distinguish children from dependent adults, who are the subject of care. However, our hypothesis is that the almost inexistent reduction of inequality found in this domain among individuals with ISCED 5-6 is due to the style of parenting characteristic of the new middle classes (classes where most of the individuals with tertiary education are found), a style of parenting codified by Annette Lareau (2003) through the concept of "concerted cultivation". In fact, one of the fundamental aspects that marks this parenting pattern, that Lareau found in the US but which we consider to be applicable to Europe as well, is that it involves intense intervention in promoting and organising children's extracurricular activities. This involves both parents, with consequences in the amount of time that each of them reserves for accompanying their children.

In short, the data allow us to conclude that there is significant inequality between men and women in terms of time spent on unpaid work, even in the more highly educated population; that inequality in housework is lower among the more highly educated than in the population as a whole, but that inequality in relation to time spent on family members is practically identical.

The comparison between countries is not relevant for the purposes of this analysis. Other studies have sought to understand these patterns in national differences (Crompton, Lewis and Lyonette, 2007; Wall and Escobedo, 2013). Nevertheless, we examined the data and found that they exist, with considerably different intensities, in all countries, both in housework activities and in time spent on family members.

Let us now consider, taking into account only the population with higher education, how inequalities are distributed by different specific tasks of unpaid work.

We observe that inequalities between women and men in housework are also relevant in the population with ISCED 5-6 (data not shown due to length constraints). This fact becomes evident in the relationship between the different variables regarding specific tasks of unpaid work and gender, as inferred through Chi-square tests. Women are significantly associated with the fulfilment (“always” or “usually”) of all activities, except for “minor repairs”, which continue to be a male domain. “Shopping for groceries” is the activity in which sharing is more significant. Activities such as “household cleaning”, “preparing meals” and above all “doing the laundry” are overwhelmingly done by females, with a clear minority reporting parity in their fulfilment.

Let us focus on the individuals with higher education who are under 35 years of age (Table 1), comparing them with the general population with the same level of education (data not shown due to length constraints).

The average number of hours per week that both household members dedicate to housework is lower in the younger population than in the total population. However, the differences between the members are not very significant – the percentage of time that men spend on housework compared to the time spent by women is 64.3% in the population under 35 years of age with tertiary education (it is 63.3% in the total population with the same level of education). Conversely, the difference in time spent on family members is more significant in the population under 35 years of age than in the total population with ISCED 5-6. The men’s hourly contribution corresponds to 53.6% of the women’s participation (56.4% in the total population). This fact could be the result of the greater prevalence, in the younger population, of children at pre-school age or those with less autonomy, with responsibility for their care falling to a greater extent on women.

TABLE 1. INEQUALITY IN SHARING UNPAID WORK (DOMESTIC WORK AND CARE FOR FAMILY MEMBERS) BETWEEN MEN AND WOMEN WITH HIGHER EDUCATION AND UNDER 35 YEARS OF AGE

	N	MEAN	SD	MRk	MANN-WHITNEY U	P-VALUE
<i>How many hours spent on housework</i>					686767.5	0.000
Men	1134	6.67	6.17	1172.68		
Women	1573	10.37	9.23	1598.00		
<i>How many hours spent on family members</i>					775991.0	0.000
Men	1134	8.95	15.82	1249.94		
Women	1573	16.69	25.07	1456.61		

However, when we observe in more detail the specific tasks performed (Table 2), we find that the responses that indicate greater parity and sharing of tasks, whether in terms of housework or caring for other people, are in all cases more significant in the population under 35 years of age, whether the respondent is a man or a woman. In any case, it should be emphasised that, even when we consider the youngest socio-demographic segment (the most progressive in terms of the concretisation of ideas of parity), inequalities regarding the division of specific tasks persist and continue to be highly significant, especially those related to more routinised work. Only “shopping for groceries” is, for most of the households, carried out in an equal manner (54% refer that it is “about equal or both together”), with few differences between men and women.

The differences continue to be reported in the activities of care. For most of the respondents (53.8%), the task of caring for sick family members is performed about equally or both together, but if we consider only those who state that they perform it “Always” or “Usually”, it is 6 times higher in the case of women.

Decision-making about raising children is the one category in which parity increases more clearly compared to the total population with ISCED 5-6. Among individuals under 35 years of age, the percentage of those considering it to be a joint or alternated decision rises to 81.3%. However, this must be taken with caution because when we consider only those who answer “Mostly me”, this response rises to 21.9% in the case of women, while not exceeding 0.6% in the case of men. In other words, the number of women who consider that they make most of the decisions about their children is 37 times higher than the number of men who think the same.

TABLE 2. INEQUALITY IN SHARING SPECIFIC UNPAID WORK TASKS AND DECISION-MAKING REGARDING AGGREGATE ACTIVITIES BETWEEN MEN AND WOMEN WITH HIGHER EDUCATION AND UNDER 35 YEARS OF AGE

		MALE		FEMALE		TOTAL
		Z	%	Z	%	
Doing the laundry $\chi^2 (5) = 747.00, p < .001$	Always me	-15.9	3.9%	15.9	39.0%	25.1%
	Usually me	-12.3	6.7%	12.3	32.8%	22.5%
	About equal or both together	2.3	26.0%	-2.3	21.1%	23.0%
	Usually my spouse/partner	16.4	34.5%	-16.4	3.9%	16.0%
	Always my spouse/partner	15.5	27.1%	-15.5	1.6%	11.7%
	Is done by a third person	0.3	1.7%	-0.3	1.5%	1.6%
Minor repairs $\chi^2 (5) = 1044.99, p < .001$	Always me	19.6	37.7%	-19.6	1.2%	15.9%
	Usually me	19.6	44.4%	-19.6	4.3%	20.4%
	About equal or both together	-3.3	11.5%	3.3	17.6%	15.1%
	Usually my spouse/partner	-17.9	2.5%	17.9	42.6%	26.5%
	Always my spouse/partner	-14.3	1.4%	14.3	29.5%	18.2%
	Is done by a third person	-2.3	2.5%	2.3	4.8%	3.9%
Caring for sick family members $\chi^2 (5) = 315.06, p < .001$	Always me	-5.2	3.2%	5.2	11.6%	8.3%
	Usually me	-11.4	3.8%	11.4	30.7%	20.2%
	About equal or both together	2.6	58.5%	-2.6	50.9%	53.8%
	Usually my spouse/partner	13.7	26.1%	-13.7	1.1%	10.8%
	Always my spouse/partner	3.8	4.0%	-3.8	0.8%	2.0%
	Is done by a third person	-0.4	4.4%	0.4	5.0%	4.7%
Shopping for groceries χ^2 non reliable	Always me	-6.1	3.3%	6.1	11.9%	8.4%
	Usually me	-6.0	15.0%	6.0	27.7%	22.6%
	About equal or both together	1.6	56.4%	-1.6	52.3%	54.0%
	Usually my spouse/partner	6.9	18.4%	-6.9	7.1%	11.7%
	Always my spouse/partner	6.4	6.7%	-6.4	0.9%	3.2%
	Is done by a third person	1.2	0.2%	-1.2	0.0%	0.1%
Household cleaning $\chi^2 (5) = 579.37, p < .001$	Always me	-9.8	1.1%	9.8	16.1%	10.1%
	Usually me	-14.8	7.0%	14.8	40.3%	27.0%
	About equal or both together	2.2	39.4%	-2.2	34.0%	36.2%
	Usually my spouse/partner	17.3	36.1%	-17.3	3.5%	16.6%
	Always my spouse/partner	9.3	12.1%	-9.3	1.2%	5.6%
	Is done by a third person	-0.4	4.3%	0.4	4.8%	4.6%

Preparing meals $\chi^2 (5) = 280.73, p < .001$	Always me	-8.4	4.7%	8.4	19.2%	13.4%
	Usually me	-7.9	18.8%	7.9	37.1%	29.8%
	About equal or both together	0.6	31.8%	-0.6	30.3%	30.9%
	Usually my spouse/partner	10.3	29.9%	-10.3	9.8%	17.9%
	Always my spouse/partner	9.5	14.4%	-9.5	2.1%	7.0%
	Is done by a third person	-1.9	0.5%	1.9	1.4%	1.1%
Final say: Choosing weekend activities $\chi^2 (4) = 33.49, p < .001$	Mostly me	-3.3	6.7%	3.3	11.7%	9.7%
	Mostly my spouse/partner	4.7	10.6%	-4.7	4.5%	6.9%
	Sometimes me/sometimes partner	0.8	30.8%	-0.8	28.9%	29.7%
	We decide together	-1.0	51.9%	1.0	54.6%	53.5%
	Someone else	-1.4	0.0%	1.4	0.3%	0.2%
Who makes decisions on how to raise kids χ^2 non reliable	Mostly me	-8.8	0.6%	8.8	21.9%	14.1%
	Mostly my spouse/partner	7.2	11.1%	-7.2	0.7%	4.5%
	Sometimes me/sometimes partner	1.9	15.4%	-1.9	11.0%	12.6%
	We decide together	1.9	72.6%	-1.9	66.4%	68.7%
	Someone else	1.3	0.3%	-1.3	0.0%	0.1%

Note: Values are expressed as adjusted standardised residuals and percentage within gender. Bold denotes statistical significance ($|Z| > 1.96$; level of significance of 0.05) with a positive effect: the observed frequency is greater than the expected frequency.

4. Discussion and proposal of an explanatory hypothesis

The analytical problem we face in this study is the following: how can we explain that inequalities in the distribution of unpaid work between men and women are so evident, even if we only look at social segments in which the parity cultural model is robust?

Our aim is only to propose an explanatory hypothesis that falls under the theories of “gender ideology”. We do so because we believe that, despite its importance, it has so far not merited due theoretical explanation nor enough empirical testing, so it is essential to create the conditions for that to happen in the future. We consider that the hypothesis becomes even more relevant in cases where inequalities persist in contexts where individuals claim to advocate and believe in the egalitarian model. In other words, when we are faced with a situation characterised by a considerable mismatch between discourses and beliefs and practices.

The general hypothesis is that several relevant aspects of the male-breadwinner-female-homemaker model (Vitali and Arpino, 2016), which was very prominent among the post-war middle classes, also in European

countries, persist in a significant way at the cultural level, often among segments that intensely contest it. We will refer to this model as the “modified male breadwinner”, using an expression used by Altintas and Sullivan (2017) to refer to continued inequality in the allocation of domestic work in the United Kingdom, despite the massive participation of women in the labour market.

The predominant features of the modified male breadwinner model differ from the form they took in the traditional model in two key respects. First, they assume a more mitigated and less articulated form than in the past (insofar as they clash with and are permeated by the beliefs and mandates established by the egalitarian model). Second, they do not emerge consciously. They are instead manifested and operate at a non-conscious level (Bourdieu, 1998; Peterson, 2008); we could say “subterranean”, so they should be observed mainly in relational and interpersonal practices, expectations, and judgments, and not precisely in values or discourses expressed in an explicit and conscious form.

What we state here does not mean that new models of family and new ways for men to approach work and fatherhood different from those of the “traditional masculinity model” (Brandth and Kvande, 2002; Williams, 2009; Santos, 2010) – often deliberately used as a mark of rejection of heteronormative gendered expectations (Geist and Ruppner, 2018, p. 13) – do not have a considerable and probably growing importance. It does mean that the presence of these models and the solid discursive diffusion of egalitarian values have led too radically to the idea that the male breadwinner model is outdated and thus almost totally lacking in analytical potential.

5. Deployment of the general hypothesis

We present the aspects of the modified male breadwinner model in the form of four sub-hypotheses to facilitate their future testing in empirical research, culminating in a suggestion regarding a more appropriate methodology for assessing them.

1) In line with the assumptions of the Sex Roles Theory (e.g., Coverman, 1985) – especially if they were rectified by the pertinent criticisms put forward by authors such as Ferree (1990), namely those deriving from the perspective of “doing gender” – we believe that *internalised socialising mandates that continue to unequally endow boys and girls with skills, knowledge, and dispositional characteristics favourable to the domestic space persist*. Although less explicit, more attenuated, and less widespread,

these socialising prescriptions endure and produce significant effects on the sharing of unpaid work in the adult phase, even if they are not sufficient to cancel out the tensions and conflicts experienced both at a relational level within the couple (Amato and Booth, 1995; Furstenberg and Cherlin, 1991), and at the individual and internal levels for each partner (Santos, 2010; Greenhaus and Beutell, 1985). We hypothesise that these aspects also contribute towards explaining why women spend, on average, more time than men on housework, even when they are single, and the same can be said for couples in which the woman is the breadwinner (Brines, 1994; Evertsson and Nermo, 2004; Flèche, Lapinteur and Powdthavee, 2020).

These elements of socialisation must be sought in family and peer contexts and later in organisational contexts (Benschop, 2006; Ferree, 1990). The media also favour the naturalisation of the domestic vocation. For example, the large-scale and insistent dissemination of the sexist prototype of the male warrior and the woman in the rear, looking for a new home and carrying children, in the case of the Ukraine war, refers to a traditional model, which may have an impact on the new generations.

Such arrangements also contribute towards men and women having distinct mental loads reserved for domestic work (Daminger, 2019; Robertson, Anderson and Hall, 2019). Indeed, as has been shown, women's involvement in this type of work encompasses far more the largely invisible cognitive components required to perform it (Daly, 2001; Doan and Quadlin, 2019; Doucet, 2015), namely anticipation of needs, planning, evaluation, and monitoring (Milkie, Wray and Boeckmann, 2021).

2) *As a result of external and internal expectations, there is a greater dependence of men on paid work to obtain dignity and social recognition (e.g., Carrigan, Connell and Lee, 1987), either by keeping a job – in the case of men, this is essential – or, subsequently, by striving to improve their professional status.* It is challenging to find evidence for the idea that the family's subsistence is the exclusive responsibility of the man, a characteristic of the traditional male breadwinner – a characteristic that, as Ferree (1990) shows, has not been a constant in historical terms, nor had the same predominance in all societies and social classes. However, the feeling of indignity and shame when the sustenance or economic well-being of the family is at stake affects the male figure in particular. In marital relationships, some men even consider that their honour is only really assured when their professional status, measured in terms of salary or symbolic value, is higher than that of women.

These findings are also present in Rao's (2020) study of American families. The condition of unemployment takes on more moral contours for men than for women. The demands of seeking and securing a new job are felt by unemployed men in the context of the marital relationship, sometimes in a suffocating manner, lest they be considered lazy or unmotivated. As Rao notes, an "obsession with finding a job is not reducible to financial necessity; it is driven by a sense that enduring unemployment marks a departure from the expectations of White masculinity" (2020, p. 212).

In many cases, these hetero and self-expectations produce men oriented towards total commitment to work (willingness to extend the working day, to accommodate schedule changes, etc.) to the detriment of the family sphere. Cognitive and emotional availability to engage in the costly economy of affections, which is unpredictable, demanding and, when it involves children, omnipresent, tend to be reduced.

It is well known that men's unwillingness to do domestic work is reinforced in the context of organisations. Their willingness to accept, for example, absenteeism or lack of investment in work to ensure childcare is considered "abnormal" and is often not tolerated.

3). *In contrast to the previous point, expectations regarding women's investment in paid work are historically weaker and, in many cases, national and class-based, discouraged and censored* (e.g. Beauvoir, 1949; Ghodsee, 2018). Consequently, it is reasonable to think that, in many cases, their symbolic dependence on paid work tends to be lower insofar as failures in this sphere are not reflected so permanently and forcefully in situations and feelings of dishonour and shame (Rao, 2020). The probability of moderating investment in work, channelling time and attention to the "domestic world", especially when the issue of motherhood is at stake, tends to be more significant and may materialise in a reduction in paid working time. This fact does not prevent women from taking on most of the domestic work without separating themselves, at least in terms of hours, from paid work – see the well-documented "double shift", a situation of accumulation that has been increasing. Nor does it prevent women who develop demanding professional careers from being confronted with hetero- and self-expectations to develop exceptional performances in many domestic and non-domestic areas. The scale and social segments in which these additional demands occur should be studied.

4) *There continues to be more significant social pressure on women to do domestic work*, insofar as the symbolic weight of a disorganised

domestic space falls most heavily on them, especially not properly looking after children or ascendants. Being a “good woman” implies having, vis-à-vis domestic work, a much more committed and less optional attitude (Davis and Greenstein, 2020; Doan and Quadlin, 2019), in part because the standards of care and cleanliness placed upon them are higher than those of men and are seen by others and themselves as insufficient (Thébaud, Kornrich and Ruppanner, 2019). Nevertheless, it is, above all, during motherhood that the pressure is felt. Thus, we fully subscribe to Evertson and Boye’s (2015, p. 5) statement: “Motherhood is accompanied by an expectation of self-sacrifice that tends to be associated with feelings of guilt. To be a ‘good’ mother, and ultimately a ‘real’ woman, a mother is expected to structure her life around her children and to forgo any activities that might benefit her, such as paid work and leisure, if these are not beneficial to her children” (see also Elvin-Nowak and Thomsson, 2001; Miller, 2007). The best demonstration of the naturalisation of the mother’s role is perhaps to be found in the well-documented tendency in all European countries for women to take parental leave for all or most of the time it is granted, even though the law does not make any gender discrimination in this respect.

Also, in organisations, we often find the persistence of naturalistic conceptions about the unequal division of labour between men and women. The latter are associated with the private sphere (Benschop, 2006; Ferree, 1990), to which they are considered to be linked by vocation or natural constraints, especially after having children.

We would like to conclude the explanation of these hypotheses with a brief methodological note, since their exploration and empirical testing require the use of appropriate research protocols. Indeed, it is important to reinforce that the remaining aspects of the male-breadwinner-female-homemaker model operate through infra-discursive and infra-conscious cognitive processes (Peterson, 2008; Reskin, 2000; Valian, 1999), and it is not easy to find statements that oppose the categorically expressed parity model (Peterson, 2008). In this sense, we do not believe exhaustive surveys or interviews conducted in a formal context are the most appropriate methods for bringing them to light. Instead, we suggest, on the one hand, the ethnographic method, with participant observation protocols aimed at the continuous observation of practices and relationships in a family context (Lareau, 2003, or, specifically on these issues, Rao, 2020); on the other hand, the “Implicit Association Tests” (Greenwald, McGhee and Schwartz, 1998) used by cognitive psychology, as proposed by Peterson (2008), which may or may not be combined with in-depth interviews.

Conclusion

The exploratory proposal we have presented in this paper stems from the observation that gender inequalities persist in the distribution of unpaid work, not only among the general population but also in two large sociodemographic segments of this population that are particularly ahead of the curve in relation to the parity model. This observation draws attention to the absolute relevance of continuing in-depth research into the persistence of inequalities, especially if we consider the contemporary mismatch between the advocacy of egalitarian principles and their complete practical application.

In order to contribute towards this objective, this article draws attention to the importance of taking due account of the cultural survival, even in a mitigated, modified, and diffuse form, of some aspects that characterise the male-breadwinner-female-homemaker model by testing them empirically through the selection of appropriate methodologies.

Some aspects of the survival of this model have been pointed out more frequently in the literature, such as the persistence of internalised socialising pressures and mandates that continue to endow boys and girls with skills and knowledge unequally, but above all with dispositional characteristics favourable to the domestic space and domestic work, especially clear in the domain of care and the supervision of children and ascendants. Others need to be underlined because we consider them to have greater analytical relevance than is usually granted. These aspects can be summarised in the idea that, due to the prevalence of an “androcentric career model” (Lewis, 2010), external expectations and expectations that focus on men, tend to make their dignity and social recognition more heavily dependent on paid work than is the case for women. This fact leads them to develop dispositions that make it more likely that they will prolong the working day and reserve maximum availability and attention for their professional lives (Cunha and Atalaia, 2019), disinvesting, both in terms of time and attention and cognitive engagement, from the domestic and caregiving sphere. Essentially, we believe that this proposal reinforces the idea advocated by Rosabeth Moss Kanter (1977), in her work from more than four decades ago, that the spheres of paid work and domestic work influence each other mutually and cannot be studied separately².

2 The authors intend to revisit this article in the light of the 2022 ISSP data when it is published, analysing to what extent there may have been changes in the patterns recorded, and to what extent they may have been affected by the lockdowns resulting from the COVID-19 pandemic.

References

- ADDA, Jérôme; DUSTMANN, Christian; STEVENS, Katrien – The career costs of children. *Journal of Political Economy* [Em linha]. 125:2 (2017) 293–337. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/690952>. ISSN 0022-3808.
- ALTINTAS, Evrim; SULLIVAN, Oriel – Trends in fathers' contribution to housework and childcare under different welfare policy regimes. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society* [Em linha]. 24:1 (2017). 81–108. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sp/jxw007>. ISSN 1468-2893.
- AMATO, Paul; BOOTH, Alan – Changes in gender role attitudes and perceived marital quality. *American Sociological Review* [Em linha]. 60:1 (1995) 58–66. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2096345>. ISSN 1939-8271.
- ARULAMPALAM, Wiji; BOOTH, Alison; BRYAN, Mark – Is there a glass ceiling over Europe? Exploring the gender pay gap across the wage distribution. *Industrial and Labor Relations Review* [Em linha]. 60:2 (2007) 163–186. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/001979390706000201>. ISSN 2162-271X.
- BECKER, Gary – *A Treatise on the family: enlarged edition*. Cambridge: Harvard University Press, 1991. 304 p. ISBN 9780674906990.
- BENSCHOP, Yvonne – Of small steps and the longing for giant leaps: Research on the intersection of sex and gender within workplaces and organizations. In KONRAD, Alison; PRASAD, Pushkala; PRINGLE, Judith – *Handbook of Workplace Diversity*. London: Sage, 2006. ISBN 0761944222. p. 273–298.
- BIANCHI, Suzanne; MILKIE, Melissa A.; SAYER, Liana C.; ROBINSON, John P. – Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. *Social Forces* [Em linha]. 79:1 (2000) 191–228. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/79.1.191>. ISSN 1534-7605.
- BIANCHI, Suzanne; SAYER, Liana C.; MILKIE, Melissa A.; ROBINSON, John P. – Housework: Who did, does or will do it, and how much does it matter? *Social Forces* [Em linha]. 91:1 (2012) 55–63. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/sos120>. ISSN 1534-7605.
- BOURDIEU, Pierre – *La domination masculine*. Paris: Le Seuil, 1998. 154 p. ISBN 2020352516.
- BRANDTH, Berit; KVANDE, Elin – Reflexive fathers: Negotiating parental leave and working life. *Gender, Work & Organization* [Em linha]. 9:2 (2002) 186–203. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-0432.00155>. ISSN 1468-0432.
- BRINES, Julie – Economic dependency, gender, and the division of labor at home. *American Journal of Sociology* [Em linha]. 100:3 (1994) 652–688. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/230577>. ISSN 1537-5390.

- CARLSON, Daniel; PETTS, Richard; PEPIN, Joanna – Changes in parents' domestic labor during the COVID-19 pandemic. *Sociological Inquiry* [Em linha]. 92:2 (2021) 1217–1244. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soin.12459>. ISSN 1475-682X.
- CARRIGAN, Tim; CONNELL, Bob; LEE, John – Toward a new sociology of masculinity. In BROD, Harry – *The making of masculinities*. Boston: Unwin Hyman, 1987. ISBN 9780044970361. p. 551–604.
- CHA, Youngjoo – Overwork and the persistence of gender segregation in occupations. *Gender & Society* [Em linha]. 27:2 (2013) 158–184. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0891243212470510>. ISSN 1552-3977.
- COVERMAN, Shelley – Explaining husbands' participation in domestic labor. *Sociological Quarterly* [Em linha]. 26:1 (1985) 81–97. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1985.tb00217.x>. ISSN 1533-8525.
- CROMPTON, Rosemary; LEWIS, Suzan; LYONETTE, Clare – *Women, Men, Work and Family in Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2007. 288 p. ISBN 0230273378.
- CUNHA, Vanessa; ATALAIA, Susana – The gender(ed) division of labour in Europe: Patterns of practices in 18 EU countries. *Sociologia, Problemas e Práticas* [Em linha]. 90 (2019) 113–137. Disponível em: <http://doi.org/10.7458/SPP20199015526>. ISSN 2182-7907.
- DALY, Kerry – Controlling time in families: Patterns that sustain gendered work in the home. In DALY, Kerry – *Minding the time in family experience: Emerging perspectives and issues*. Amsterdam: JAI Press, 2001. ISBN 0762307757. p. 227–249.
- DAMINGER, Allison – The cognitive dimension of household labor. *American Sociological Review* [Em linha]. 84:4 (2019) 609–633. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0003122419859007>. ISSN 1939-8271.
- DAVIS, Shannon; GREENSTEIN, Theodore – *Why who cleans counts: What housework tells us about American family life*. Bristol: Policy Press, 2020. 184 p. ISBN 1447336747.
- DE BEAUVOIR, Simone - *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard, 1949. ISBN: 978-2070364237.
- DE SINGLY, François – *Fortune et infortune de la femme mariée*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004. 256 p. ISBN 9782130546955.
- DOAN, Long; QUADLIN, Natasha – Partner characteristics and perceptions of responsibility for housework and child care. *Journal of Marriage and Family* [Em linha]. 81:1 (2019) 145–163. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jomf.12526>. ISSN 1741-3737.

- DOUCET, Andrea – Parental responsibilities: Dilemmas of measurement and gender equality. *Journal of Marriage and Family* [Em linha]. 77:1 (2015) 224–242. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jomf.12148>. ISSN 1741-3737.
- DUSH, Claire; YAVORSKY, Jill E.; SCHOPPE-SULLIVAN, Sarah J. – What are men doing while women perform extra unpaid labor? Leisure and specialization at the transitions to parenthood. *Sex Roles* [Em linha]. 78:11 (2018) 715–730. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11199-017-0841-0>. ISSN 1573-2762.
- ELVIN-NOWAK, Ylva; THOMSSON, Heléne – Motherhood as idea and practice. A discursive understanding of employed mothers in Sweden. *Gender & Society* [Em linha]. 15:3 (2001) 407–428. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/089124301015003005>. ISSN 1552-3977.
- ENGLAND, Paula; LEVINE, Andrew; MISHEL, Emma – Progress toward gender equality in the United States has slowed or stalled. *Proceedings of the National Academic of Sciences* [Em linha]. 117:13 (2020) 6990–6997. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1918891117>. ISSN 0027-8424.
- EVERTSSON, Marie; BOYE, Katarina – The gendered transition to parenthood: Lasting inequalities in the home and in the labor market. In SCOTT, Robert; BUCHMANN, Marlis – *Emerging trends in the social and behavioral sciences: An interdisciplinary, searchable, and linkable resource*. [S.l.]: Wiley Online Library, 2015. ISBN 9781118900772. p. 1–16.
- EVERTSSON, Marie; NERMO, Magnus – Dependence within families and the division of labor: Comparing Sweden and the United States. *Journal of Marriage and Family* [Em linha]. 66:5 (2004) 1272–1286. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2004.00092.x>. ISSN 1741-3737.
- FERREE, Myra – Beyond separate spheres: Feminism and family research. *Journal of Marriage and the Family* [Em linha]. 52:4 (1990) 866–884. Disponível em: <http://doi.org/10.2307/353307>. ISSN 1741-3737.
- FLÈCHE, Sarah; LAPINTEUR, Anthony; POWDTHAVEE, Nattavudh - Gender norms, fairness and relative working hours within households. *Labour Economics* [Em linha]. 65 (2020) 101866. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2020.101866>. ISSN 0927-5371.
- FURSTENBERG, Frank; CHERLIN, Andrew – *Divided families: What happens to children when parents part*. Cambridge: Harvard University Press, 1991. 152 p. ISBN 9780674655775.
- GHODSEE, Kristen Rogheh – *Why women have better sex under socialism: And other arguments for economic independence*. Nation Books. 240 p. ISBN: 978-1568588896

- GREENHAUS, Jeffrey; BEUTELL, Nicholas – Sources of conflict between work and family roles. *Academy of Management Review* [Em linha]. 10:1 (1985) 76–88. Disponível em: <https://doi.org/10.5465/amr.1985.4277352>. ISSN 1930-3807.
- GREENSTEIN, Theodore – Gender ideology and perceptions of the fairness of the division of household labor: Effects on marital quality. *Social Forces* [Em linha]. 74:3 (1996) 1029–1042. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/74.3.1029>. ISSN 1534-7605.
- GREENWALD, Anthony; MCGHEE, Debbie; SCHWARTZ, Jordan – Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology* [Em linha]. 74:6 (1998) 1464–1480. Disponível em: <https://doi.org/10.1037//0022-3514.74.6.1464>. ISSN 1939-1315.
- GUPPY, Neil; SAKUMOTO, Larissa; WILKES, Rima - Social change and the gendered division of household labor in Canada. *Canadian Review of Sociology* [Em linha]. 56:2 (2019) 178–203. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cars.12242>. ISSN 1755-618X.
- GUPTA, Nabanita; SMITH, Nina; VERNER, Mette – Child care and parental leave in the Nordic Countries: A Model to aspire to? *IZA Discussion Paper*. 2014 (2006). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.890298>.
- HERTOG, Ekaterina; KAN, Man-Yee; SHIRAKAWA, Kiyomi; CHIBA, Ryota– Do better-educated couples share domestic work more equitably in Japan? It depends on the day of the week. *Journal of Comparative Family Studies* [Em linha]. 52:2 (2021) 271–310. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/jcfs-52-2-006>. ISSN 1929-9850.
- HOOK, Jennifer – Gender inequality in the welfare state: Sex segregation in housework, 1965–2003. *American Journal of Sociology* [Em linha]. 115:5 (2010) 1480–1523. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/651384>. ISSN 1537-5390.
- ISSP RESEARCH GROUP – *International Social Survey Programme: Family and Changing Gender Roles IV - ISSP 2012* [Em linha]. GESIS Data Archive, Cologne. ZA5900 Data file Version 4.0.0, 2016a. [Consult. 20 Julho 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.4232/1.1266>.
- ISSP RESEARCH GROUP – *ISSP 2012 Family and Changing Gender Roles IV. Variable Report (Report No. 2016/12)* [Em linha]. GESIS Leibniz Institute for the Social Sciences, 2016b. [Consult. 20 Julho 2022]. Disponível em: https://dbk.gesis.org/dbksearch/download.asp?file=ZA5900_cdb.pdf
- KANTER, Rosabeth – *Men and women of the corporation*. New York: Basic Books, 1977. 348 p. ISBN 0465044530.
- KELLERHALS, Jean; LANGUIN, Noëlle; PERRIN, Jean-François; WIRTH, Geneviève – Statut social, projet familial et divorce: une analyse longitudinale des ruptures d’union dans une promotion de mariages. *Population* [Em linha]. 40:6 (1985)

- 811–827. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1532779>. ISSN 1634-2941.
- KLEVEN, Henrik; LANDAIS, Camille; SØGAARD, Jakob – Children and gender inequality: Evidence from Denmark. *American Economic Journal: Applied Economics* [Em linha]. 11:4 (2019) 181–209. Disponível em: <http://doi.org/10.1257/app.20180010>. ISSN 1945-7790.
- LAREAU, Annette – *Unequal childhoods: class, race and family life*. Berkeley: University of California Press, 2003. 343 p. ISBN 0520239504.
- LEWIS, Suzan – Reflecting on impact, changes, and continuities: restructuring workplace cultures: the ultimate work-family challenge? *Gender in Management* [Em linha]. 25:5 (2010) 348–354. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/17542411011056840>. ISSN 1754-2413.
- MILKIE, Melissa; WRAY, Dana; BOECKMANN, Irene – Gendered pressures: Divergent experiences linked to housework time among partnered men and women. *Journal of Comparative Family Studies* [Em linha]. 52:2 (2021) 147–179. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/jcfs-52-2-002>. ISSN 1929-9850.
- MILLER, Tina – “Is this what motherhood is all about?” Weaving experiences and discourse through transition to first-time motherhood. *Gender & Society* [Em linha]. 21:3 (2007) 337–358. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0891243207300561>. ISSN 1552-3977.
- MUDGE, Cas - *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019. 160 p. ISBN 9781509536856.
- OECD - *Employment: Time spent in paid and unpaid work, by sex* [Em linha]. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2020. [Consult. 20 Julho 2022]. Disponível em: <https://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=54757>
- PAN, Jessica - Gender segregation in occupations: The role of tipping and social interactions. *Journal of Labor Economics* [Em linha]. 33:2 (2015) 365–408. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/678518>. ISSN 1537-5307.
- PETERSON, Trond – Discrimination. Conscious or nonconscious? In GRUSKY, David – *Social stratification. Class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder: Westview Press, 2008. ISBN 9780813343730. p. 780–785.
- RAO, Allya – *Crunch time. How married couples confront unemployment*. Berkeley: University of California Press, 2020. 308 p. ISBN 9780520298613.
- RESKIN, Barbara – The proximate causes of employment discrimination. *Contemporary Sociology* [Em linha]. 29:2 (2000) 319–329. Disponível em: <http://doi.org/10.2307/2654387>. ISSN 1939-8638.
- ROBERTSON, Lindsey; ANDERSON, Tamara L.; HALL, M. Elizabeth Lewis; KIM, Christina Lee – Mothers and mental labor: A phenomenological focus group study of

- family-related thinking work. *Psychology of Women Quarterly* [Em linha]. 43:2 (2019) 184–200. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0361684319825581>. ISSN 1471-6402.
- ROBINSON, John; MILKIE, Melissa – Back to the basics: Trends in and role determinants of women's attitudes toward housework. *Journal of Marriage and Family* [Em linha]. 60:1 (1998) 205–218. Disponível em: <http://doi.org/10.2307/353452>. ISSN 1741-3737.
- ROMÁN, Joan – Couples' relative education and the division of domestic work in France, Spain, and the United States. *Journal of Comparative Family Studies* [Em linha]. 52:2 (2021) 245–270. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/jcfs-52-2-005>. ISSN 1929-9850.
- ROSS, Catherine – The division of labor at home. *Social Forces* [Em linha]. 65:3 (1987) 816–833. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/65.3.816>. ISSN 1534-7605.
- SANTOS, Gina – Gestão, trabalho e relações sociais de género. In FERREIRA, Virgínia – *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*. Lisboa: CITE, 2010. ISBN 9789728399474. p. 99–138.
- STAFFORD, Rebecca; BACKMAN, Elaine; DIBONA, Pamela – The division of labor among cohabiting and married couples. *Journal of Marriage and the Family* [Em linha]. 39:1 (1977) 43–57. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/351061>. ISSN 1741-3737.
- THÉBAUD, Sarah; KORNRICH, Sabino; RUPPANNER, Leah – Good housekeeping, great expectations: Gender and housework norms. *Sociological Methods & Research* [Em linha]. 50:2 (2019) 1186–1214. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0049124119852395>. ISSN 1552-8294.
- TORRES, Anália – *Vida conjugal e trabalho: uma perspectiva sociológica*. Oeiras: Celta, 2004. 156 p. ISBN 9789727742066.
- VALIAN, Virginia – *Why so slow?: The advancement of women*. Cambridge: MIT Press, 1999. 421 p. ISBN 9780262285391.
- VITALI, Agnese; ARPINO, Bruno – Who brings home the bacon? The influence of context on partners' contributions to the household income. *Demographic Research* [Em linha]. 35:41 (2016) 1213–1244. Disponível em: <http://doi.org/10.4054/DemRes.2016.35.41>. ISSN 1435-9871.
- VOßEMER, Jonas; HEYNE, Stefanie – Unemployment and housework in couples: Task-specific differences and dynamics over time. *Journal of Marriage and Family* [Em linha]. 81:5 (2019) 1074–1090. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jomf.12602>. ISSN 1741-3737.
- WALL, Karin; ESCOBEDO, Anna – Parental leave policies, gender equity and family

well-being in Europe: a comparative perspective. In MINGUEZ, Almudena – *Family well-being. European perspectives*. Dordrecht: Springer, 2013. ISBN 9789400743533. p. 103–129.

WILLIAMS, Robert – Masculinities and fathering. *Community, Work & Family* [Em linha]. 12:1 (2009) 57–73. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13668800802133784>. ISSN 1469-3615.

ZAMBERLAN, Anna GIOACHIN, Filippo; GRITTI, Davide – Work less, help out more? The persistence of gender inequality in housework and childcare during UK COVID-19. *Research in Social Stratification and Mobility* [Em linha]. 73 (2021) e100583. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2021.100583>.

Funding

This work is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P., within the scope of the «UIDB/04647/2020» project of CICS.NOVA – Interdisciplinary Centre of Social Sciences of Universidade Nova de Lisboa.

- Receção: 30.04.2024

- Aprovação: 06.01.2025

VÁRIA | JUNHO 2025

A INVENÇÃO DO LUTO SAUDÁVEL: REPERCUSSÕES PARA A EXPERIÊNCIA DE PAIS E MÃES ENLUTADOS

LUÍS HENRIQUE FUCK MICHEL*

Universidade NOVA de Lisboa (UNL)

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Bolseiro de doutoramento - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. UI/BD/151394/2021)

Resumo

O artigo propõe-se verificar empiricamente as repercussões do conceito de luto saudável, identificando os efeitos da medicalização do luto para a experiência de pais e mães que perderam os seus filhos. Para tanto, utiliza uma abordagem qualitativa e microsocial, com dados coletados por meio de 33 entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados através de técnicas de análise de conteúdo e revelaram que a lógica médica de apreensão do luto não se impõe de modo homogêneo, havendo resistência por parte dos enlutados em conceber seu sofrimento exclusivamente por este viés.

Palavras-chave: luto saudável, medicalização, psicologização, construtivismo

Abstract

The invention of healthy grief: repercussions for the experience of bereaved parents

The article aims to empirically verify the repercussions of the concept of healthy grief, identifying the effects of the medicalisation of grief on the experience of parents who have lost their children. To this end, it employs a qualitative and microsocial approach, with data collected through 33 semi-structured interviews. The data were analysed using content analysis techniques and revealed that the medical logic of apprehending grief is not imposed in a homogeneous manner, with the bereaved resisting the conception of their suffering exclusively through this lens.

Keywords: Healthy grief, medicalisation, psychologization, constructivism

* E-mail: luis.hfmichel@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5063-9502>

Résumé

Invention du deuil sain: répercussions sur l'expérience des parents en deuil

L'article se propose de vérifier empiriquement les répercussions du concept de deuil sain, en identifiant les effets de la médicalisation du deuil sur l'expérience des parents ayant perdu leurs enfants. À cette fin, il utilise une approche qualitative et microsociale, avec des données recueillies au moyen de 33 entretiens semi-structurés. Les données ont été analysées à l'aide de techniques d'analyse de contenu et ont révélé que la logique médicale d'appréhension du deuil ne s'impose pas de manière homogène et que les personnes en deuil résistent à concevoir leur souffrance exclusivement à travers ce prisme.

Mots-clés: Deuil sain, médicalisation, psychologisation, constructivisme

Introdução

O conceito de luto saudável atravessou o último século longe de consensos no campo dos *saberes psi*, emergindo sempre em oposição a diferentes concepções de luto patológico. Freud (1917/2010) introduziu a distinção entre luto e melancolia, descrevendo o primeiro como uma reação normal à perda, que não requeria tratamento médico. Bowlby (1980), por sua vez, sugeriu que o luto era uma resposta natural à separação de uma figura de apego, ocorrendo num processo que teria diferentes fases. Para ele, o luto patológico envolveria distorções desse processo. Ainda que ambos os autores reconhecessem que o luto provocava um afastamento da conduta normal da vida, também entendiam essa reação como natural e saudável. Engel (1961) rompeu com esse modo de compreensão ao comparar o luto com condições patológicas que exigiam um período de adaptação. O psiquiatra argumentou que o luto poderia ser considerado uma doença, pois o período de recuperação que o caracterizava contemplaria uma série de sintomas que, se não tratados, poderiam ser agravados, acarretando até mesmo a morte.

A distinção entre luto saudável e patológico ganhou relevo com a inclusão de um diagnóstico denominado Luto Complexo Persistente nas últimas versões do Manual Estatístico Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR) e da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11) (American Psychiatric Association, 2022; World Health Organization, 2022). Por um lado, a nova classificação respeita a concepção de que, até determinado período de tempo, certas reações à perda são naturais e esperadas. Porém, passado um período específico, essas mesmas reações podem ser consideradas sintomas da nova patologia. Com o estabelecimento de critérios diagnósticos para o luto patológico respaldados por reconhecidas entidades, estamos perante a institucionalização do luto como doença.

O domínio dos saberes psi sobre o luto oculta outros modos possíveis de apropriação do fenômeno, sendo atualmente difícil pensá-lo por outras vias que não a do binômio saúde-doença. A criação de um diagnóstico é o reflexo mais evidente de um poder-saber que normatiza as expressões do luto através do processo de medicalização. Com o intuito de desnaturalizar o conceito de luto saudável, nos propomos verificar como essas normas se instauram e são interiorizadas pelos indivíduos e, ao mesmo tempo, desvelar as ações que desafiam a racionalidade biomédica e as categorias médicas criadas por ela.

1. A medicalização do luto

A diferenciação entre luto saudável e patológico é uma questão contemporânea, somente possível a partir de uma concepção moderna do luto. Tal concepção se ancora num universo simbólico mais amplo, uma realidade socialmente construída, que está em constante atualização. De acordo com a perspectiva construtivista, a construção da realidade ocorre pela interação dos seres humanos com os outros e o mundo, o que resulta em novos conhecimentos que são institucionalizados, à medida que se tornam aceitos e partilhados por outros indivíduos (Berger e Luckmann, 1985/2003). O construtivismo nos auxilia a compreender o processo dinâmico pelo qual as sociedades ocidentais modificaram sua maneira de conceber e lidar com o luto ao longo dos séculos. Nesse processo incessante de construção da realidade, deixamos de apreendê-lo da maneira familiar e ritualizada como se dava no período medieval, passando por períodos de exacerbação de sentimentos e demonstrações públicas de pesar, até chegarmos ao período moderno, em que o luto passou a ser concebido como um fenômeno interdito e medicalizado (Ariès, 2012). Assim, podemos dizer que as convenções sociais acerca do luto foram se modificando, adquirindo outros significados sob a mediação de diferentes instituições (Lund, 2021; Walter, 2000, 2006).

A concepção de luto saudável só faz sentido, portanto, a partir do universo simbólico vigente em uma sociedade pós-industrial, secularizada e positivista, que demanda respostas técnicas para seus problemas, exercendo através da ciência o seu domínio sobre a natureza e os indivíduos (Illich, 1975; Zola, 1972). Assim, as convenções acerca do luto se coadunam em torno da instituição médica, agência de controle por excelência desse tempo no qual a realidade procura legitimação através da ciência. É justamente nesse momento em que a medicina se torna a agência de controle hegemônica nas sociedades ocidentais que o processo de medicalização passa a avançar

sobre o luto.

A medicalização pode ser definida como um processo em que um problema não médico passa a ser definido e tratado como um problema médico (Conrad, 2007). Isso ocorre pelo uso da linguagem e do enquadramento médico para abordá-lo e compreendê-lo e por intervenções médicas para tratá-lo (Conrad, 2007). Alguns autores, como Sholl (2017), ressaltam que a medicalização é um fenômeno mais amplo do que a patologização e que, embora ambos estejam conectados, nem sempre se sobrepõem. Outros destacam a evolução do conceito e do próprio processo de medicalização ao longo do tempo (Zorzanelli, Ortega e Júnior, 2014). Em um primeiro momento, associado às intervenções sanitárias de larga escala que estruturam o Estado-nação, o conceito operava segundo uma lógica de controlo social, em que o saber e a prática médica eram empregados para normatizar comportamentos. Posteriormente, sobretudo com a emergência da noção de risco e o advento das novas biotecnologias, passou a imperar um modelo de responsabilidade individual pela saúde e de cultivo do corpo ideal. Isso também se tornou possível por conta da intensificação do processo de individualização nas sociedades modernas, que fomentou o desenvolvimento da noção de um “eu” interior, além de enfatizar valores como a liberdade e a autonomia (Duarte, 2003; Vieira e Russo, 2019). Nessa nova configuração, a medicalização se tornou um processo cada vez mais irregular, infiltrando-se em todos os espaços sociais e integrando-se ao cotidiano dos indivíduos (Zorzanelli *et al.*, 2014).

Quando a medicalização incide especificamente sobre o luto, a experiência do enlutado é reorganizada segundo um regime biomédico. Isso ocorre devido ao fato de a medicina atuar como uma realidade simbólica que, ao interagir com outros sistemas de significação, não apenas reflete mas também reconfigura as experiências humanas (Kleinman, 1973). A reconfiguração da experiência subjetiva do luto conta com a participação direta dos saberes psi, que fornecem os conceitos e as técnicas que propiciam a gestão das emoções dos enlutados em termos de saúde e doença (Machado e Menezes, 2018). A difusão e a institucionalização desses saberes fazem parte de um processo designado por psicologização, que opera como um mecanismo da medicalização, ao interpretar sofrimentos e comportamentos dentro de marcos psicológicos que, por sua vez, podem justificar intervenções médicas e terapêuticas (Vieira e Russo, 2019). A apropriação e a aplicação a si mesmos desses conceitos especializados apontam para a possibilidade de uma nova forma de governança da vida, que molda identidades e experiências subjetivas (Rose, 2001). Cabe, portanto, verificar empiricamente os efeitos

da normatização do luto a partir da experiência de pais e mães enlutados. Com esse intuito, questionamos: “Como é que os enlutados lidam com a ideia de luto saudável?”

2. Metodologia

O presente artigo se originou de uma pesquisa desenvolvida pelo autor no âmbito de seu doutoramento, que tem a temática da medicalização do luto incluída em seu escopo¹. Assim como na pesquisa que lhe deu origem, optou-se por focar especificamente o luto parental, eliminando variáveis relacionadas ao tipo de perda. O luto parental é apontado pela literatura como um dos lutos mais intensos, exercendo um impacto profundo sobre o sistema familiar e representando os maiores riscos para a saúde dos enlutados (Davies, 2004; Denhup, 2017). Além disso, esta perda provoca uma mudança significativa na construção identitária, colocando os enlutados numa condição ambígua, em que tentam preservar os laços com o/a filho/a falecido/a e o papel social de pais e mães, ao mesmo tempo que enfrentam a ausência e a falta de reconhecimento social da sua paternidade/maternidade (Filho e Lima, 2017). Devido a essa condição complexa, pais e mães enlutados podem desviar-se das normas do “luto saudável”, tornando-se um grupo privilegiado para que se verifiquem os avanços e as resistências ao processo de medicalização do luto.

A abordagem qualitativa e microsocial adotada propiciou que se pudesse compreender profundamente as experiências dos participantes. Antes da etapa de recrutamento, o pesquisador (psicólogo, com experiência prévia de investigação na área do luto) frequentou grupos de entreajuda para enlutados como ouvinte, o que facilitou a criação de um relacionamento de confiança com tais grupos. A seleção dos participantes foi realizada através de uma amostragem por conveniência intermediada, contando com a indicação das coordenadoras dos grupos de entreajuda acompanhados. Ao todo, foram selecionados 12 pais e 21 mães, com idades compreendidas entre 43 e 85 anos, que perderam seus filhos por diferentes motivos (acidente, doença, homicídio ou suicídio). A duração do luto dos participantes variava entre 10 meses e 30 anos.

A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas presenciais, conduzidas em locais escolhidos pelos próprios participantes,

1 A tese de doutorado intitulada “Luto e género: a experiência emocional de pais e mães enlutados” tem por objetivo compreender o modo como o género estrutura a experiência emocional no luto parental. Além da medicalização, o estudo possui outras dimensões de análise. No âmbito dessa pesquisa, foram realizadas 33 entrevistas com pais e mães enlutados.

entre abril e outubro de 2022. As entrevistas foram gravadas em áudio com o consentimento prévio dos participantes, que assinaram o Consentimento Informado Livre e Esclarecido antes do início das gravações. O guião das entrevistas incluiu perguntas que exploravam as concepções dos enlutados sobre o conceito de luto saudável, a avaliação do próprio estado de saúde durante o luto, a procura por leituras e ajuda especializada, o encaminhamento para serviços de saúde, a utilização de medicamentos e a participação em grupos de entreajuda. Cada participante foi entrevistado uma única vez. As entrevistas duraram entre 1h17 e 3h09, com uma duração média de 1h50.

A análise dos dados ocorreu por técnicas de análise de conteúdo, baseadas nos paradigmas da análise compreensiva e indutiva (Guerra, 2006). O processo analítico seguiu cinco etapas principais: primeiro, a transcrição integral do material gravado; em seguida, a leitura cuidadosa das entrevistas e a codificação das unidades de registo a partir das problemáticas e temáticas abordadas pelos participantes; na terceira fase, foram construídas sinopses das entrevistas, que continham uma descrição fiel das temáticas e problemáticas mencionadas; a quarta etapa envolveu a análise descritiva, onde os dados foram agrupados com base em elementos dominantes e sociologicamente relevantes; por fim, a análise interpretativa consistiu na articulação entre teoria e empiria, proporcionando uma interpretação sociológica do material recolhido (Guerra, 2006). Os dados foram geridos com o auxílio do software MAXQDA, o que facilitou a organização e a análise do conteúdo.

Importa ainda referir que a investigação foi aprovada pelos comités de ética dos dois países onde foi conduzida. No Brasil, a aprovação foi concedida pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sob o parecer nº 5.683.105, em conformidade com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos. Em Portugal, a aprovação foi obtida pela Divisão de Apoio à Investigação da Divisão de Apoio à Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), conforme parecer n.º 08/CE_NOVAFCSH/2022, atendendo aos requisitos do Código de Ética da Universidade, em particular no que diz respeito à investigação com seres humanos, conforme estabelecido no Despacho n.º 15464/2014.

3. Resultados e Discussão

O *corpus* da investigação foi dividido em duas dimensões principais que emergiram da relação entre os dados empíricos e o conceito de medicalização

elaborado por Conrad (2007). De acordo com a definição de Conrad, o processo de medicalização contempla o uso de linguagem e enquadramento médico para abordar um problema e de intervenções médicas para tratá-lo. Assim, os resultados do estudo serão apresentados e discutidos a partir das seguintes dimensões: (1) Linguagem e enquadramento e (2) Tratamento.

Linguagem e enquadramento

1) Concepção de luto saudável

Foi possível identificar dois grupos de respostas entre os participantes no que se refere à concepção que tinham de luto saudável. Um casal (E1, E5), cada qual em sua entrevista, compartilhou a opinião de que não há maneira saudável de lidar com o luto: *“Pra mim, o luto nunca é saudável. (...) Não consigo imaginar nenhum luto saudável. É uma pergunta que me transcende”* (E1). *“Se alguém descobrir, só se... só se alguém desse uma droga, fizesse esquecer tudo e o seu viver no mundo... sem memória e sem... e então... por isso, não era viver, era a pessoa estar ausente, etc.”* (E5).

Os relatos apresentados revelam a percepção dos entrevistados quanto à impossibilidade de cura da condição de enlutados. Esse entendimento parte da noção de que o luto, diferente de outros transtornos, não permite o reestabelecimento de uma condição de vida anterior em que se era saudável – visto que essa só poderia acontecer pelo retorno do ente querido que faleceu (Michel e Freitas, 2019).

Outros participantes, embora tenham reconhecido prejuízos que tiveram na saúde durante o luto, não classificaram as suas experiências como não saudáveis ou patológicas. Os entrevistados atribuíram sentidos ao conceito de luto saudável que iam além do proposto pelo paradigma biomédico, apontando para aspectos culturais e sociais que fazem parte da experiência de enlutamento. Dentre as condições apontadas como importantes para a vivência do luto, foi ressaltada a possibilidade de expressão das emoções e externalização da dor diante de pessoas compreensivas: *“Não tem mágica, não tem remédio, não tem médico... É você ter essa oportunidade. Porque uma coisa é certa. Quem perde uma pessoa querida quer continuar falando dela a vida toda”* (E27). Esta afirmação parece se contrapor a uma tendência identificada pela literatura de perceber as emoções do luto, em termos de patologia, como problemas que necessitam ser resolvidos (McCreight, 2008), estando mais alinhada a uma concepção elaborada por Walter (1996), para quem o propósito do luto é a construção de uma biografia duradoura que permita aos vivos integrar a memória dos mortos em suas vidas – o que se

alcançaria a partir da possibilidade de se falar sobre eles.

Outros aspectos, como a fé e a presença de uma rede de apoio, foram apontados como recursos que contribuem para a experiência de luto, mais uma vez transpondo a perspectiva biomédica acerca do fenômeno, caracterizada pelo pensamento dual que opõe normalidade e patologia e por sua racionalidade de caráter generalizante, mecanicista e analítica (Camargo Jr, 2005). Esses dados vão ao encontro dos resultados encontrados em uma pesquisa realizada sobre o luto de famílias no contexto da covid-19 (Araújo e Junior, 2023), na qual a religião foi mencionada como uma importante fonte de apoio emocional, assim como a possibilidade de frequentar espaços onde se possa expressar o luto e receber suporte social.

Os relatos dos participantes, portanto, revelaram diferentes modos de relação com o conceito de luto saudável. Para alguns, essa maneira de enquadrar o luto pela perda de um/a filho/a não fazia qualquer sentido, sendo veementemente rejeitada. Para outros, porém, reconhecia-se a possibilidade de integração de diferentes modos de significar o sofrimento vivido, que poderiam coexistir ou não com os sentidos oriundos de uma abordagem biomédica.

II) Prejuízos para a saúde durante o luto

Os participantes da pesquisa reconheceram que o luto pode impactar a saúde individual, além de dificultar o desempenho de papéis sociais e a gestão das emoções. Eles relataram que o luto provocou uma degradação da saúde em termos físicos, psicológicos e mentais. Foram mencionados comportamentos de autonegligência em relação à alimentação, higiene, sono e relações sociais (isolamento social). Um pai entrevistado também afirmou que se sentiu traumatizado, louco e depressivo durante o período inicial do luto e que chegou a fazer uso abusivo de bebidas alcoólicas.

A dificuldade em retomar as atividades cotidianas (acompanhada pela sensação de ausência de propósito) também foi apontada pelos participantes. Esse prejuízo de funcionamento, que impossibilita o retorno à vida produtiva, é considerado um problema de saúde que os enlutados devem se esforçar por superar de modo suficientemente rápido, especialmente nas sociedades ocidentais (Granek, 2015). Dentre as pessoas entrevistadas, uma mãe afirmou que a dificuldade em retomar a vida estava associada à sua idade avançada e o seu contexto atual (reformada, sem filhos para criar), ressaltando a interferência desses aspectos na sua experiência de luto. Por outro lado, entre os participantes que conseguiram voltar às suas atividades

profissionais, também foi revelado o receio de que o trabalho emocional realizado nesse âmbito (com a supressão das emoções) pudesse ser prejudicial à saúde. Ou seja, mesmo reagindo de acordo com o que seria clinicamente visto como adequado, o receio pelo estado de saúde permaneceu existindo.

A não expressão dos sentimentos foi um tema abordado com frequência ao longo das entrevistas como motivo de preocupação, sendo percebido por alguns participantes como algo danoso à saúde. Essa percepção se insere num contexto mais amplo em que a subjetividade é regulada por discursos biomédicos e psicológicos que definem estados emocionais normativos e patologizam formas de sofrimento que escapam a esses parâmetros. Como argumenta Rose (2001), o bem-estar emocional é cada vez mais medicalizado e os indivíduos são encorajados a monitorar suas emoções como parte de um projeto de autogestão da saúde. Os entrevistados mencionaram diferentes estratégias para lidar com a questão, aprendendo a expressar as emoções a partir da participação em grupos de entreaajuda, ou procurando manter-se ocupados, de modo a distanciarem-se dos sentimentos ligados ao luto.

As dúvidas sobre o que seria um comportamento pouco saudável estiveram presentes em alguns relatos, como o seguinte: *“A minha maneira de ser, tem... tem estado a piorar. Tem estado a piorar. Ou, se calhar, é o estado normal! De uma mãe em luto, não é? A maneira anormal era o que eu estava antes do que ‘tar nisso’*” (E2). Questionamentos sobre o que pode ser considerado normal ou não são recorrentes em situações de mudança de contexto. No caso do luto, por exemplo, comportamentos que são considerados saudáveis durante os primeiros meses de luto passam a ser vistos como patológicos de acordo com os parâmetros dos manuais diagnósticos (American Psychiatric Association, 2022; Thoits, 1985; World Health Organization, 2022).

Ainda que reconhecessem comportamentos como pouco saudáveis, foi interessante notar a intenção de alguns participantes em não os alterar, aceitando-os como parte da maneira que encontraram para lidar com seus respectivos lutos: *“Continuo a querer estar sozinha. Eu sei que não me faz bem”* (E1). *“Acho que, cada vez que eu deixo de chorar, eu endureço mais. (...) Fiquei assim e acho que é a minha forma de lidar com o sofrimento, né?”* (E16). Um dos participantes acrescentou que o vazio decorrente da perda é uma característica intrínseca ao luto e que, embora prejudicial à saúde, não pode ser superado: *“O luto é prejudicial à saúde? É sempre. Quer dizer, é uma constante. (...) Há um buraco. E esse buraco não é preenchido. Nem ninguém pode preencher”* (E5).

Os relatos dos entrevistados demonstram que o discurso público acerca do luto, fundamentado pela perspectiva biomédica e difundido pelo processo de psicologização (Machado e Menezes, 2018), se faz presente nos discursos de pais e mães enlutados (Walter, 2000), quer pela linguagem médica utilizada (Faria e Lerner, 2019), quer pela responsabilização moral pelo próprio estado de saúde (Clarke *et al.*, 2003; Rose, 2001). Ainda que sem conseguir romper essa lógica, foi possível identificar resistências por parte dos participantes que reivindicaram para si o direito de vivenciarem o luto da maneira que mais lhes convinha – mesmo quando percebida como pouco saudável pelo saber biomédico. Isso demonstra, conforme aponta Walter (2006), que a aceitação da legitimidade do sofrimento provocado pelo luto pode ser um objetivo mais útil aos enlutados do que as propostas de restituição de saúde prescritas pelas teorias psicológicas/psiquiátricas.

III) A busca por explicações científicas para o luto

As teorias psiquiátricas são predominantes na literatura acadêmica sobre o luto e já se encontram disseminadas na literatura popular (Walter, 2000). Dentre os participantes da pesquisa, metade relatou ter procurado explicações científicas acerca do luto ou ter deparado com elas ocasionalmente. A procura por informação foi motivada pelo desejo dos pais e mães enlutados de encontrarem entendimento do que estavam vivenciando, além de validação daquilo que estavam sentindo. Esse dado corrobora a tese de Walter (2000) de que tais teorias vieram a preencher um espaço deixado pelos ditames do luto social, num momento em que os ritos do luto se enfraqueceram, fornecendo orientação aos enlutados e garantias sobre o seu progresso: *“E eu ficava, praticamente, o dia inteiro na internet. Luto, fases do luto, porquê do luto, o qu’ê que você sente... Quer dizer, um monte de informação, assim, aleatória”* (E27). Além da internet, os entrevistados relataram ter encontrado informações científicas sobre o luto através de grupos de entreaajuda: *“Porque eu não sei se o (entrevistador) sabe que o luto tem várias fases. (...) a Associação (de entreaajuda) tem isso... vivamente... no papel. Têm várias fases. E nem todos os pais passam pelas fases da mesma forma”* (E2).

As referências teóricas descobertas podem reforçar a perpetuação do discurso biomédico ao oferecerem um modo de legitimação para as experiências dos enlutados (Faria e Lerner, 2019; Parsons, 1951). Ao mesmo tempo, a experiência pessoal e o acesso a outras abordagens do fenômeno possibilitam o questionamento desse discurso e um posicionamento crítico

ante ele (Walter, 2000):

A própria cultura da morte passou por uma série de etapas aonde... na Antiguidade, a cultura da morte era uma, né? Você cultuava a morte, né? (...) Então era no âmbito familiar. Hoje, não. Hoje nós estamos numa fase em que se cultua a vida e não a morte! Porque hoje você tem hospitais, você tem tecnologia. Você tem milhares de médicos, de especialidades, etc. Se você ficou doente, você vai procurar o médico tal. (E27)

O luto sempre existiu, mas as normas e regulamentos sociais que o moldam estão constantemente a mudar (Lund, 2021). A busca por informações científicas como fonte de orientação é um reflexo do nosso tempo de luto medicalizado e psicologizado, em que o saber especializado se coloca como guia para o governo da própria subjetividade (Machado e Menezes, 2018), substituindo as normas religiosas e comunitárias das sociedades tradicionais (Walter, 2000). Ainda assim, esse discurso técnico não é passivamente incorporado. Enquanto alguns enlutados estruturam suas experiências a partir de conceitos derivados das teorias psi, outros questionam e criticam tais tentativas de teorização (Walter, 2000).

Tratamento

1) Encaminhamentos e recomendações

Os entrevistados também relataram como chegaram aos profissionais que consultaram. Alguns seguiram recomendações de amigos e colegas de trabalho. Outros foram encaminhados por profissionais da área da saúde. Essas recomendações e encaminhamentos aconteceram logo após a morte dos filhos, durante o período inicial do luto, ou a partir de momentos em que o assunto da perda era abordado e a emoção vinha à tona (criando desconforto no interlocutor): *“Eu fui falar com ela (acupunturista), chegamos aonde chegou. (...) No (filho que faleceu). E aí comecei a chorar. (...) Ela falou pra mim. Pra mim fazer o psicólogo, né?” (E14).*

De maneira geral, é possível notar que os comportamentos dos pais e mães enlutados são identificados como inadequados primeiramente por pessoas de seu convívio – um fenômeno que podemos definir por *controle relacional*. Este é um modo de controle social informal que ocorre nas interações quotidianas, cumprindo a função de inibir comportamentos desviantes e encorajar a conformidade (Conrad e Schneider, 1992). A expressão recorrente e prolongada de sentimentos negativos – frequente nos casos de luto parental – é avaliada como desagradável e inadequada pelos

demais, rompendo com regras de convivência culturalmente aceitas (Thoits, 1989). A sensação de incapacidade para prestar o suporte necessário nessas situações precede as recomendações para que os enlutados consultem um especialista da saúde. Assim, abre-se caminho para um controlo formal, mediado pela instituição médica (Conrad e Schneider, 1992).

A maneira como os encaminhamentos e recomendações são feitos aos enlutados indica que a medicalização do luto conta com o apoio do controlo relacional para exercer o seu domínio. A expressão do luto, conforme apontado por Walter (2000) e pelos participantes da presente pesquisa, é culturalmente regulada por convenções e normas familiares, que frequentemente atuam como “policiadores” das emoções dos enlutados. Ao invés de a pressão para conformar-se a determinadas formas de luto vir diretamente de médicos ou psiquiatras, é comum que essa coerção parta dos outros membros da família, que desempenham o papel de vigiar e ajustar as manifestações de tristeza (Walter, 2006). Embora tal coerção possa partir do descumprimento de regras de sentimento² no âmbito social-situacional (Hochschild, 2003) – que contemporaneamente tem a discríção como norma para expressão do luto (Koury, 2014) –, é possível que tal comportamento também seja considerado inadequado do ponto de vista clínico (sendo interpretado como um sintoma de luto prolongado, por exemplo).

II) Procura ou recusa de ajuda

A perda de um/a filho/a representa uma mudança normativa de identidade (Filho e Lima, 2017). Em períodos de grandes transformações como essa, é esperado que a pessoa se questione sobre quais seriam os sentimentos apropriados nesse contexto. Soma-se a isso o fato de que comportamentos considerados adequados num período inicial do luto são reconhecidos como inadequados com o passar do tempo, de acordo com a lógica dos manuais diagnósticos, o que pode gerar insegurança. Isso leva muitos indivíduos a procurarem ajuda e orientação de profissionais da saúde, sobretudo diante do enfraquecimento das normas que regiam o luto social (Thoits, 1985; Walter, 2000). Assim, é possível e expectável que os enlutados depositem em especialistas as suas esperanças de alguma resposta técnica ou conselho que os ajude a lidar com o luto: *“Fomos ao psicólogo e... (longa pausa) Quer*

2 Regras de sentimento são normas culturais que orientam o modo como as emoções devem ser experienciadas e expressas em diferentes contextos sociais. A adequação emocional pode ser avaliada a partir de três critérios: (a) adequação clínica, que define se um sentimento é esperado dentro dos padrões de normalidade psicológica e saúde emocional; (b) adequação moral, que determina se a emoção é eticamente legítima; e (c) adequação social-situacional, que se refere à conformidade do sentimento com as normas específicas do contexto em que ocorre (Hochschild, 2003).

dizer, fui lhe perguntar o que é que... queria saber o que havia de fazer, o que é que... Porque, assim, a pessoa fica sem um filho... e agora?" (E2).

Dentre os participantes, era frequente a procura por ajuda especializada durante o luto, sobretudo de psicólogos. Também foram consultados psiquiatras e profissionais ligados a terapias alternativas – hipnoterapia, acupuntura e cromoterapia. Alguns participantes justificaram sua resistência à procura por especialistas, alegando que qualquer tratamento seria ineficaz, visto que não poderia trazer de volta à vida os filhos que faleceram: *"Tava lá uma psicóloga e eu disse: 'Obrigada, eu não preciso de ajuda. Só quero o meu filho vivo. E isso a senhora não pode me dar'" (E1).* Outros revelaram sua preferência em receber ajuda de natureza espiritual: *"Fomos nos Centros Espíritos, tomar passe, essas coisas. Mas tratamento psicológico, não" (E14).* Esse relato sinaliza a existência da procura por opções de cuidado alternativas ao modelo médico, que reservam espaço a outros modos de significação do luto. Dados semelhantes foram encontrados na literatura, reforçando o papel da religião no cuidado ao luto, como fonte de apoio emocional e modo de atribuição de sentido ao sofrimento (Araújo e Junior, 2023).

O fato de a maior parte dos entrevistados ter recorrido a um especialista da saúde durante o luto aponta para a forte influência da terapêutica em seu projeto de normalização social (Berger e Luckmann, 1985/2003). Conforme ressaltado por Granek (2015), não há um problema em si na procura por ajuda especializada num momento de sofrimento. No entanto, a autora defende que a ênfase no tratamento do luto pode levar a mensagem de que ele é uma doença que requer cura e que o local adequado para se lidar com a perda é a terapia, num ambiente privado e com ajuda profissional. Apesar de os participantes da pesquisa terem recorrido a essa forma de ajuda, o questionamento da eficácia dos tratamentos, bem como a opção por terapias alternativas e de cunho espiritual, parecem apontar para outros modos de gerir o luto que não passam necessariamente pelos métodos e técnicas da ciência médica.

III) Avaliação da ajuda recebida

Ao procurarem ajuda, os participantes revelaram ter se deparado com a sensação de que não eram compreendidos pelos profissionais que os atenderam. De acordo com eles, profissionais que não tivessem passado por uma perda semelhante, nem se tivessem especializado na área do luto, não seriam capazes de acessar aquilo que estavam sentindo, impedindo o desenvolvimento do processo terapêutico: *"Será que ele perdeu o filho e*

sabe entender ou interpretar exatamente o que eu tô falando aqui? O que eu tô sentindo?” (E27). Esse relato retrata um dilema referente à legitimação do conhecimento acerca do luto, que recorre ora à especialização (saber institucionalizado), ora à experiência. Por vezes, a linguagem médica é utilizada pelos próprios enlutados para conferir legitimidade à experiência vivida. Em outros casos, a ausência de uma experiência pessoal de luto é suficiente para desacreditar as intervenções propostas por um profissional (Faria e Lerner, 2019).

No que diz respeito especificamente à psicoterapia, foram encontradas avaliações opostas entre os relatos dos pais e mães enlutados. Para alguns (E1, E16, E27), a experiência não fez sentido, gerando apenas desconforto: *“Então aí, eu não me sentia confortável. Não gostava de ir lá e ficar falando, porque eu achava que não tinha sentido, né? Daí deixei de ir também”* (E16). Para outros (E2, E5), porém, a possibilidade de estar à vontade, num espaço de sigilo, foi importante para que pudessem expressar, compreender e validar os próprios sentimentos: *“Ele não fazia comentários. (...) ele até deixava eu... a pouco e pouco ia conversando, de maneira que... nós possamos abrir, expandir, dizer aquilo que estamos a dizer, chorar aquilo que estamos a chorar, estar à vontade...”* (E5).

Os entrevistados demonstraram que a psicoterapia pode assumir diferentes sentidos. Por um lado, pode servir aos objetivos da terapêutica, seguindo o referencial dos manuais diagnósticos e propondo um tratamento que leve à eliminação de sintomas à normalização dos comportamentos. Nesse caso, é comum que as pessoas enlutadas se sintam incompreendidas e que a experiência não seja percebida como positiva ou benéfica (Michel e Freitas, 2021). Por outro lado, quando a relação terapêutica reúne as condições necessárias (segurança, acolhimento, compreensão), promovendo um espaço onde se possa falar livremente sobre o ente querido que faleceu, a psicoterapia pode ser um instrumento de validação dos comportamentos apresentados (Walter, 2000; Michel e Freitas, 2021). Ainda que tal modelo terapêutico possa se antepor à patologização do luto, ele permanece inserido num contexto de medicalização do fenômeno (Sholl, 2017) e contribui para a sua normatização através de um processo de psicologização, no qual o indivíduo passa a regular suas emoções segundo os conceitos da ciência psicológica e a mediação de um especialista (Machado e Menezes, 2018; Rose, 2001). Do mesmo modo, ele encontra-se vinculado aos princípios individualistas que fundamentam a racionalidade biomédica, na qual a saúde se apresenta como um projeto pessoal (Duarte, 2003), privado (Granek, 2015), sem propiciar a integração social do sofrimento.

Por fim, no que diz respeito às terapias alternativas, os participantes avaliaram que o tratamento foi positivo ou indiferente: *“Sabe, sinceramente, viu? Não sei se ajudou ou se não ajudou”* (E14). Em todo o caso, os relatos demonstraram que havia pouco entendimento por parte dos entrevistados em relação ao processo terapêutico a que eram submetidos, com pouca ou nenhuma participação pessoal no tratamento: *“O qu’ê que ela está a fazer eu não sei, não faço a mínima ideia, mas sei que... na primeira sessão, senti-me melhor”* (E2). Nesse aspecto, as terapias alternativas pareceram se equivaler aos procedimentos heteronômicos adotados por especialistas da saúde (Illich, 1975; Michel e Freitas, 2019).

Os dados encontrados são reveladores da complexidade e irregularidade do processo de medicalização (Zorzanelli *et al.*, 2014). Em alguns casos, os sujeitos enlutados reivindicam o conhecimento sobre o próprio sofrimento e rejeitam a legitimidade de saberes especializados que não tenham a experiência vivida como fundamento. Em outros, assumem a posição de consumidores da saúde, exercendo sua liberdade para optar entre as diferentes ofertas terapêuticas disponíveis no mercado. Apesar de esses tratamentos adotarem diferentes abordagens, eles possuem em comum a proposta de regulação do sofrimento do luto a partir de intervenções que têm a intimidade do indivíduo enquanto alvo.

IV) Uso ou recusa de medicamentos

A medicalização do luto tem como um de seus efeitos o uso de psicofármacos (por prescrição médica ou automedicação) frente às respostas emocionais decorrentes da perda (Alves *et al.*, 2021). Rostila *et al.* (2018) identificaram um aumento acentuado da utilização de psicotrópicos entre mães e pais após o falecimento de um filho, com a percentagem mais elevada de uso de medicamentos acontecendo cerca de um ano após o falecimento. Dentre os entrevistados houve aqueles que afirmaram ter utilizado calmantes que lhes foram dados por pessoas próximas durante o velório (E8, E14). Um deles relatou ter continuado a utilizar essa medicação nos primeiros dias que se seguiram à perda: *“Tive que tomar calmantes para dormir, calmantes para acalmar, calmantes para conseguir descansar... Tive amigos médicos que logo trataram de mim”* (E8).

A resistência ao uso de medicação durante o luto foi diretamente abordada por alguns dos entrevistados (E1, E5, E26, E27). Entre as justificativas para a relutância em tomar remédios, podemos citar o receio de desenvolver dependência, o medo dos efeitos colaterais e os questionamentos sobre

a real necessidade de tomá-los, especialmente quando se tratava de medicamentos controlados:

Eu percebo que eu não estou precisando de remédio, (entrevistador). Poxa, não quero usar remédio pra isso! E outra, é tarja preta! Poxa, eu vou saber se eu não vou ficar dependente desse troço aí? (...) Ai, por desengano de consciência, saí da consulta, comprei aquele troço, vim pra casa... Falei: “Ah, não vou usar isso, não”. (E27)

Alguns participantes também alegaram ter recusado medicamentos por considerarem que eles não resolveriam a questão que deu origem ao sofrimento (a morte do/a filho/a). Ainda segundo essa lógica, os medicamentos seriam um modo de enganar-se, sem facilitar a experiência do luto, anestesiando sentimentos, mas sem fazê-los desaparecer: *“Tomar drogas não é saudável! É... é... digamos, adormecer... uma situação que está patente, permanente, está lá. Não desaparece”* (E5).

Os relatos dos participantes indicam que a utilização dos fármacos (sejam eles calmantes, antidepressivos ou ansiolíticos) é encorajada por amigos e prescrita por profissionais da saúde, se apresentando como uma possibilidade de resposta ao luto. Ainda assim, é possível notar que a intervenção medicamentosa foi um recurso pouco acessado pelos entrevistados, fosse por receio de seus efeitos colaterais, fosse por considerarem uma solução ineficaz ante o sofrimento da perda. Desse modo, suas opiniões sobre o tema parecem ir ao encontro da posição de *Alves et al.* (2021), que consideram o manejo fármaco-terapêutico do luto uma resposta simplista, injustificada e, em alguns casos, contraproducente.

V) Grupos de entreaajuda: “uma comunidade de sofredores”

Os grupos de entreaajuda para enlutados, embora não se enquadrem no campo dos tratamentos médicos/psicológicos, são frequentemente procurados por pais e mães em luto. A experiência de perder um/a filho/a costuma ser vivida de modo isolado por conta da singularidade da dor que não é facilmente compreendida por quem não passou por algo semelhante. Ao terem a oportunidade de se juntar a outras pessoas que também perderam um/a filho/a, esses pais e mães sentem uma forte sensação de coesão emocional, pois finalmente encontram pessoas que entendem sua dor (McCreight, 2008; Walter, 2000): *“Isto é uma forma de... saber que o nosso desgosto não é único! ‘Tamos inseridos em uma comunidade de sofredores’* (E1).

Grupos dessa natureza apresentam aos seus membros a oportunidade

de validação dos próprios sentimentos a partir de trocas recíprocas (McCreight, 2008; Walter, 2000): *“Porque eu tinha certeza absoluta que quem ‘tava me ouvindo entendia o que eu ‘tava falando, porque ela também teve uma perda igual a minha. E que o que aquela pessoa falava eu entendia e entendia mesmo! Porque eu sentia o que ela sentiu quando eu perdi o meu”* (E27).

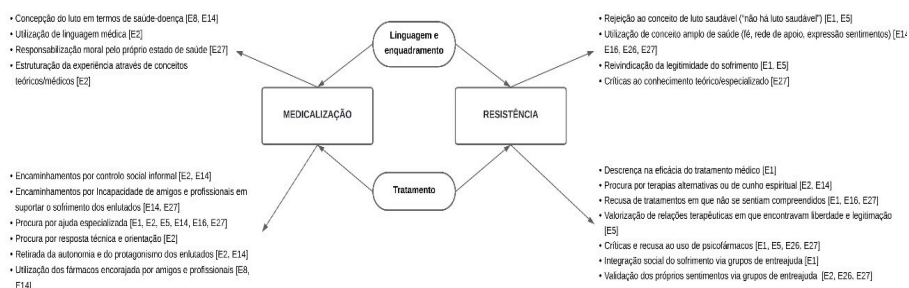
Comportamentos e sentimentos que poderiam ser considerados inadequados ou patológicos em outros contextos sociais são compreendidos e acolhidos nos grupos de entreaajuda: *“É um lugar que você pode chegar, pode falar, pode chorar! E ninguém vai ficar te julgando e nem te criticando, né?”* (E26). *“Aquilo é um espaço em que... dá, dá pra conversar, porque se eu contar isso ou aquilo a alguém... de família ou amigo, ficam sem olhar pra nós”* (E2). Essa possibilidade de partilha ocorre mesmo nos casos em que a perda já aconteceu há muitos anos: *“Se eu for ali pro meu cunhado e falar: ‘poxa vida, dez anos que eu perdi o meu filho, hoje eu tô arrasado, tô ruim...’, é comum ele dizer: ‘É, mas dez anos! Isso já faz muito tempo, né?’”* (E27). Distante dos controlos sociais, os grupos de entreaajuda se configuram enquanto um espaço social privilegiado para a comparação de comportamentos e a validação de experiências partilhadas (comumente vistas como desviantes) (Thoits, 1985). No contexto do grupo, a compreensão baseada na experiência pessoal tem mais autoridade do que o conhecimento abstrato de especialistas (Walter, 2000).

A diversidade presente nas circunstâncias das perdas, bem como no modo de lidar com o luto, pode dificultar a coesão dos grupos de entreaajuda e afastar alguns participantes. Isso ocorre porque, dentre uma grande comunidade de enlutados, existem sempre subgrupos, com características específicas. Em um amplo congregado de pessoas enlutadas, é mesmo possível e esperado que alguns subgrupos sejam excluídos ou escondidos, dificultando o processo de identificação (Walter, 2000): *“Não resultou, porque as pessoas iam para lá... com a sua catarse e... (...) nós temos conhecimentos dos azares que as outras pessoas tiveram, mas creio que já, às vezes, duma maneira um bocadinho... dramatizada”* (E5).

Por outro lado, a identificação com o grupo e sua proposta leva alguns de seus membros a permanecerem nesse espaço, reconhecendo a importância de sua manutenção: *“Porque, assim, a contribuição do grupo, assim... eles já fizeram muito por nós. Eu acho, sabe? Então hoje que a gente vai lá, é pra ajudar! Assim, como trabalho voluntário nosso”* (E26). Segundo McCreight (2008), a permanência duradoura nesses espaços sugere que

eles sejam centros de resistência ante o silenciamento frequentemente vivido por seus participantes em outros ambientes. Dessa forma, os grupos de entreaajuda favorecem a expressão das emoções do luto para além da racionalidade biomédica, sem percebê-las necessariamente como índices de uma patologia, nem como um problema a ser resolvido. Ainda assim, não se exclui a possibilidade de a linguagem médica/psicológica permear em alguma medida os discursos de seus membros, que podem recorrer de modo concomitante aos saberes e tratamentos especializados.

FIGURA I. RESULTADOS



Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

O presente artigo investigou empiricamente as repercussões do conceito de luto saudável na experiência de pais e mães enlutados. Os relatos revelaram a influência da racionalidade biomédica na descrição do luto, com a utilização de conceitos da medicina e da psicologia. O enquadramento da experiência em termos de saúde-doença sinaliza o avanço da medicalização/psicologização, em que os próprios enlutados recorrem aos saberes especializados para legitimar e estruturar o sofrimento decorrente da perda dos filhos, responsabilizando-se pela gestão emocional por meio de técnicas e orientações especializadas. Contudo, os dados indicam que esse processo não é uniforme, havendo resistência em reduzir o luto a um viés exclusivamente biomédico. Alguns participantes rejeitaram a noção de luto saudável, enquanto outros criticaram os tratamentos médicos e psicológicos, optando por alternativas, como a ajuda espiritual e os grupos de entreaajuda. Tais tensões revelam que a medicalização é permeada por nuances, permitindo que os indivíduos configurem com alguma autonomia os sentidos que atribuem ao próprio sofrimento. Por fim, a limitação da amostra restringe a

generalização dos resultados, exigindo novas investigações com outros perfis e contextos para ampliar a compreensão dos efeitos da concepção biomédica do luto no modo de apreensão do fenômeno por pessoas enlutadas.

Referências

- ALVES, Aline Martins; COUTO, Samuel Braatz; SANTANA, Mariana de Paula; BAGGIO, Márcia Raquel Venturini; GAZARINI, Lucas – Medicalização do luto: limites e perspectivas no manejo do sofrimento durante a pandemia. *Cadernos de Saúde Pública*. [Em linha]. 37:9 (2021) 1–5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00133221>. ISSN 1678-4464.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition, Text Revision*. 5.^a ed. Washington: APA, 2022. ISBN 978-0-89042-575-6.
- ARAÚJO, Jamaika Ingrid de; JUNIOR, Gilmar Antoniassi – Famílias enlutadas: o processo de elaboração do luto em decorrência do óbito pela COVID-19. *Scientia Generalis*. [Em linha]. 4:2 (2023) 511–523. Disponível em: <https://doi.org/10.22289/sg.v4n2a45>.
- ARIËS, Philippe – *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. ISBN 9788520930953.
- BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas – *A construção social da realidade*. 23.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2003. ISBN 8532605982.
- CAMARGO JR, Kenneth Rochel de – A biomedicina. *Revista Saúde Coletiva* [Em linha]. 15 (2005) 177-201. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312005000300009>
- CLARKE, Adele; SHIM, Janet; MAMO, Laura; FOSKET, Jennifer Ruth; FISHMAN, Jennifer – Biomedicalization: technoscientific transformations of health, illness, and U.S. biomedicine. *American Sociological Review* [Em linha]. 68:2 (2003) 161–194. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1519765>.
- CONRAD, Peter – *The Medicalization of Society: On the transformation of human conditions into treatable disorders*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007. ISBN 9780801885846.
- CONRAD, Peter; Schneider, Joseph – *Deviance and Medicalization – From badness to sickness*. Philadelphia: Temple University Press, 1992. ISBN 0877229988.
- DAVIES, Ruth – New understandings of parental grief: literature review. *Journal of Advanced Nursing* [Em linha]. 46:5 (2004) 506–513. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2004.03024.x>.

- DENHUP, Christine Yvonne – A new state of being: the lived experience of parental bereavement. *Omega (United States)* [Em linha]. 74:3 (2017) 345–360. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0030222815598455>.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias – Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. *Ciência & Saúde Coletiva* [Em linha]. 8:1 (2003) 173-183. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000100013>
- ENGEL, George – Is grief a disease? *Psychosomatic Medicine* [Em linha]. 23:18 (1961) 18–22. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/00006842-196101000-00002>.
- FARIA, Aline Ferreira de; LERNER, Kátia – Luto e medicalização: gestão do sofrimento. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [Em linha]. 29:3 (2019) 1–18. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312019290317>
- FILHO, João Ferreira Coelho; LIMA, Deyseane Maria de Araújo – Luto parental e construção identitária: compreendendo o processo após a perda do filho. *Psicologia Argumento* [Em linha]. 35:88 (2017) 16–32. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.35.88.18432>
- GRANEK, Leeat – Mourning matters: women and the medicalization of grief. In MCHUGH, Maureen; CHRISLER, Joan (Eds.) – *The Wrong Prescription for Women: How medicine and media create a need for treatments, drugs, and surgery*. Santa Barbara: Praeger/ABC-CLIO, 2015. ISBN 9781440831768. pp. 257–275.
- GUERRA, Isabel Carvalho – *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – Sentidos e formas de uso*. 1.ª ed. Cascais: Príncípa, 2006. ISBN 9789728818661.
- HOCHSCHILD, Arlie – Russell – *The Commercialization of Intimate Life: Notes from home and work*. 1.ª ed. Berkeley: University of California Press, 2003. ISBN 0520214889.
- ILLICH, Ivan – *A expropriação da saúde – Nêmesis da medicina*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.
- KLEINMAN, Arthur M. – Medicine's symbolic reality. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy* [Em linha]. 16 (1973) 206-213. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00201747308601685>
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro – O luto no Brasil no final do século XX. *Caderno CRH* [Em linha]. 27:72 (2014) 593-612. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300010>
- LUND, Peter Clement – Deconstructing grief: a sociological analysis of Prolonged Grief Disorder. *Social Theory and Health* [Em linha]. 19:2 (2021) 186–200. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41285-020-00135-z>
- MACHADO, Renata de Moraes; MENEZES, Rachel Aisengart. Gestão emocional do luto na contemporaneidade. *Revista Ciências da Sociedade (RCS)* [Em linha]. 2:3 (2018) 65-94. Disponível em: <https://doi.org/10.30810/rcs.v2i3.622>

- MCCREIGHT, Bernadette Susan – Perinatal loss: a qualitative study in Northern Ireland. *Omega: Journal of Death and Dying* [Em linha]. 57:1 (2008) 1–19. Disponível em: <https://doi.org/10.2190/OM.57.1.a>
- MICHEL, Luís Henrique Fuck; FREITAS, Joanneliese de Lucas - A clínica do luto e seus critérios diagnósticos: possíveis contribuições de Tatossian. *Psicologia USP* [Em linha]. 30 (2019) 1–9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180185>
- MICHEL, Luís Henrique Fuck; FREITAS, Joanneliese de Lucas - Psicoterapia e luto: a vivência de mães enlutadas. *Psicologia: Ciência e Profissão* [Em linha]. 41(spe3) (2021) 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189422>
- PARSONS, Talcott – *The Social System*. 2. ed. London: Routledge, 1951. ISBN 0203992954.
- ROSE, Nikolas – The politics of life itself. *Theory, Culture & Society* [Em linha]. 18:6 (2001) 1-30. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/content/18/6/1>
- ROSTILA, Mikael; MÄKI, Netta; MARTIKAINEN, Pekka – Does the death of a child influence parental use of psychotropic medication? A follow-up register study from Finland. *PLoS ONE* [Em linha]. 13:5 (2018) 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0195500>.
- SHOLL, Jonathan – The muddle of medicalization: pathologizing or medicalizing? *Theoretical Medicine and Bioethics* [Em linha]. 38:4 (2017) 265-278. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11017-017-9414-z>
- THOITS, Peggy – Self-labeling processes in mental illness: the role of emotional deviance. *American Journal of Sociology* [Em linha]. 92 (1985) 221–249. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/t-and-c>.
- THOITS, Peggy – The sociology of emotions. *Annual Review of Sociology* [Em linha]. 15 (1989) 317–342. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.so.15.080189.001533>.
- VIERA, Isabel; RUSSO, Jane Araujo – Burnout e estresse: entre medicalização e psicologização. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [Em linha]. 29:2 (2019) 1-22. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312019290206>
- WALTER, Tony – A new model of grief: bereavement and biography. *Mortality: Promoting the interdisciplinary study of death and dying* [Em linha]. 1:1 (1996) 7-25. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/713685822>
- WALTER, Tony – Grief narratives: the role of medicine in the policing of grief. *Anthropology and Medicine* [Em linha]. 7:1 (2000) 97–114. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/136484700109377>.
- WALTER, Tony – What is complicated grief? A social constructionist perspective.

OMEGA [Em linha]. 52:1 (2006) 71–79. Disponível em: <https://doi.org/10.2190/3LX7-C0CL-MNWR-JKKQ>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – *ICD-11 for mortality and morbidity statistics*. 11.^a ed. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>.

ZOLA, Irving Kenneth – Medicine as an institution of social control. *The Sociological Review* [Em linha]. 20:4 (1972) 487–504. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1972.tb00220.x>.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira; CRUZ, Murilo Galvão Amancio – O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. *Interface (Botucatu)* [Em linha]. 22:66 (2018) 721-31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0194>

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira; ORTEGA, Francisco; JÚNIOR, Benilton Bezerra – Um panorama sobre as variações do conceito de medicalização entre 1950-2010. *Ciência & Saúde Coletiva* [Em linha]. 19:6 (2014) 1859-1868. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.03612013>

- Receção: 29.10.2024

- Aprovação: 19.03.2025

ECOLOGIZAR O URBANISMO: UM DIÁLOGO OPORTUNO ENTRE BRUNO LATOUR E JEAN RÉMY

DOMINGOS VAZ*

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior (FCSH-UBI)

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Research Centre for Business Sciences (NECE-UBI)

Resumo

O enfoque no urbanismo ecológico desafia as conceções existentes de planeamento urbano. Neste artigo, defendemos que um quadro articulado entre a ecologia política de Bruno Latour e o conceito de transação social de Jean Rémy pode ajudar a conceber um planeamento mais participativo. Sugere-se que as duas abordagens teórico-analíticas, quando combinadas, permitem considerar que a sociedade é composta por redes de associações que são alimentadas e transformadas por transações sociais, fornecendo um ponto de entrada analítico para a compreensão do papel que as cidades ocupam na crise ecológica e climática.

Palavras-chave: Bruno Latour, ecologia política, Jean Rémy, transação social, urbanismo ecológico

Abstract

Ecologising urbanism: a timely dialogue between Bruno Latour and Jean Rémy

The focus on ecological urbanism challenges existing conceptions of urban planning. In this article, we argue how an articulated framework between Bruno Latour's political ecology and Jean Rémy's concept of social transaction can help to conceive a more participatory planning. It is suggested that the two theoretical-analytical approaches, when combined, allow us to consider that society is composed of networks of associations that are fed and transformed by social transactions, providing an analytical entry point for understanding the role that cities play in the ecological and climate crisis.

Keywords: Bruno Latour, political ecology, Jean Rémy, social transaction, ecological urbanism

* E-mail: dm vaz@sapo.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2153-9542>

Résumé

Écologiser l'urbanisme: un dialogue opportun entre Bruno Latour et Jean Rémy

L'accent mis sur l'urbanisme écologique remet en question les conceptions existantes de l'urbanisme. Dans cet article, nous expliquons comment un cadre articulé entre l'écologie politique de Bruno Latour et le concept de transaction sociale de Jean Rémy peut aider à concevoir une planification plus participative. Il est suggéré que les deux approches théoriques et analytiques, lorsqu'elles sont combinées, nous permettent de considérer que la société est composée de réseaux d'associations qui sont alimentées et transformées par des transactions sociales, fournissant ainsi un point d'entrée analytique pour comprendre le rôle que jouent les villes dans la crise écologique et climatique.

Mots-clés: Bruno Latour, écologie politique, Jean Rémy, transaction sociale, urbanisme écologique

Introdução

“As coisas continuavam a correr mal. Os homens tinham-se multiplicado, tinham tomado conta do mundo, cimentado a Terra, ocupado os vales, povoado os planaltos, matado os deuses, abatido as feras.” (Sylvain Tesson, 2016, *Sur les chemins noirs*, Paris, Gallimard, p. 23)

É para nós desafiante encontrar traços comuns entre os autores para pensar as cidades em toda a sua complexidade, face aos problemas contemporâneos. De entre os vários pontos de vista como, por exemplo, o filosófico e o sociológico, procuramos compreender o tempo atual a fim de gerar uma articulação conceptual que permita abordar os fenómenos urbanos nas suas diversas implicações sociais.

O presente texto tem uma natureza exploratória e um objetivo teórico-metodológico, dando centralidade à discussão da interconexão entre os processos de urbanização e a crise ecológica e climática, inspirado nas contribuições de dois autores – Bruno Latour e Jean Rémy – a partir da seguinte questão: Como articular um planeamento mais participativo, requerido por um urbanismo de tipo “ecológico”, numa escala macro ou meso, com formas de associação micro dos atores sociais na sua pluralidade, que tendem a ter uma maior inteligência “ecossistémica” e pós-antropocêntrica?

Bruno Latour (1947-2022), um dos proponentes da teoria do ator-rede, defende que a sociologia deve ser entendida como uma “ciência das associações” (Latour, 2012, 2023) devido à sua visão de como as relações e as conexões formam a sociedade. O autor enfatiza a importância das redes de atores humanos e não humanos na construção social da realidade. No campo

da ecologia política, a sua cosmologia reconhece a agência e a influência dos não humanos na política e na sociedade, desafiando as fronteiras tradicionais entre natureza e cultura, e promove uma visão mais holística e inclusiva do mundo. Jean Rémy (1928-2019), para o que nos interessa, trabalha o conceito-chave de “transação social” (Rémy, 2015), desenvolvido no âmbito da sociologia do espaço; este conceito permite compreender as interações e os elos sociais entre os diversos atores do território, que estes constroem/desconstroem através de práticas recíprocas que expressam o sentido do jogo social. As transações sociais são vistas como um processo contínuo de “negociações” e ajustes entre atores sociais e envolvem troca de informações, recursos, significados e reconhecimento, sendo ainda essenciais para a manutenção e transformação das relações sociais (Rémy, Servais e Voyé, 1978, p. 89).

É interessante trazer a debate as perspectivas teórico-analíticas dos dois autores. Na análise sociológica das cidades, a perspectiva da ecologia política de Bruno Latour, em combinação com o conceito de transação social de Jean Rémy, leva-nos a considerar as duas abordagens, distintas mas complementares, para entender as interações humanas e não humanas nos contextos urbanos. Latour propõe uma abordagem que destaca as redes de relações entre humanos e não humanos, enfatizando o modo como essas interações moldam a política e a vida urbana. O autor argumenta que os atores sociais (humanos e não humanos) estão entrelaçados em redes complexas de interesses e poder, onde objetos e entidades não humanas também têm agência e influência. Por sua vez, Jean Rémy considera as transações sociais como unidades fundamentais de análise sociológica e afirma que as transações entre diferentes atores (indivíduos, grupos, instituições) moldam os processos sociais, económicos e políticos e ajudam a entender o funcionamento das cidades.

Adotando um método de procedimento baseado em pesquisa bibliográfica, pretende-se contribuir para o debate de um planeamento urbano mais “ecológico” e de formas de “associação” micro, no âmbito de situações concretas da vida quotidiana que Rémy conceptualiza como “transações sociais”. Assim, na primeira secção é sublinhado o papel que as cidades ocupam na crise ecológica e climática, circunstância muito tributária de modelos funcionalistas de controle e exploração vertiginosa de recursos que subestimam a biodiversidade, aos quais se devem contrapor princípios de ecologização. Na segunda secção, a partir de Latour (1991), para quem “nunca fomos modernos,” é suportada a perspectiva de mudança paradigmática para a ecologização, como condição para a superação da “iliteracia ecológica” e

coevolução, em que humanos, natureza e tecnologia são partes inseparáveis de um todo dinâmico e interdependente. Na terceira secção, são abordados os desafios para a pesquisa sociológica urbana trazidos por uma leitura que combina o conceito remyniano de transação social com a ideia latouriana de que a sociedade é composta de associações. Na quarta secção, discutimos a necessidade de inovação conceptual requerida por um urbanismo de tipo “ecológico”, em articulação com formas de associação micro dos atores sociais.

Concluimos com algumas ideias de síntese de ambos os autores que, quando combinadas, desafiam os sociólogos das cidades e a sua *praxis* de pesquisa. De modo aberto, evocamos alguns contributos da sociologia para a abordagem ecológica e, com o objetivo de prosseguimento futuro da discussão, apontamos como linha a explorar uma atenção renovada à relação cidade-natureza que sustente a articulação entre a ecologia urbana e o urbanismo ecológico.

1. A cidade no centro da crise ecológica e climática

A cidade foi durante muito tempo vista como “o meio artificial, a antinatureza, o desnaturado” (Arnould, 2006, p. 540), como de resto o entendeu Le Corbusier: “Uma cidade! É o domínio do homem sobre a natureza. É uma ação humana contra a natureza, um organismo humano de proteção e de trabalho. É uma criação” (Le Corbusier, 1925, p. 1). Nesta perspetiva, a cidade funcionaria em analogia com uma máquina, tirando partido da tecnologia e priorizando a funcionalidade, a estética e a salubridade. De acordo com esta conceção dominante, a cidade é vista como um ambiente hostil para a vida selvagem. A biodiversidade urbana foi subestimada ou mesmo ignorada pelos biólogos, cuja investigação excluiu o meio urbano. Os modelos de fazer cidade em muito seguiram este primado funcionalista regido por uma lógica generalizante de racionalização, gerindo o espaço-tempo social em concordância com necessidades que excluem princípios anti-utilitários e funcionalidades desligadas do ciclo produção-consumo, enfatizando, ao invés, projetos e funções urbanas de grande escala. Em contraponto com esta corrente racionalista e tecnocrática, um ponto de partida alternativo seria a visão holística de Patrick Geddes (2022 [1915]), que propunha um entendimento da cidade essencialmente ecológico – como um “organismo vivo” – e um urbanismo que requeria a “pesquisa antes do plano”.

Em termos planetários, as cidades são hoje o palco primeiro do mundo contemporâneo, que continua a urbanizar-se a um ritmo acelerado. Disso

nos dá conta o Banco Mundial (2023), quando nos diz que cerca de 56% da população mundial – 4,4 bilhões de pessoas – habita em cidades – uma tendência que não afrouxa, esperando-se que a população urbana duplique até 2050, quando quase 7 em cada 10 pessoas viverão nas cidades.

As cidades estão a expandir-se de forma difusa e preocupante, consumindo cada vez mais áreas agrícolas, naturais e florestais e artificializando irreversivelmente o solo. Em 2010, o ritmo de crescimento das superfícies artificializadas foi três vezes superior ao ritmo de aumento da população, o que contribui drasticamente para absorver e reter calor, levando à procura de energia para refrigeração e agravando o impacto das ondas de calor. Verifica-se até que algumas cidades continuam a crescer em superfície e na artificialização do solo, mesmo que estejam a perder habitantes e empregos, o que constitui um crescimento claramente insustentável (Rode, 2023; Bihouix *et al.*, 2022). Como é evidente, este processo de urbanização contribui fortemente para a crise climática, a exaustão de recursos e a degradação da biodiversidade, ao ponto de ameaçar as próprias “condições de habitabilidade da Terra pelos humanos” (Morizot, 2020, p. 31). Se as cidades cobrem menos de 2% do território mundial e emitem mais de 70% de CO₂, elas funcionam como os “motores” da alteração climática, sendo também os lugares mais expostos a esses efeitos. Para Metzger (2020), as cidades são o meio emblemático do Antropoceno, levando outros autores, como Lussault (2021), a falar em Urbanoceno para significar que a “idade do homem” corresponderá hoje, antes de tudo, à “idade das cidades”. E se a crise ecológica que vivemos vem de uma perturbação profunda do funcionamento do meio ambiente, ela também é “uma crise das nossas relações com os seres vivos”, no entendimento do filósofo Baptiste Morizot (2020, p. 16). Deste modo, reinventar as nossas relações com os seres vivos e com o meio ambiente revela-se necessário para podermos voltar a trabalhar em prol da habitabilidade da Terra.

Inscriver as cidades e o seu funcionamento de forma mais simbiótica no meio ambiente é mais do que nunca uma tarefa primordial. Neste sentido, acolhemos o princípio de ecologização que visa integrar as preocupações ambientais nas políticas públicas (Rode, 2023; Mormont, 2009). Este objetivo de integração convida-nos a pensar conjuntamente as políticas públicas de urbanismo e as de ambiente, sem ignorar as relações sociais que atravessam o espaço urbano, ou seja, o modo como a cidade funciona de facto. A fim de “sair do impasse no qual está engajada a construção da cidade”, Grisot (2021, p. 65) defende que o planeamento urbano deve repensar-se sobre novas bases e evoluir para um novo paradigma de ordenamento e do “viver

com” o ambiente, nos seus componentes tanto bióticos como abióticos. Este propósito contém, a nosso ver, duas dimensões: uma dimensão ideológica intrínseca à forma urbana, que se liga a um processo de decisão e valores que estão por trás da realização física do ambiente construído; e uma outra dimensão, que é a da interpretação e do usufruto dos habitantes.

A intervenção sobre o espaço possibilita ou constrange os processos sociais. Defendemos que a tentativa de simbiose entre o espaço físico e a cidade humana não pode resultar unicamente da vontade ou desejo do planeador, por muito bem-intencionado que seja, pois está sujeita às imposições do “Capitaloceno”. Isto porque os modos de construir e os modos de habitar nem sempre caminham juntos, como nos alerta o sociólogo e urbanista Richard Sennett (2018), ao avançar com pistas de interpretação sobre a “experiência urbana” nas suas articulações entre o espaço construído e o lugar da cidadania, das sociabilidades e das vivências quotidianas. Sennett propõe a distinção entre *ville* e *city*, as quais enformam a experiência urbana. Segundo o autor, a cidade articula uma dimensão física concreta, a *ville*, e uma outra dimensão sociocultural, de cidadania e sociabilidade, a *city*. Este desdobramento conduz à questão problemática de saber se o urbanismo deve reproduzir as tendências dominantes na sociedade ou contribuir para dinamizar mudanças inovadoras e sustentáveis.

2. Modernidade e nova ecologia política

Bruno Latour interroga-se sobre as razões por que nunca fomos modernos e qual a alternativa à modernização. No seu livro *Jamais fomos modernos* (1994), o autor argumenta que a divisão entre natureza e cultura, bem como entre sujeito e objeto, é artificial e problemática. Os modernos, segundo ele, são aqueles que tentam manter essa separação e impor uma ordem hierárquica que coloca os humanos no topo; que buscam controlar e manipular a natureza em nome do progresso e do desenvolvimento. Assim, esta visão dualista do mundo leva a uma série de problemas, como a degradação ambiental, a desigualdade social e a alienação humana. Ao tentar dominar a natureza, os modernos acabam por destruir os ecossistemas que garantem a nossa sobrevivência. Além disso, ao separarmos os humanos dos não humanos, criamos uma divisão artificial que nos impede de reconhecer a nossa interconexão e interdependência (Latour, 1994, p. 19). Com a ideia de superação do antropocentrismo, Latour afirma: “A política moderna, ao fazer da natureza um domínio à parte, nega as relações entre humanos e não humanos, o que resulta numa exclusão ética e política dos seres não

humanos. A nova cosmopolítica deve incluir todos os atores, humanos e não humanos, para formar um novo coletivo” (Latour, 1999, p. 144).

Em alternativa    moderniza  o, Bruno Latour propõe uma teoriza  o que envolve uma mudança crucial de paradigma, passando da moderniza  o para a ecologiza  o. Para compreender essa transi  o,    fundamental explorar o pensamento de Latour sobre a “política da natureza” e a rela  o entre sociedade e meio ambiente. Para ecologizar, não basta proteger o meio ambiente;    necessário também reconhecer a interdependência entre humanos e não humanos. Portanto, uma abordagem política eficaz deve levar em considera  o as complexas redes de rela  es entre humanos e não humanos. A política da natureza enfatiza a necessidade de considerar as preocupa  es ambientais como questões políticas legítimas. Isso envolve não apenas a prote  o de recursos naturais, mas também a reavalia  o das rela  es de poder que moldam a intera  o entre sociedade e meio ambiente. Em vez de impor solu  es *top-down*, a ecologiza  o requer a participa  o ativa de todas as partes envolvidas, incluindo comunidades locais, cientistas, empresas e governos (Latour, 1999, p. 135).

Além disso, Latour destaca a importância de uma abordagem mais humilde em rela  o    natureza, reconhecendo a nossa limitada compreensão e controle sobre os processos naturais e “assumindo uma postura de maior respeito e cuidado com os processos que não controlamos por completo” (Latour, 1999, p. 258). Esta problemática associa-se    ideia de ecoliteracia coletiva, a qual envolve a capacidade dos cidadãos de compreenderem os sistemas naturais e as intera  es entre esses sistemas e as atividades humanas, passando de uma visão antropoc  trica do mundo para uma perspectiva mais holística e interconectada. A ecoliteracia deve ser capaz de ultrapassar uma iliteracia ecológica ainda existente, que    de caráter cultural e forjada no antropocentrismo e na cultura contemporânea de consumo, que incentiva o uso excessivo de recursos e a produ  o de resíduos. Por exemplo, a publicidade e o *marketing*, muitas vezes, promovem estilos de vida insustentáveis, alimentando a desconexão das pessoas relativamente aos impactos ecológicos das suas a  es.

A supera  o dessa iliteracia ecológica requer uma reavalia  o cultural profunda, na qual os humanos reconheçam e valorizem a sua interconexão com o mundo natural. Isso implica repensar as narrativas culturais, educacionais, econ  micas e políticas, promovendo uma nova sensibilidade, uma nova forma de entender e interagir com o ambiente.    assim decisivo construir uma ecoliteracia que coloque a cidade como plataforma

estrutural que combina humanos, natureza e tecnologia. Ou seja, uma visão inovadora sobre o futuro das cidades significa promover um entendimento compartilhado e uma consciência ambiental entre os cidadãos, utilizando a cidade como o cenário principal para essa educação e prática ecológica. Para Latour, “as cidades são os melhores laboratórios para novas práticas ecológicas e disseminação de conhecimento” (2018, p. 49). O autor acredita que a cidade, como um espaço denso de interações sociais, culturais e económicas, oferece uma oportunidade única para a implementação de práticas sustentáveis e para a disseminação de conhecimentos ecológicos. A cidade do futuro constitui-se, portanto, como proposta de coevolução em que humanos, natureza e tecnologia são vistos como partes inseparáveis de um todo dinâmico e interdependente.

3. As “associações” de Latour e a “transação social” de Rémy: que convergência?

3.1 Articulação teórica

Como articular e combinar o conceito de transação social de Jean Rémy com a ideia de Bruno Latour de que a sociedade é feita de fragmentos e associações? Numa primeira aproximação, podemos encontrar como ponto de convergência a ideia de que a sociedade é construída através de interações dinâmicas. Para Rémy, estas são transações sociais; para Latour, são associações. Ambos os autores destacam a importância dos processos e das relações na constituição da vida social.

A transação social, segundo Rémy, é um processo contínuo que envolve a troca de informações, recursos, significados e reconhecimento, entre os indivíduos e os grupos de uma dada comunidade. A sua análise faz parte de uma “sociologia da ação concreta, apreendida no decorrer da sua realização temporal” (Rémy, 2022, p. 32). As transações são fundamentais para a construção e a manutenção das redes, da coesão comunitária e da identidade coletiva; não se trata de meros contactos superficiais, pois envolvem a troca de informações, emoções e valores. Incluem não apenas bens materiais, mas também apoio social, favores e conhecimentos. Os indivíduos negociam constantemente os seus papéis, *status* e recursos dentro da comunidade, ajustando-se às expectativas e necessidades dos outros (Rémy, 2016 [1998]). Por sua vez, Latour, através da teoria do ator-rede, sugere que a sociedade é composta por redes de associações que incluem tanto atores humanos como não humanos, constituindo um conjunto de fragmentos conectados por associações dinâmicas que constroem e reconstróem a realidade social.

Trabalhar para uma sociologia menos antropocêntrica pode ser visto como uma grande contribuição de Latour para as ciências sociais. Segundo o autor:

como a sociologia do social é simplesmente uma maneira de chegar ao coletivo, a sociologia de associações assume a missão de recolher o que a ideia do social deixou em suspenso. (...) isso não significa negar o papel formatador das ciências sociais. (...) Quando acreditávamos ser modernos, podíamos nos contentar com os conjuntos da sociedade e da natureza. Mas hoje temos de rever nossa constituição e ampliar o repertório de vínculos e associações para além do que as explicações sociais oferecem. (Latour, 2012, pp. 352-353)

Ambos os autores, ao enfatizarem os processos sociais como contínuos e dinâmicos, tornam possível conceber as transações sociais de Rémy como microprocessos dentro das redes de associações de Latour. As transações sociais alimentariam e seriam alimentadas pelas associações, criando uma interdependência. Cada fragmento ou ator na rede está envolvido em múltiplas transações sociais que mantêm a rede coesa e funcional. E reconhecemos que, no âmbito da teoria do ator-rede, as transações sociais envolvem não apenas humanos, mas também objetos, tecnologias e outros não humanos que desempenham papéis ativos nas redes sociais. Isso enriquece a compreensão de Rémy, amplia e complexifica as transações sociais. Portanto, a convergência entre os conceitos de Jean Rémy e Bruno Latour oferece uma abordagem holística para entender e enfrentar os desafios climáticos nas cidades. Ao valorizar tanto as transações sociais quanto a composição de atores diversos, podemos desenvolver estratégias urbanas mais resilientes e adaptativas no novo regime climático (Rémy, 2016 [1994]).

3.2 Prática analítica

Em estudos de caso específicos, poderíamos mapear as redes de associações e identificar as transações sociais que ocorrem dentro dessas redes. Por exemplo, numa análise de uma comunidade *online*, poderíamos mapear as interações entre utilizadores (humanos) e plataformas tecnológicas (não humanos) e detalhar as transações sociais que sustentam essa rede. E na formulação de políticas públicas, considerar ambas as perspectivas ajuda a entender melhor as dinâmicas sociais, podendo essas políticas ser mais bem desenhadas para facilitar transações sociais específicas, enquanto se consideram as redes de associações mais amplas que incluem atores não humanos. Em relação ao espaço urbano, a conceptualização da “transação social” torna-se interessante para descortinar os laços sociais construídos no

quadro das práticas que animam o sentido do jogo social. O funcionamento da cidade pode ser abordado através da ideia de “jogos de atores” relativos às interações dinâmicas e estratégicas entre diferentes grupos e indivíduos que habitam e moldam o espaço urbano (Rémy, 2022; Rémy e Voyé, 2016 [2013]). Na prática, podemos imaginar o exemplo de um bairro onde moradores se organizam para melhorar a infraestrutura local. As transações sociais envolvem reuniões, trocas de ideias e colaborações. A agência dos atores (os moradores) é fundamental para iniciar e sustentar essas ações. As redes sociais, como associações de bairro, facilitam a organização e a mobilização, estruturando as interações e ampliando o impacto das ações individuais e coletivas.

Ao aplicar o conceito de transação social, podemos analisar como as interações ocorrem no interior das redes de atores propostas por Latour. E combinando as duas perspectivas, podemos ver que as transações sociais descritas por Rémy podem ser vistas como momentos específicos dentro das redes de coletivos de Latour. Os coletivos são para Latour construídos e mantidos através de interações sociais contínuas e transações que negociam significados, valores e recursos entre os seus membros. Enquanto Latour fornece uma estrutura para entender como os coletivos são formados e mantidos através de redes de atores heterogêneos, as transações sociais de Rémy oferecem uma “lente” para examinar as interações específicas dentro desses coletivos, destacando como as trocas sociais contribuem para a construção de identidades e práticas coletivas (Rémy, 2016 [1992]; Latour, 2023). O método de “implementação de dispositivos coletivos” de Latour (2023) envolve uma abordagem que reconhece a diversidade e a interdependência dos atores sociais e esclarece como esses atores colaboram e entram em conflito para moldar as dinâmicas sociais e as realidades que experimentamos. O método coloca o foco na “noção de colectivo”. Um “colectivo” é uma construção que precisa de ser “colectada” (p. 62). Um colectivo pode estar coletado por cientistas, por políticos, juristas, técnicos... e, “à medida que estudas, por exemplo, as associações entre direito e técnica, o colectivo adquire sentido e consistência” (p. 115). A título de ilustração, Latour usa frequentemente o estudo de controvérsias, que consiste em examinar como diferentes atores e interesses entram em conflito ou colaboram para resolver questões sociotécnicas. Por exemplo, em estudos sobre ciência, ele examina como cientistas, políticos, jornalistas e o público em geral interagem em torno de debates científicos (Latour, 1995).

As cidades enfrentam desafios críticos que exigem a colaboração entre múltiplos atores, tanto humanos quanto não humanos, e com o conceito de

transação social podemos analisar como essas interações ocorrem dentro das redes de atores. Na análise da crise ecológica e climática, exige-se uma nova forma de entender a política e a sociedade. Por exemplo, a interação entre comunidades locais e governos municipais pode ser vista como uma transação social crucial para a implementação de políticas climáticas, onde elementos não humanos, como tecnologias sustentáveis e infraestrutura verde, são parte integrante da rede e influenciam as transações sociais. Neste contexto, as transações sociais são os meios pelos quais os atores negociam e implementam essas mudanças, que incluem modalidades de participação em que cidadãos contribuem para a elaboração de políticas climáticas que resultam em recomposições na estrutura urbana (Voyé, 2016 [1992]). Assim, o novo regime climático recomenda novas práticas urbanas que incluam tanto as transações sociais quanto a composição de atores, devendo incorporar práticas de planejamento que considerem a interação entre atores humanos (cidadãos, governos) e não-humanos (recursos naturais, tecnologias) e promover novas transações sociais que apoiem a economia circular, onde os resíduos são minimizados e reutilizados dentro da rede urbana. Em termos de operacionalidade, poder-se-ia realizar mapeamentos detalhados das interações sociais e das redes de atores envolvidos nas questões climáticas, criar espaços de diálogo e negociação entre diferentes atores urbanos para facilitar a recomposição contínua da cidade e implementar projetos-piloto que integrem soluções tecnológicas e práticas sociais inovadoras para enfrentar os desafios climáticos.

4. Discussão

Os processos de urbanização interconectam-se com a crise ecológica e climática e interpelam os sociólogos das cidades e a sua *praxis* de pesquisa. Como criar as condições de adequabilidade de instrumentos sociológicos de pesquisa que sejam capazes de interpretar o intenso processo de urbanização que tem originado metrópoles gigantescas habitadas por milhões de seres humanos, como sucede no Sul global? A necessidade de inovação conceptual torna premente articular uma visão requerida por um urbanismo de tipo “ecológico”, numa escala macro ou meso, ligada a um planejamento mais participativo, com formas de associação micro dos atores sociais na sua pluralidade, muitas vezes informais e pouco estruturadas.

Evocamos o contributo de Rémy em termos de dinâmica de pesquisa, salientando que este privilegia as lógicas de apropriação. O autor procura perceber como em dadas conjunturas de tempo, económicas e sociais ou

políticas, as cidades são chamadas a resolver questões, sempre tensas e muitas vezes conflituosas, que resultam da articulação entre condicionantes exógenas e outras internas ligadas às idiossincrasias dos atores locais (Rémy, 2015, 2016 [2013]). Rémy focaliza-se na agência de atores e nas redes que atravessam o território e influem na produção material e simbólica do espaço ao mobilizarem relações de poder advindas da interação entre ‘velhos’ e ‘novos’ atores sociais, como sejam novos residentes, neo-rurais ou visitantes, que trazem novas lógicas para a transação social.

A transação social permite aceder a essa complexidade e identificar situações concretas, relacionando categorias como “agência” e “estrutura” e processos de afiliação (integração funcional) e desfiliação (sentimento de “estar fora” do jogo) (Rémy, 2016, p. 285). A transação, assim como as relações de poder que lhe estão subjacentes, verifica-se nos diversos campos da vida quotidiana e tem incidência nos das políticas públicas. A transação social desenvolve-se em torno de um objetivo. No campo social concretiza-se em variados problemas: a defesa dos locatários, a implicação dos pais na vida escolar, a promoção de uma ação de economia social... (Rémy, 2022). A transação trabalha a ideia de interação e consenso entre atores com lógicas de ação diversas otimizando a participação (Rémy, 2016, p. 126), embora com algum prejuízo de uma maior atenção ao papel dos fatores estruturais que atuam sobre a vida social, como defende Baudin, para quem a transação social teria mais “uma conotação ecuménica, talvez marcada pelo contexto sociopolítico em que surgiu – a Bélgica – onde existe um conflito recorrente entre flamengos de língua holandesa e valões de língua francesa (...), conflito esse interrompido por períodos de compromisso de coexistência” (2014, pp. 37-38).

Mas o conceito ganha interesse na explicação das diferenças culturais em processos de interação, o que é reforçado pelo antropólogo Fredrik Barth (1998), que defende que a sociedade é mais bem entendida pela dinâmica das estratégias, escolhas e alianças que lhe asseguram a continuidade, centrando a discussão na relação agência-estrutura para maximizar ganhos e minimizar perdas, portanto, no transacionalismo. Em relação às diferenças culturais, Barth argumenta que, para entender a etnicidade, há que investigar como são construídas as fronteiras que diferenciam um grupo de outro; ou seja, para o autor, a diferenciação e a criação de fronteiras entre grupos étnicos seriam realizadas pelos próprios indivíduos nos processos em transação.

Também Bruno Latour desafia as abordagens convencionais, ao integrar os atores não humanos na compreensão dos desafios ambientais

contemporâneos, como as mudanças climáticas. O autor postula a exigência de uma mudança paradigmática na maneira como vemos e respondemos aos problemas ambientais, reconhecendo a complexidade e a interconexão entre diferentes atores e fatores envolvidos. Por exemplo, podemos considerar a análise de mediadores atuantes entre várias escalas socioespaciais e perceber como os atores individuais e os coletivos são afetados pela função de intermediação. A análise de mediadores facilita a ação ou a interação entre diferentes partes. Eles são elementos que incluem leis, documentos, tecnologias, mídia, entre outros, e que têm um papel crucial na formação e estabilização das redes de atores.

Na atualidade, as questões ecológicas converteram-se no equivalente a questões políticas “clássicas” sobre as quais é legítimo e interessante discutir, estando as “pertencas” e as associações em recomposição. Latour introduz a hipótese de trabalho em torno da “chegada” de novas classes sociais, não no sentido tradicional, mas mais numa lógica próxima da de “classes culturais” ligadas à interpretação de Norbert Elias sobre o processo civilizacional, em que se assiste a uma crescente interdependência entre os indivíduos, à medida que as relações económicas, sociais e políticas se tornam mais sofisticadas, e na forma como essas transformações influenciam as relações humanas e o comportamento social (Elias, 2006). A ideia de Latour de “classes geossociais ou ecológicas”, ainda em fase de formação, decorre do facto de as questões ecológicas se estarem a converter em questões centrais, abrindo frentes de luta já não circunscritas unicamente aos meios de produção e de distribuição, mas também aos conectados com as condições de habitabilidade. Trata-se de uma problemática nova, que leva Latour a apoiar-se em Norbert Elias, para quem a ascensão da burguesia foi mais “racional” que a da aristocracia, porque a primeira imagina e se dota de um horizonte de ação muito mais vasto que a segunda. E na medida em que consideramos que a questão ecológica se transforma na questão fundamental das condições de habitabilidade do planeta, assistimos a uma redefinição do horizonte de ação, numa projeção num horizonte temporal, no fundo à estruturação de uma nova racionalidade e um novo processo de civilização (Latour e Schultz, 2022; Latour, 2023).

Ao interpelarmos a questão de o espaço social citadino – que resulta de a reunião dos seres humanos num mesmo lugar se articular com uma intencionalidade normativa (seja a ação dos decisores políticos, seja a dos técnicos de planeamento) –, somos levados à hipótese heurística da mobilização da noção de “ecologização”, que abre para as realizações do campo profissional do urbanismo. Chegamos à questão da arquitetura

moderna, e ao seu impulso para desenhar cidades “ideais”, o que, não sendo novo, atingiu o paroxismo no século XX, na senda de Le Corbusier, que viria a exercer uma grande influência sobre o urbanismo moderno. Segundo Le Corbusier a deontologia da profissão não incluía o dever de trabalhar com o mundo real, nem, muito menos, com o passado arquitetónico. No nosso tempo, uma visão mais ecológica da ligação estreita entre os seres humanos e o meio ambiente natural implica interpretar o mundo como uma rede de fenómenos que estão interconectados e que são interdependentes (Geddes, 2022). Que mudanças de conceção ou de visão da natureza se conectam de forma diferente com a cidade? Quais as suas implicações em termos de sustentabilidade? Enquadram-se aqui muitos projetos de cidades ecológicas e inteligentes que se caracterizam pela realização de um ideal urbano contemporâneo de cidade “perfeita” entranhado numa ilusão tecnocrática (Neves, 2018). Muitos projetos urbanísticos futuristas apresentam-se como formas utópicas e ambicionam criar cidades ecológicas *high-tech*, deixando-nos céticos quanto ao seu impacto social e ambiental. A sua análise salienta os múltiplos limites, ecológicos e sociais em particular, segundo Sylvain Rode (2023), não resistindo ao primado tecnocrático das considerações económicas e à procura de rentabilidade financeira.

Para além de projetos de cidades ecológicas e inteligentes muito mediatizados, é, sobretudo, a construção da cidade “comum” e a sua ecologização que ocupam centralidade na nossa discussão. Em nosso entender, os desafios trazidos pela aplicação das novas tecnologias de informação e comunicação serão profícuos se sugerirem uma alteração de paradigma, podendo agregar iniciativas voltadas para “alternativas democráticas e comunitárias”, trabalhando a ideia de soberania tecnológica pensando e produzindo a tecnologia como um bem comum (Schonardie, Bedin e Marcht, 2022, p. 213). A inteligência artificial oferece um enorme potencial para transformar as cidades e torná-las mais sustentáveis, inclusivas e inteligentes. Isso envolve um conjunto de áreas interconectadas como, por exemplo, prever impactos ambientais e otimizar sistemas para atingir metas de sustentabilidade ou simplificar as interações com os serviços públicos, garantindo o uso ético das informações coletadas; e promover decisões mais participadas que envolvam a colaboração entre governos, o setor privado e os cidadãos.

Portanto, importa ir além da aparência e dos aspetos estéticos e físicos das urbes, mas só depois de uma investigação crítica será possível considerar o contributo que as novas conceções de “neo-urbanismo” podem dar para a descrição de um (novo) fenómeno, para a sua explicação e, eventualmente,

para as vias metodológicas de análises pertinentes e adequadas. Como conceber um planeamento urbano simbiótico que se esforce por desenvolver os territórios urbanos de forma que os humanos possam viver em harmonia com o ambiente e o mundo vivo? Muito acertadamente, diz-nos o filósofo Baptiste Morisot (2020) que é a nossa forma de habitar que está em crise. Assim, na perspetiva de uma Terra que se arrisca a ser cada vez menos habitável, a ecologização do urbanismo remete para a ambição de um planeamento urbano capaz de inventar novas formas de “viver na natureza sem a destruir” (Larrère e Larrère, 2018, p. 124), de erigir uma “cidade habitável no futuro” (Blanc, 2019, p. 28). A etimologia do termo “ecologia” – *oikos*, a casa – reenvia à ideia do “respeito pela casa terrestre” (Paquot, 2006, p. 193), de uma casa comum ao conjunto dos seres vivos, na qual as sociedades humanas devem poder coabitar com os seres não humanos. Isto remete para o papel da ecologia urbana, que procura estudar as interações entre os sistemas naturais e o espaço construído, analisando a forma como a organização espacial das cidades influencia as dinâmicas sociais, económicas e culturais. E se durante muito tempo a postura dominante da ecologia científica excluía o homem das suas análises, sublinhamos a sua assunção como “uma grande ciência interdisciplinar que liga as ciências biológicas, físicas e sociais” (Eugene Odum, ecólogo filho de um sociólogo, em Rode, 2023, p. 21). Aceita-se a premissa que invoca a relação entre o social e o espaço, segundo a qual o desenho das cidades influi nas formas de pensar, fazer e viver a cidade. Isto significa que agir sobre o espaço é também agir sobre a sociedade, o que releva temas como a segregação socioespacial, a mobilidade urbana, as redes de sociabilidade e os impactos das transformações urbanas na qualidade de vida. Para o urbanismo, a questão será então a de integrar princípios ecológicos no desenho urbano e de se esforçar por ordenar o espaço de vida das sociedades humanas assegurando o seu bem-estar e protegendo simultaneamente o ambiente e o mundo vivo. É importante planear bem para viver melhor. Isto significa cuidar dos seres vivos e adaptar a forma como utilizamos o espaço à dinâmica do ambiente.

No contexto pós-pandémico ganha acrescido interesse a discussão em torno do planeamento urbano, o que nos leva a interrogar se as suas opções (ou a sua falta) não deveriam ser encaradas como podendo igualmente gerar ou potenciar riscos sociais. Bruno Latour (2020) acredita que “a crise sanitária está embutida em algo que é, não uma crise – algo sempre passageiro –, mas uma mutação ecológica duradoura e irreversível” (p. 1), sendo um imperativo promover uma discussão de vulto sobre a necessidade de “alterarmos o nosso modo de vida” (p. 1). Esta ideia foi reforçada pela

conjuntura global pandémica, com a diminuição do volume de produção e de consumo intrínsecos às dinâmicas globais e consequente possibilidade de “frear o trem do progresso” (p. 1). Os riscos societais, nos quais se integram também os relativos a doenças infecciosas, problemas tecnológicos, geopolíticos, para além dos ambientais, como conceptualizado por Mendes (2015), têm graus distintos de plausibilidade de ocorrência e de impacto, mas, ao atuarem no espaço, apresentam uma natureza sistémica que acentua a sua interconexão, o que amplia as suas consequências. Deste modo, também por esta via, os paradigmas adotados para a gestão das cidades encontram-se no centro do debate, tendo em vista recuperar e ressignificar a cidade para todos os seus habitantes.

Sob inspiração de Bruno Latour, defendemos o papel do investigador-ativista que em momentos de crise pode ser entendido como uma resposta à urgência e magnitude dos problemas, uma responsabilidade ética e social, e como parte de uma estratégia para efetuar mudanças reais e significativas nas cidades. A crise ecológica representa uma ameaça existencial para a humanidade, e os cientistas sociais, ao entenderem as causas e as consequências sociais dessas mudanças, podem sentir a responsabilidade de atuar para promover mudanças assertivas. Ao mesmo tempo, a própria sociologia, especialmente na sua vertente crítica, argumenta que o conhecimento sociológico deve ser utilizado para transformar a sociedade. Em tempos de crise, há uma procura por mudanças estruturais que podem ser informadas por pesquisas sociológicas. O ativismo, neste contexto, é uma extensão natural do trabalho de investigação. Pensamos, por exemplo, no trabalho influente de Jane Jacobs *Morte e vida de grandes cidades* (2009 [1961]), de inegável interesse para os estudos urbanos a que se reconhece renovada atualidade. Este livro tem continuado a inspirar políticas e ativismos, sejam eles teóricos ou práticos, que se desenvolvem tanto no plano do debate público, em particular quando estão em exame certas intervenções urbanísticas, como no da promoção de sinergias nas cidades existentes. Isto leva-nos a um dos focos da crítica de Jacobs ao planeamento urbanístico moderno, que considera que os urbanistas constroem modelos abstratos a partir dos quais procuram entender a cidade, assim menosprezando, senão mesmo ignorando, as relações sociais que atravessam o espaço urbano, ou seja, como a cidade funciona de facto. O planeamento urbano é questionado nos seus próprios fundamentos e não unicamente nas ideias ou formas de intervenção defendidas pelos seus agentes. Existe no pensamento de Jacobs a ideia de manifestação genuína da experiência urbana que se verifica quando está livre de coerção e constrangimentos. Há ali um propósito de

defesa da autenticidade e crítica à uniformização, provocada pela “praga da monotonia”, que a autora considera ser um dos efeitos perversos do planejamento urbano moderno (Jacobs, 2009, p. 43).

Conclusão

A necessidade de um urbanismo “ecológico” apresenta-se como uma tarefa imperiosa e significa repensar os laços entre a cidade e a natureza e afastar-se de uma representação da primeira como antítese da segunda. Ao reconhecermos a nossa interconexão com a natureza, podemos desenvolver uma nova forma de ser no mundo, uma forma que seja mais sustentável, justa e equitativa para todos os seres vivos. Isso envolve abandonar a ideia de controle e dominação a favor de uma coexistência relacional mais harmoniosa com o mundo ao nosso redor, e a promoção de uma ecoliteracia coletiva que capacite os cidadãos a melhor compreenderem os sistemas naturais e as suas interações com as atividades humanas, passando de uma visão antropocêntrica para uma perspectiva mais holística e interconectada.

Sob o ângulo de análise aqui privilegiado, podemos avançar que Bruno Latour preconiza uma abordagem mais ampla, ao atribuir agência tanto aos humanos quanto aos não humanos, argumentando que objetos e entidades também moldam as interações sociais, enquanto Jean Rémy se concentra nas interações e transações entre atores humanos. As duas abordagens teórico-analíticas, quando combinadas, permitem considerar que a sociedade é composta por redes de associações que são constantemente alimentadas e transformadas por transações sociais. Cada associação pode ser vista como um contexto de múltiplas transações, e cada transação pode redefinir as associações envolvidas. Estas combinações enriquecem a visão sobre a dinâmica social e urbana, integrando processos micro e macro, e ajudam a perceber a contribuição de atores humanos e não humanos na construção de um urbanismo ecológico.

O espaço adquiriu na Sociologia a categoria de análise em diversos autores e tradições, como foi o caso dos sociólogos da Escola de Chicago, que analisaram como as comunidades definidas pela proximidade física se organizam e se relacionam. Mas a alusão à abordagem ecológica urbana não convoca apenas os temas clássicos de Chicago. Para Rémy, o espaço é tanto fator de constrangimentos como de oportunidades, mas é, sobretudo, causa de determinação de dois modos: a um nível estrutural (ajuda a definir as relações sociais, as redes de interação) e a um nível simbólico (contribui para estruturar as representações de si e dos outros) (Rémy

e Voyé, 1976). A associação ecologia-cidade convida à problematização do papel do urbanismo na modificação do equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas de que fazem parte, de acordo com princípios pós-antropocêntricos que entendam a cidade enquanto conjunto articulado de transações entre sistemas de vida que interatuam de forma crítica. Neste sentido, uma linha a explorar no futuro poderá ser a discussão da passagem da ecologia urbana para o urbanismo ecológico, a partir de contributos de autores como Matthew Gandy (2022) e Erik Swyngedouw (2018).

Referências

- ARNOULD, Paul – Biodiversité : la confusion des chiffres et des territoires. *Annales de Géographie*. Lyon. ISSN 0003-4010. 651:5 (2006) 528-549.
- BANCO MUNDIAL – *Urban Development*. [Consult. 14 Aug. 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/urbandevelopment/overview>.
- BARTH, Fredrik – *Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of culture difference*. Illinois: Waveland Press, 1998. ISBN 9781478607953.
- BAUDIN, Gérard – Sur les rapports entre identités, lieux et territoires au prisme de la « transaction territoriale ». In BAUDIN, Gérard; VAZ, Domingos (orgs.) – *Transação Territorial: Novas relações cidade-campo*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2014. ISBN 9789897550867. pp. 31-43.
- BIHOUIX, Philippe; SOPHIE, Jeantet; CLÉMENCE, de Selva – *La ville stationnaire. Comment mettre fin à l'étalement urbain ?* Arles: Actes Sud, 2022. ISBN 9782330168735.
- BLANC, Nathalie – Les écologies des mobilisations urbaines. *Urbia. Les cahiers du développement Urbain durable* [Em linha]. 21 (2018) 25-38. Disponível em: https://www.unil.ch/ouvdd/files/live/sites/ouvdd/files/03_Urbia%20n21_Nathalie%20Blanc.pdf.
- ELIAS, Norbert – *O processo civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2006. ISBN 9789722026659.
- GANDY, Matthew – *Natura Urbana: Ecological Constellations in Urban Space*. MIT Press, 2022. ISBN 9780262367479.
- GEDDES, Patrick – *Cidades em evolução*. Campinas, SP: Papirus Editora, 2022. ISBN 97865565008981.
- GRISOT, Sylvain – *Manifeste pour un urbanisme circulaire. Pour des alternatives concrètes à l'étalement de la ville*. Rennes: Éditions Apogée, 2021. ISBN 9782843986925.

- JACOBS, Jane – *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. ISBN 9788578271732.
- LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael – Comment sortir de la modernité ? In YOUNÈS, Chris (dir.) – *Ville contre-nature. Philosophie et architecture*. Paris: La Découverte, 1999. pp. 47-66.
- LUSSAULT, Michel – Anthropocène comme Urbanocène. In LUSSAULT, Michel; VALÉRIE, Valérie (dir.) – *Néolithique Anthropocène. Dialogue autour des 12000 dernières années*. Lyon: Éditions deux-cent-cinq et École urbaine de Lyon, 2021. ISBN 9782919380404.
- LATOUR, Bruno – *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Edições Nova Fronteira, 1994. ISBN 8585490381.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve – *La vida en el laboratorio. La construcción de los hechos científicos*. Madrid: Alianza Editorial. 1995.
- LATOUR, Bruno – *Politiques de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999. ISBN 9782707142191.
- LATOUR, Bruno – *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba, 2012. ISBN 9788523208646.
- LATOUR, Bruno – *Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime*. Cambridge: Polity Press, 2018. ISBN 9781509530564.
- LATOUR, Bruno – Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise [Imagine gestures that stop the return of pre-crisis production]. *AOC-Media* [Em linha]. 2020. Disponível em: http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PO_RTUGAIS_2.pdf
- LATOUR, Bruno; SCHULTZ, Nikolaj – *Mémo sur la nouvelle classe écologique*. Paris: La Découverte, 2022. ISBN 9782359252187.
- LATOUR, Bruno – *Habitar la Tierra, Conversaciones con Nicolas Truong*. Madrid: Arcadia, 2023. ISBN 9788412592665.
- LE CORBUSIER – *Urbanisme*. Paris: Éditions Crès, Collection “L’Esprit Nouveau”, 1925.
- MENDES, José M. – *Sociologia do Risco: Uma breve introdução e algumas lições*. Coimbra University Press, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1066-5>.
- METZGER, Pascal – Environnement urbain. In *Dictionnaire critique de l’anthropocène*. 2020. Paris: CNRS Éditions. ISBN 9782271124272.
- MORIZOT, Baptiste – *Manières d’être vivant. Enquêtes sur la vie à travers nous*. Arles: Actes Sud. 2020. ISBN 9782330129736.
- MORMONT, Marc – Globalisation et écologisations des campagnes. *Études Rurales*.

- Paris. ISSN 0014-2182. 183:1 (2009) 143-160.
- NATIONS UNIES – L'Évolution démographique – 2023. [Consult. 11 Jul. 2024]. Disponível em: <https://www.un.org/fr/un75/shifting-demographics>
- NEVES, José Pinheiro – Das cidades inteligentes às metatopias urbanas. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa. ISSN 2183-7198. 48 (2018) 106-122.
- PAQUOT, Thierry – *Terre urbain. Cinq défis pour le devenir urbain de la planète*. Paris: La Decouverte, 2006. ISBN 9782707189547.
- RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *La Ciudad y la Urbanización*. Madrid: Estudios de la Administración Local, 1976.
- RÉMY, Jean; SERVAIS, Émile ; VOYÉ, Liliane – *Produire ou reproduire ?* Bruxelles: Vie ouvrière, 1978.
- RÉMY, Jean – *L'Espace, un objet central de la Sociologie*. Toulouse: Editions Érès, 2015. ISBN 9782749248998.
- RÉMY, Jean – A vida cotidiana e as transações sociais: perspectivas micro ou macro-sociais, 1992. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 149-185.
- RÉMY, Jean – A transação: da noção heurística ao paradigma metodológico, 1994. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 213-255.
- RÉMY, Jean – A transação social: forma de sociabilidade e postura metodológica, 1998. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 257-291.
- RÉMY, Jean – A transação: Uma maneira de fazer sociologia. Entrevista a Jean Rémy por Jean Foucart para a revista *Pensée plurielle*, 2013. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 123-148.
- RÉMY, Jean – Introdução: cidades intermediárias, participação e transações sociais. In DIMAS, António; VAZ, Domingos (orgs.) – *Cidades: Escalas e transações*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2022. ISBN 9789897557859. pp. 24-38.
- RODE, Sylvain – *Écologiser l'urbanisme. Pour un ménagement de nos milieux de vie partagés*. Lormon: Le Bord de l'eau, 2023. ISBN 9782356879660.
- SCHONARDIE, Elenise Felzke; BEDIN, Gilmar Antônio; MARCH, Laura Mallmann – Cidades, tecnologias e sustentabilidade: uma análise sobre as chamadas *smart city* e as suas possíveis contribuições para as transformações do mundo atual. In DIMAS, António; VAZ, Domingos (orgs.) – *Cidades: Escalas e transações*. V. N. Famalicão: Húmus, 2022. ISBN 9789897557859. pp. 193-217.

SENNETT, Richard – *Building and Dwelling: Ethics for the city*. Nova Iorque: Farrar, Strauss and Giroux, 2018. ISBN 9780374200336.

SWYNGEDOUW, Erik – *Promises of the Political: Insurgent Cities in Post-Political Environment*. MIT Press, 2018. ISBN 9780262535656.

VOYÉ, Liliane – A transação e o pressuposto do consenso, 1992. In RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane – *Espaços e Transações Sociais*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016. pp. 187-211.

- Receção: 17.07.2024

- Aprovação: 17.03.2025

PACHUKANIS E A CRÍTICA MARXISTA AO DIREITO: TEORIA GERAL DO DIREITO E MARXISMO CEM ANOS DEPOIS

VITOR BARTOLETTI SARTORI*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

O projeto pachukaniano de uma crítica marxista ao Direito dependeu da expectativa de supressão das relações jurídicas (e da troca mercantil como tal), sendo preciso considerar os posicionamentos do autor como parte de um projeto revolucionário, que, em sua principal obra, entendeu que a supressão do Direito era necessária e próxima. *Teoria geral do Direito e marxismo* propõe tarefas não cumpridas completamente pela obra centenária do autor, que são bastante localizadas na história revolucionária do século XX e estão ligadas à tese sobre o caráter proveitoso de uma crítica marxista à teoria geral do Direito. Assim, é preciso enxergar os méritos e as aporias da crítica marxista ao Direito inspirada em *Teoria geral do Direito e marxismo*.

Palavras-chave: Pachukanis, Marx, crítica marxista ao Direito, Teoria do Direito, Teoria geral do Direito e marxismo

Abstract

Pachukanis and the Marxist critique of law:

The General Theory of Law and Marxism a century later

The Pachukanian project of a Marxist critique of Law depended on the expectation of suppression of legal relations (and commercial exchange as such), precisely considering the author's positions as part of an innovative project, which, in 1924, understood that the suppression of the Law is close. As a result, the most important thing is that *The General Theory of Law and Marxism* proposes unfulfilled tasks, related to the thesis about the beneficial character of a Marxist critique of the general theory of Law and based on the revolutionary

* E-mail: vitorbsartori@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9570-9968>

history of the 20th century. So, it is important to see the merits and aporias of the Marxist critique of Law inspired in Pachukanis's book.

Keywords: Pachukanis, Marx, marxist critique of law, Theory of Law, The General Theory of Law and Marxism

Résumé

Pachukanis et la critique marxiste du droit:

La théorie générale du droit et le marxisme un siècle après

Nous soutenons que le projet pachukanien de critique marxiste du droit repose sur l'attente d'une suppression des relations juridiques (et des échanges commerciaux en tant que tels), en considérant précisément les positions de l'auteur comme faisant partie d'un projet novateur inachevé qui, en 1924, comprenait que la suppression du Droit était nécessaire et proche. *La théorie générale du droit et marxisme* propose des tâches que l'ouvrage centenaire de l'auteur n'a pas complètement remplies, qui sont assez localisées dans l'histoire révolutionnaire du XXe siècle et sont liées à la thèse sur l'utilité d'une critique marxiste de la théorie générale du Droit. Il faut donc reconnaître les mérites et les apories de la critique marxiste du droit inspirée par *La théorie générale du droit et le marxisme*.

Mots-clés: Pachukanis, Marx, critique marxiste du droit, Théorie du droit, La théorie générale du droit et le marxisme

Introdução

Ainda hoje, como bem destacou Márcio Bilharinho Naves (2000, 2017), Pachukanis é a grande referência para analisar a crítica marxista ao Direito. E se é também verdade, como indicou Cerroni, que "Pachukanis marca o momento da mais alta consciência teórica alcançada pelo pensamento jurídico soviético" (Cerroni, 2017, p. 191), há uma questão importante a ser analisada: ainda somos contemporâneos da Revolução Russa? Estaria o pensamento marxista sobre o Direito preso a paradigmas de cem anos atrás? No presente artigo, intentamos explicitar tanto a importância do pensamento pachukaniano em sua época quanto o modo pelo qual esse pensamento se vincula à experiência revolucionária de 1917, não propiciando uma transposição sem mediações das propostas e das categorias de *Teoria geral do Direito e marxismo* para o presente.

Michael Miaille, importante expoente da teoria crítica do Direito, e influenciado pelo jurista soviético, diz em 1976: "o texto mais claro e mais interessante continua a ser o de E. B. Pachukanis, *Teoria geral do direito e marxismo* e, é claro, alguns textos de Marx, de Engels ou de Lenine" (Miaille, 2005, p. 14). Percebe-se, portanto, que tanto cerca de 50 anos depois da publicação da obra magna de Pachukanis quanto hoje o pensador soviético

figure como grande referência. Isso talvez se deva ao que China Miéville estipulou: “Pachukanis é um gigante da teoria do Direito [...] foi uma figura dominante na jurisprudência soviética da década de 1920 e do início da década de 1930” (Miéville, 2017, p. 201). Como consequência, surge uma reflexão fundamental sobre a obra mencionada, porque a conjugação de tais posições redundaria em uma problemática basilar para a viabilidade do projeto pachukaniano: como foi possível viabilizar a conjugação de teoria do Direito, cujos primeiros expoentes (Maine e Austin) foram criticados duramente por Marx (1988) em seus assim chamados *Manuscritos etnológicos*, com a defesa de uma relação mutuamente enriquecedora entre teoria geral do Direito e marxismo? No presente artigo também intentamos responder a esse questionamento, relacionando-o com os acontecimentos de 1917.

A principal obra de Pachukanis, *Teoria geral do Direito e marxismo*, completou cem anos em 2024. Por essa razão, é legítimo investigar quais são as razões de o livro centenário ainda poder ser importante objeto de estudo na atualidade. Também cabe indagar: qual a pertinência e a plausibilidade de uma crítica marxista à teoria geral do Direito? As tarefas levantadas pelo autor soviético em sua obra magna foram efetuadas plenamente? No afã de responder a tais questões, realizaremos a análise imanente (Chasin, 2009) da obra pachukaniana, contextualizando-a e referindo, simultaneamente, a sua estrutura categorial e a sua função concreta. Intentamos, assim, explicitar as principais teses do autor soviético, ligando-as aos contraditórios rumos da Revolução Russa. Mediante esse procedimento, escavaremos a teoria de Pachukanis ao vincular sua posição concreta na década de 1920 com sua leitura da obra de Marx – e, em especial, sua atenção peculiar na teoria do valor desenvolvida em *O capital* e nos apontamentos de Marx (2012, p. 33) da *Crítica ao programa de Gotha*, em que o autor alemão relaciona a existência do Direito, mesmo que em um período de transição, com o que chama “estreito horizonte jurídico burguês”. Também procuraremos avaliar a atualidade de sua obra para a compreensão dos rumos contraditórios da Revolução Russa.

1. A atualidade do estudo de *Teoria geral do Direito e marxismo* em um mundo posterior à falência da Revolução Russa

Teoria geral do Direito e marxismo, publicada pela primeira vez em 1924, pode ser considerado um fruto autêntico da Revolução Russa, não somente porque é escrita durante uma fase delicada dos acontecimentos revolucionários (a guerra civil, o comunismo de guerra e a NEP [Nova Política Econômica]), mas

porque Pachukanis – como demonstrou Wendy Goldmann (2014) – tem uma participação vital nos debates sobre o Direito e sobre os rumos da vida do jovem Estado soviético¹; o autor da obra de 1924, ao lado de Pior Stutchka – comissário do povo para a justiça e autor de *O papel revolucionário do Direito e do Estado*, de 1921 –, atua na revolução como vice-comissário do povo para a justiça e, assim, escreve seu texto nas condições únicas de uma revolução em curso. Como consequência, há uma ligação bastante íntima entre a prática revolucionária de Pachukanis e as pretensões teóricas de sua mais famosa obra, a qual defende a necessidade do fenecimento do Direito e do Estado na esteira dos clássicos do marxismo como Marx, Engels e Lenin.² Por essa razão, *Teoria geral do Direito e marxismo* é um livro que expressa uma contradição inerente à Revolução Russa: diante de condições que impuseram o fortalecimento do Estado soviético e, no limite, como inferiu Preobrazhsky (1971), remeteram à necessidade de uma espécie de acumulação primitiva socialista, Pachukanis defende a superação do mencionado estreito horizonte que caracterizaria o Direito.

Michael O. Head, nesse sentido, destaca justamente que o livro pachukaniano tem por base as contradições dos momentos iniciais da revolução, em que a propriedade privada camponesa e a propriedade estatal precisam conviver em difícil harmonia. O livro de Pachukanis “ajudou a reconciliar as necessidades da NEP, inclusive a proteção legal aos direitos de propriedade privada, com o entendimento marxista sobre o fenecimento do Estado” (Head, 2004, p. 8). Em outras palavras, questões essenciais aos momentos iniciais da revolução de 1917 e à especificidade do atraso russo diante de países como a Alemanha e a Inglaterra foram o solo sobre o qual o texto pachukaniano se assentou.

Ao mesmo tempo, no afã de desenvolver uma crítica autenticamente marxista, questões como a salvaguarda da propriedade privada dos camponeses, a necessidade de fortalecimento do Estado durante a guerra civil e o comunismo de guerra emergiram em conjunto com a defesa explícita do autor soviético sobre a imprescindibilidade do fenecimento do Estado e do Direito. As teses pachukanianas, por conseguinte, podem parecer bastante contraditórias. Não obstante, tal aparência é fruto das próprias determinações da revolução em curso, em que interesses classistas irreconciliáveis a longo prazo, como aqueles dos diversos estratos de

1 Bill Bowring (2025, p. 20) salienta sobre o assunto que “Pachukanis escreveu sua *Teoria geral* enquanto trabalhava como conselheiro legal do governo soviético russo em Berlin, em 1921-22”.

2 Como destaca Dimitrios Kivotidis (2025, p. 235), “a tese do fenecimento foi trazida por Marx, Engels e Lenin. Os clássicos do socialismo revolucionário compartilhavam essa perspectiva segundo a qual o Estado desaparecerá com o resultado de um processo social de transformação longo e árduo”.

camponeses diante da industrialização vindoura e da organização massiva da produção rural, são reconciliados (ao menos no curto e no médio prazo) pelo governo soviético (cf. Bettelheim, 1979). A aparente contradição da posição pachukaniana, portanto, decorre das difíceis tarefas impostas nos anos iniciais da Revolução Russa e que foram tomadas como essenciais pelos revolucionários da época.

Mesmo ao considerar essa ligação de *Teoria geral do Direito e marxismo* com a Revolução Russa, o texto de Pachukanis ainda é uma grande referência cem anos depois de sua publicação. Embora o livro – se formos seguir um autor como Lukács (2023), podemos dizer que como toda obra científica – tenha um valor que, em parte considerável, ultrapassa seu tempo, sua estrutura categorial e sua problemática precisam de explicações baseadas na determinação social e histórica, as quais, no caso, envolvem, a revolução de 1917. O fato de a obra pachukaniana ainda ser ponto de partida para autores importantes no debate marxista sobre o Direito mostra que ela não pode ser reduzida apenas a um texto de circunstância e adstrito às condições de sua gênese. A razão disso está no fato de o autor soviético debater temas essenciais ao marxismo, às teorias críticas do Direito e mesmo a expoentes da criminologia crítica, como Melossi, Pavarini e Baratta. E, assim, além dos próprios méritos do livro, há um legado deixado por *Teoria geral do Direito e marxismo*. Desconsiderar tal aspecto é errôneo, assim como ignorar o papel fundamental da Revolução Russa e dos debates jurídicos na formação do pensamento pachukaniano é absolutamente inviável. Por isso, é preciso investigar os meandros dessa obra, que tanto é indissociável de seu tempo quanto ainda permanece.

A atualidade da obra pachukaniana, nesse sentido específico, depende também da contemporaneidade da revolução e dos debates por ela trazidos na década de 1920. Ademais, um elemento fundamental sobre esse tema é: independentemente da relevância e atualidade do programa socialista da Revolução Russa, o mundo contemporâneo é também o resultado da falência do ossificado marxismo soviético que, como demonstrou Head (2004), estava já sendo gestado nos primeiros anos da revolução. O projeto defendido por Pachukanis, ligado à necessidade de um socialismo que conseguisse, ao fim, suprimir o Estado e o Direito, vai diametralmente contra aquilo que caracterizou a URSS a partir da década de 1930 e que marcou tal marxismo. Nesse sentido, *Teoria geral do Direito e marxismo* se vincula àquilo que houve de melhor no grande acontecimento da Revolução Russa. Ou seja, compreender a sociedade capitalista contemporânea passa pelo entendimento dos grandes dilemas do passado, os quais se expressam de

modo trágico na obra e na vida pachukanianas.

Head estipula que, nos debates da década de 1920, e em uma compreensão mais acertada do marxismo, “socialismo significa democracia e fenecimento do Estado, e não o ‘comando econômico burocrático’ que subsequentemente emergiu sob Stálin” (Head, 2004, p. 13). A derrota do socialismo que defendeu Pachukanis fez com que ele fosse “do teórico do Direito favorito do Kremlin na segunda metade da década de 1920 e se tornasse oficialmente um contra-revolucionário” (Head, 2004, p. 8) aos olhos do governo stalinista na década de 1930. Tal processo fez parte da chamada era dos extremos, como Hobsbawm (2002) chamou o período de 1917-1991. Nesse sentido específico, há uma atualidade pungente na obra pachukaniana de 1924: ela pode ser um ponto de partida interessante para o estudo das contradições da Revolução Russa e para o entendimento das origens da degeneração do governo soviético. *Teoria geral do Direito e marxismo* é uma obra inserida no interior do processo revolucionário e, como argumenta Márcio Naves (2000), expressa aquilo que existe de mais autêntico nesse processo. Por isso, é um excelente objeto de análise para aqueles interessados nos rumos contraditórios da revolução bolchevique, bem como no processo pelo qual o marxismo soviético afastou-se dos auspícios iniciais da própria revolução de 1917 e, em específico, dos posicionamentos sobre o fenecimento do Direito, centrais a Pachukanis.

Outrossim, a compreensão do presente não prescinde de um acerto de contas com o passado, ou seja, da apreensão do processo pelo qual a falência do projeto defendido no começo da década de 1920 por revolucionários como Pachukanis foi sufocado teórica e praticamente, chegando no absurdo dos processos de Moscou, em que o autor foi assassinado. Para isso, observar os posicionamentos pachukanianos sobre o Direito, a circulação de mercadorias e o socialismo pode ser crucial. Sobre o assunto, com Charles Bettelheim (1979, 1983) e Isaac Deutscher (2005), podemos dizer que 1924 é um dos momentos mais difíceis da Revolução Russa, estando situado entre dois extremos: o chamado comunismo de guerra e a NEP. No primeiro, sob as condições da guerra civil e da luta contra o exército dos brancos, há uma tentativa de suprimir o comércio monetário, havendo um controle diretamente político das relações mercantis; já no segundo, existe muito mais licenciosidade com a iniciativa privada e com a apropriação privada e monetária da riqueza. E é justamente nesse contexto, em que a tática dos dirigentes soviéticos vai de um polo a outro, que se insere a obra pachukaniana. Também a famosa tese do autor sobre a vinculação interna entre a forma-mercadoria e a forma jurídica e sobre o caráter

capitalista do Direito plenamente desenvolvido³ traz um nexo inquebrável com essa situação, em que o autor enxergava resquícios do capitalismo na URSS. Dessa maneira, a tentativa de levar à frente a superação daquilo que acreditava serem determinações da sociedade capitalista na URSS também liga-se a essas questões. A tese pachukaniana sobre a vinculação interna entre forma jurídica e forma-mercadoria⁴ possui como corolário, primeiramente, que “a gênese da forma jurídica está por se encontrar nas relações de troca” (Pachukanis, 2017, p. 64) e, em segundo lugar, que ela leva à tese sobre a ligação da forma jurídica (e do Direito como tal), não só com as relações de troca, mas com a sociedade em que essas relações são mais desenvolvidas e estão universalizadas: “na sociedade burguesa a forma jurídica, em contraposição à escravagista e àquela baseada na servidão, adquire uma significação universal” (Pachukanis, 2017, p. 65). Como resultado, justamente quando dinheiro e mercadoria são problematizados praticamente na Revolução Russa, Pachukanis desenvolve a sua tese sobre o liame entre Direito e capitalismo, forma-mercadoria e forma jurídica plenamente desenvolvida.

É imprescindível considerar que dinheiro e mercadoria são formas econômicas existentes anteriormente ao modo de produção capitalista, certamente. Nas formas jurídicas embrionárias, como aquelas vigentes no Direito romano, por exemplo, tais categorias possuiriam influência, de acordo com o próprio Pachukanis (2017). Porém, a universalidade do sujeito de direito não estaria presente em Roma ou em quaisquer formações sociais anteriores às capitalistas e, por essa razão, aquilo que Pachukanis chama “forma jurídica como tal” não estaria disponível senão sob a vigência do modo de produção capitalista. Levantamos tal ponto, não tanto para defender a posição do autor de *Teoria geral do Direito e marxismo*, que pode ser criticada (cf. Sartori, 2024), mas para mostrar que a tese pachukaniana redundava em uma necessária vinculação do Direito (o soviético incluso) às categorias apontadas por Marx na crítica da economia política. Na URSS, assim, haveria significativas relações sociais com uma conformação, ao fim, capitalista.

Dessa maneira, no limite, Pachukanis afirma: “reconheço a existência do Direito somente na sociedade burguesa” (Pachukanis, 2017, p. 65), de

3 O autor soviético defende a natureza capitalista do Direito plenamente desenvolvido, porém, também aborda as chamadas “formas embrionárias” do Direito, procurando, com isso, analisar temas de relevo como o Direito romano, o Direito natural e outros. Aqui não podemos debater tal procedimento; não obstante, é necessário explicitar que Pachukanis trata das formas jurídicas em outras sociedades que a capitalista.

4 Piers Biernie e Robert Sharlet (1982, p. 307) defendem que “Pachukanis argumenta de modo consistente que há uma homologia entre a lógica da forma-mercadoria e a lógica da forma jurídica”.

modo que a vigência das relações jurídicas – como na URSS – são um indício de que, em verdade, não houve a superação completa do capitalismo por parte da revolução. A tese pachukaniana, portanto, é, de certa maneira, perturbadora: categorias desenvolvidas plenamente sob o modo de produção capitalista – mercadoria e dinheiro – acompanham a vida da regulamentação propriamente jurídica e, por isso, a presença dessa regulamentação e dessas formas econômicas na sociedade pós-revolucionária indica a existência de um longo caminho para a consecução dos objetivos mais básicos do governo soviético; consequentemente, de acordo com a obra de 1924, não basta trazer a luta de classes à baila para realizar uma crítica marxista ao Direito⁵: “não resta dúvida de que a teoria marxista deve não apenas examinar o conteúdo material da regulamentação jurídica nas diferentes épocas, mas também oferecer uma interpretação materialista da própria regulamentação jurídica como uma forma histórica determinada” (Pachukanis, 2017, p. 72). Essa forma histórica de regulamentação das relações sociais, portanto, não poderia ser propriamente socialista e indica a existência de formas econômicas e políticas indissociáveis da vigência de relações de produção capitalistas; tal qual em Lenin, portanto, “acontece que não só o Direito burguês subsiste no comunismo durante certo tempo, mas também o Estado burguês – sem a burguesia!” (Lenin, 2017, p. 124).

Não há em Pachukanis, por conseguinte, defesa de um Direito proletário; o Direito como tal seria burguês, mesmo durante o processo revolucionário. Em outras palavras, tal qual categorias como valor, lucro e renda precisariam ser suprimidas, as categorias jurídicas deveriam ser extintas em meio ao processo de consolidação da Revolução Russa:

O Direito proletário, dizem-nos, deve encontrar outros conceitos gerais, e sua procura deve ser a tarefa da teoria marxista do Direito. Em um primeiro momento, essa objeção parece extremamente séria; porém, baseia-se em um equívoco. Exigir do Direito proletário seus próprios, novos, conceitos gerais é uma tendência que parece revolucionária *par excellence*. Contudo, na realidade, proclama a imortalidade da forma do Direito, pois aspira a extrair tal forma daquelas condições históricas fundamentais que asseguraram seu completo florescimento, e declara sua capacidade de se renovar permanentemente. A extinção das categorias (precisamente das categorias, não de uma ou outra prescrição) do Direito burguês de modo nenhum significa a substituição por novas categorias do Direito proletário, assim como a extinção das categorias de

5 Nesse sentido, sobre a obra de Pachukanis, Milovanovic (2003, p. VII) aponta uma “perspectiva que remetia a forma do Direito, não ao interesse de classe, mas à lógica do capital como tal, uma lógica à qual o rico e o pobre estavam sujeitos”.

valor, capital, lucro etc., na passagem para o socialismo desenvolvido, não vai significar o surgimento de novas categorias proletárias de valor, capital, renda etc. (Pachukanis, 2017, p. 77)

Para o autor soviético, o Direito e suas categorias precisam ser suprimidos a exemplo do que acontece na crítica da economia política, em que se busca a superação das categorias da economia capitalista. Há, com isso, um paralelismo entre dois temas importantes para a transição socialista: de um lado, a permanência das categorias da economia política, sobretudo o valor, questão bastante enfatizada – no mesmo ímpeto de Pachukanis – por Isaac Rubin (1987). De outro, e de modo correlacionado à vigência da lei do valor, está o debate sobre a necessidade de abolição do Direito como tal, aspecto já enfatizado por Marx na *Crítica ao programa de Gotha*, e sempre destacado pelo autor de *Teoria geral do Direito e marxismo*.

A esses dois temas, Pachukanis responde de modo muito similar: tanto as categorias da economia política quanto aquelas da teoria do Direito – com a economia mercantil-capitalista e com a forma jurídica – deveriam ser jogadas na lata de lixo da história pelo processo revolucionário. Nesse sentido, seria absolutamente equivocado buscar uma espécie de Direito socialista, ou outras categorias jurídicas que não as burguesas, já que o Direito como tal seria burguês e precisaria fenecer. *Teoria geral do Direito e marxismo* é explícita sobre o assunto: “uma característica do período de transição é, como foi mencionado por Marx em *Crítica do programa de Gotha*, o fato de as relações entre as pessoas em dado período estarem forçosamente restritas ao ‘estreito horizonte do Direito burguês’” (Pachukanis, 2017, p. 78). Supostamente, encontrar outros conceitos gerais para uma espécie de Direito proletário, por conseguinte, não levaria longe; em verdade, a elaboração de novos conceitos gerais do Direito pressuporia justamente o que precisa ser superado, a forma do Direito, a forma-mercadoria e o dinheiro, formas sociais que atingem sua abrangência mais universal quando subsumidas à autovalorização do valor e à reprodução ampliada do capital. Por essa razão, não é exagero dizer que o livro do jurista soviético é uma espécie de complemento à tese de Rubin (1987) sobre o caráter capitalista da categoria do valor: em Pachukanis, valor e Direito – quando dotados de todas as suas determinações essenciais – são categorias capitalistas, sendo inviável a defesa de um conceito socialista de valor ou de Direito. Tanto a lei do valor quanto a regulamentação jurídica necessitariam ser superados no processo revolucionário, por mais difícil que isso pudesse ser.

Assim como Marx (2017) critica aqueles que chama socialistas vulgares,

por não atacarem as categorias capitalistas como tais, mas somente em sua superfície – aqueles que se inspiraram em Proudhon, por exemplo, criticaram os juros sem criticar o assalariamento e, portanto, o mais-valor como tais (Sartori, 2019) –, Pachukanis defende a necessidade de superar as categorias jurídicas e a forma do Direito naquilo que lhes é inerente. E, de acordo com o vice-comissário do povo para a justiça, o estágio em que a Revolução Russa se encontrava não propiciava tal situação; antes, na melhor das hipóteses, o movimento revolucionário soviético teria chegado ao estágio mencionado por Marx na *Crítica ao programa de Gotha*, permanecendo preso ao estreito horizonte jurídico burguês. Defende explicitamente o autor de *Teoria geral do Direito e marxismo*: “é interessante analisar em que se encerra, de acordo com o pensamento de Marx, esse estreito horizonte do Direito burguês. Marx toma como pressuposto a construção social na qual os meios de produção pertencem a todos na sociedade e os produtores não trocam seus produtos. Consequentemente, ele pressupõe um estágio superior ao qual se encontra atualmente nossa NEP” (Pachukanis, 2017, p. 78). Há outra conclusão vital sobre a problemática que tratamos e que torna o livro atual, na medida em que propicia uma interpretação interessante, e até certo ponto inusitada, sobre a Revolução Russa: se formos levar a sério o que aponta Marx e o que estipula Pachukanis, na NEP, talvez houvesse, no limite, socialismo vulgar. No lugar da influência do autor de *O capital*, esteve a defesa de um Direito socialista e proletário, o que redundou a autores como Proudhon e Lassale, não sendo contingente que justamente esses dois pensadores mencionados tivessem a teoria jurídica em alta conta. Como consequência, *Teoria geral do Direito e marxismo* tanto é indissociável de condições únicas vigentes sob os primeiros anos da Revolução Russa quanto possibilita ao tempo presente uma leitura crítica e interessante sobre o próprio acontecimento que lhe dá base e fundamento. E, também sob esse aspecto, a obra centenária do jurista soviético pode ser estudada com cuidado no tempo presente, marcado pela falência do modelo desenvolvido posteriormente à década de 1920 no solo soviético.

O resultado é que um dos elementos essenciais da posição de Pachukanis – ao menos em sua obra magna – é sua visão realista sobre o processo revolucionário e seus limites. Nesse sentido, um dos grandes elementos da atualidade de *Teoria geral do Direito e marxismo* é a possibilidade que a obra oferece para uma apreensão crítica da própria Revolução Russa e daquilo que se consolidou como uma tradição de pensamento do marxismo oficial.

Nesse sentido, talvez um dos melhores modos de acertar as contas com o passado seja partir de uma crítica imanente à revolução de 1917 e às formas

ideais que se consolidaram nela, principalmente a partir da década de 1930. Nessa crítica, é possível apreender aquilo que há de melhor na revolução, como as aspirações de Pachukanis, ligadas simultaneamente à crítica à lei do valor e ao necessário fenecimento do Direito. Também é necessário averiguar como o próprio desenrolar do processo revolucionário levou parte considerável dos grandes homens e mulheres da época, como os mencionados Pachukanis e Rubin, à condenação nos famigerados processos de Moscou. E, como convincentemente demonstraram Wendy Goldmann (2014) e Head (2004), não foram poucos os que tiveram esse destino sob o jugo stalinista e sob a direção da procuradoria de Vishisky. A obra pachukaniana, portanto, é tanto ligada indissolavelmente às condições únicas dos primeiros anos da Revolução Russa quanto é atual por auxiliar na compreensão dos momentos iniciais da revolução e na forma pela qual os auspícios mais interessantes dos revolucionários da época perderam força; mais que isso, a importância da obra pachukaniana nos dias de hoje transparece porque, ao fim, o Direito, mesmo que com as alcunhas de “socialista” e “proletário”, seria a expressão do vigor de categorias ligadas à vigência da lei do valor, sendo a defesa de um Direito socialista (como de fato ocorreu na URSS) algo mais próximo de Lassale que de Marx e do marxismo entendidos de modo cuidadoso.

De acordo com o autor soviético, somente com essa base “o processo histórico de desenvolvimento da economia mercantil-monetária e mercantil-capitalista acompanha a realização desses esquemas na forma da superestrutura jurídica concreta” (Pachukanis, 2017, p. 62). Desse modo, um flanco importante se expõe: na URSS stalinista haveria, em verdade, capitalismo de Estado, como quer Bettelheim (1979, 1983)? Tratar-se-ia de uma forma distinta de capital, “pós-capitalista”, como quer Mészáros (2002)? Levantamos essas hipóteses, pois, se a tese pachukaniana é correta, com a economia mercantil-capitalista ainda vigente na URSS, o autor de *Luta de classes na União Soviética* possui razão; caso se tenha uma economia mercantil-monetária de transição, a verdade está ao lado do autor de *Para além do capital*. De qualquer modo, a articulação do pensamento de Pachukanis com a compreensão crítica do processo revolucionário de 1917 é bastante proveitosa e, por isso, seu livro é atual em um momento caracterizado pela falência do socialismo que se desenvolveu posteriormente à década de 1930 na URSS. Ele auxilia na compreensão das razões pelas quais um grande projeto emancipatório do século XX malogrou. A partir da apreensão das principais teses pachukanianas, também resta clara a necessidade de uma crítica decidida ao marxismo oficial e à ideologia soviética. Nesse sentido, o presente se beneficia da leitura de *Teoria geral do Direito e marxismo* porque

a obra explicita que o projeto de crítica à sociedade capitalista necessita de realismo, cuidado e parcimônia similares àqueles que, em sua época, Pachukanis despendeu em sua abordagem dos acontecimentos históricos.

2. Marxismo ou teoria geral do Direito?

Segundo a posição pachukaniana, no processo revolucionário, as relações jurídicas, bem como as categorias vinculadas à vigência da lei do valor, permaneceram por algum tempo. Nesse sentido, diz o autor que “os conceitos jurídicos fundamentais, ou seja, formais, continuam existindo em nossos códigos e nos comentários a eles correspondentes. Permanece em vigor também o método do pensamento jurídico com suas práticas específicas” (Pachukanis, 2017, p. 68). Haveria, com isso, a necessidade de se debruçar sobre o método e as categorias jurídicas, mesmo que a crença pachukaniana – compartilhada pelos revolucionários soviéticos – fosse de que tal momento e tal empreitada seriam transitórios. Seguindo aquilo estipulado por Marx na *Crítica ao programa de Gotha*, tanto a medida colocada pelo trabalho abstrato quanto o igual padrão trazido pelo Direito sobreviveriam na transição, sendo suprimidos somente de modo gradual. Diante de tal situação, a questão a ser respondida prática e teoricamente por Pachukanis era: que fazer diante dessas persistências? Trata-se de abandonar a lida com o Direito e com o valor? A resposta a essas questões não é nada simples; porém, ao analisar tais pontos, é seguro dizer que tais problemas não levaram os revolucionários à contemplação, mas à tentativa de transformação das relações sociais, bem como dos elementos por assim dizer superestruturais, como aqueles presentes nas instituições jurídicas soviéticas. Ou seja, personalidades como Pachukanis tanto foram obrigadas a desenvolver uma teorização sobre as categorias jurídicas (e suas vinculações com as formas mercadoria e dinheiro e com a lei do valor) quanto precisaram afirmar o caráter necessário do fenecimento do Direito e das relações sociais sobre as quais o fenômeno jurídico se assenta. Com isso, não se abandonou o campo jurídico; porém, a prática e a teoria daqueles relacionados ao campo passaram a buscar uma abordagem crítica das categorias da teoria geral do Direito, bem como do método do pensamento jurídico.

Pachukanis, e outros, como Stutchka, atuaram em meio às relações jurídicas; em verdade, enquanto subcomissário e comissário do povo para a justiça (mesmo que em momentos distintos), suas práticas também foram jurídicas. Assim, principalmente Pachukanis – que enfatizava a impossibilidade de um Direito socialista – foi obrigado a atuar sob um

terreno que acreditara ser, em parte considerável, avesso a uma prática imediatamente revolucionária. Por conseguinte, havia um duplo desafio para aqueles envolvidos na teorização e na prática jurídicas: por um lado, colocava-se a necessidade da crítica decidida ao Direito como tal; por outro, a obrigação de atuar por meio das categorias jurídicas (e da economia política) impusera-se no cotidiano dos revolucionários. Nota-se, portanto, que valorizar a teoria do Direito não é uma simples escolha epistemológica de Pachukanis (ou de Stutchka), mas uma necessidade prática, decorrente da vigência das relações jurídicas na URSS. Nesse sentido, *Teoria geral do Direito e marxismo* é um texto que destaca uma vinculação entre teoria do Direito e crítica à economia política de modo único e intimamente ligado à situação *sui generis* dos anos iniciais da Revolução Russa.

Se foi preciso o domínio teórico das categorias jurídicas para operacionalizar praticamente a esfera jurídica soviética, algo como a teoria geral do Direito ainda seria necessário na situação revolucionária, pois “a teoria geral do direito pode ser definida como o desenvolvimento dos conceitos jurídicos fundamentais, ou seja, os mais abstratos. Estes incluem definições como ‘norma jurídica’, ‘relação jurídica’, ‘sujeito de direito’ etc.” (Pachukanis, 2017, p. 67). Como consequência, no contexto da Revolução Russa, ao mesmo tempo, seria urgente apreender as categorias jurídicas, utilizá-las e buscar sua supressão. Há, portanto, um aspecto dúplice na obra pachukaniana, oriundo da simultânea aceitação e crítica de práticas sociais que pressupõem o valor, a mercadoria e o dinheiro nas condições históricas dos momentos iniciais da Revolução Russa. A prática jurídica de Pachukanis, com isso, levava a uma duplicidade objetivamente fundada: como revolucionário, o autor de *Teoria geral do Direito e marxismo* precisou tanto defender o caráter capitalista das categorias jurídicas quanto aceitar a vigência dessas categorias por um período de transição, em que ele mesmo precisou atuar nos estreitos horizontes jurídicos. Pachukanis, portanto, procura escovar a contrapelo as relações jurídicas, necessitando da teoria geral do Direito na mesma medida em que realiza uma crítica a ela.

Assim, vale enfatizar: a empreitada pachukaniana só é plausível ao considerar que a tarefa de tratar das categorias jurídicas está limitada a um primeiro momento da revolução. Em outras palavras, as posições presentes em *Teoria geral do Direito e marxismo* necessitam da esperança (a qual não se concretizou) de que a supressão do Direito se apresenta como algo próximo e plausível durante o processo revolucionário. Caso isso não fosse realizado, a necessidade de abolição do Direito ficaria muito mais próxima de um ideal regulador kantiano que de algo desenvolvido em meio à prática

revolucionária marxista. Em outros termos, caso o Direito não fosse visto como superável no médio prazo, a duplicidade mencionada, a saber, a simultânea necessidade de operar por categorias jurídicas e as criticar como vinculadas à vigência da lei do valor, na melhor das hipóteses, oscilaria entre dois polos: de um lado, a hipocrisia daqueles que vestem as máscaras do jurista e do revolucionário a cada momento mais ou menos oportuno e, de outro, o cinismo das pessoas que, ao fim, tomam a abolição do Direito como uma mera utopia e fraseologia. Tal dinâmica – como mostrou Luxemburgo (2011), comum aos teóricos da II Internacional – é alheia a Pachukanis, que, como mencionado, carrega a crença na supressão do Direito como premissa de sua teoria e de sua prática revolucionárias: em sua obra de 1924, tanto uma consciência baseada em um hiato entre ser e dever-ser quanto a aceitação dos pressupostos da prática jurídica (de acordo com a obra centenária do autor, a vigência da lei do valor, a universalidade da forma-mercadoria e do dinheiro) são duramente criticadas. Por essa razão, a função da teoria pachukaniana seria a de crítica diante de tal situação, vista como transitória pelo revolucionário soviético. Veja-se o que o autor afirma sobre o tema:

Toda ideologia morre junto com as relações sociais que a engendraram. Contudo, esse desaparecimento definitivo é precedido por um momento em que a ideologia, sob o ataque a ela dirigido por sua crítica, perde a capacidade de encobrir e ocultar as relações sociais a partir das quais se desenvolve. O desnudamento das raízes de uma ideologia é o sinal cabal de que seu fim se aproxima. (Pachukanis, 2017, p. 80)

O ímpeto da teoria de Pachukanis a coloca como uma arma da crítica, para usar a expressão de Marx (2010). Ademais, o desnudamento da ideologia jurídica é uma tarefa tanto teórica quanto prática que se impunha ao autor no contexto inicial da Revolução Russa: segundo ele, explicitar as relações sociais subjacentes ao Direito levaria a um questionamento tanto da esfera jurídica quanto dessas próprias relações engendradas pelo valor, pela mercadoria e pelo dinheiro ainda relacionados a resquícios capitalistas da sociedade soviética.

Como consequência, tarefas essenciais para o triunfo da revolução e para a supressão da economia mercantil são encampadas por Pachukanis justamente quando, segundo aquilo em que acredita em 1924⁶, o fim da ideologia jurídica se aproximaria na medida em que avançariam as conquistas da revolução. Nesse sentido, a possibilidade de um livro como *Teoria geral do*

6 É bom destacar que tais posições, como o próprio autor reconhece nos prefácios para as distintas edições de seu livro, não se modificam no tempo em que *Teoria geral do Direito e marxismo* é publicado.

Direito e marxismo seria, simultaneamente, um sintoma da crise da ideologia jurídica e o veículo dessa crise. Assim, o ataque desferido por Pachukanis visa justamente acelerar esse processo, em que se desvendam as reais raízes do Direito; a incursão pachukaniana na crítica da teoria geral do Direito insere-se nesse contexto, e apenas em meio a essas determinações desse processo é que o nexo entre teoria geral do Direito e crítica marxista da economia política poderia ser mutuamente enriquecedor.

De acordo com o que diz o jurista soviético, mesmo que a vigência das categorias jurídicas ainda fosse uma realidade na URSS, a crise do Direito e da ideologia jurídica acompanhariam o processo revolucionário. Por essa razão, a relação dúplice de Pachukanis com as categorias jurídicas seria um resultado e um catalisador do avanço do processo revolucionário. Vale, assim, analisar com mais cuidado o apontamento pachukaniano sobre a persistência do Direito no processo revolucionário:

Pode-se julgar estabelecido que o pensamento jurídico desenvolvido, qualquer que seja a matéria à qual se volta, não pode se realizar sem dado número de definições mais abstratas e gerais. Tampouco pode-se realizar sem elas nossa jurisprudência soviética enquanto permanecer como está, ou seja, respondendo a suas tarefas práticas imediatas. Os conceitos jurídicos fundamentais, ou seja, formais, continuam existindo em nossos códigos e nos comentários a eles correspondentes. Permanece em vigor também o método do pensamento jurídico com suas práticas específicas. (Pachukanis, 2017, p. 68)

A própria jurisprudência soviética (seguindo o autor, uma teoria do Direito de talhe marxista) precisaria das definições da teoria geral do Direito, sendo, portanto, necessária a compreensão dos conceitos mais abstratos, das categorias jurídicas mais gerais. Partindo desse princípio, as tarefas práticas imediatas da revolução em que o Direito ainda é vigente exigiriam, por conseguinte, a operacionalização das categorias jurídicas (para Pachukanis, burguesas), até mesmo porque o método, as práticas, os conceitos, os códigos e as práticas especificamente jurídicas permaneceram vivas e ativas na URSS. As tarefas impostas aos revolucionários envolvidos com o Direito, em certo sentido, seriam inglórias: longe de vincularem-se àquilo considerado como novo e socialista, seus estudos e suas atividades práticas deveriam ser extirpados conjuntamente com o fenecimento do Direito. A relação entre teoria geral do Direito e o posicionamento marxista seria, nesse sentido específico, de antagonismo. Como já vimos, essas circunstâncias se imporiam porque, na visão de *Teoria geral do Direito e marxismo*, o valor, a mercadoria e o dinheiro ainda perpassariam a vida cotidiana dos indivíduos

na sociedade transicional soviética; porém, para Pachukanis, o modo de superar tal situação envolveria não só mudanças nas relações de produção, mas nas próprias “superestruturas” (para que se use um vocabulário já desgastado). Por isso, a crítica imanente à teoria geral do Direito, bem como o desvelamento de suas bases sociais, seriam tarefas essenciais no contexto específico em que a URSS se encontrava na década de 1920.

O talhe da crítica pachukaniana é bastante peculiar porque tanto as categorias jurídicas, tratadas em suas determinações mais gerais na teoria geral do Direito, precisariam ser operacionalizadas no cotidiano, quanto a crítica dessas categorias seria urgente porque “toda ‘jurisprudência pura’ é uma descrição unilateral, que abstrai de todas as outras condições, da relação entre as pessoas que surgem no mercado no papel de produtores de mercadorias” (Pachukanis, 2017, p. 65). Portanto, a jurisprudência soviética, de um lado, propiciaria a apreensão – inclusive para fins práticos – das categorias jurídicas (cuja natureza seria burguesa); de outro lado, contudo, ela explicitaria o caráter burguês da jurisprudência (da teoria do Direito), das categorias jurídicas e do Direito como tal. Sob esse enfoque, o livro pachukaniano de 1924 poderia ser nomeado *Teoria geral do Direito e marxismo*, como de fato ocorreu, porém deveria ser visto como uma crítica marxista à teoria do Direito, podendo-se chamar *Marxismo ou teoria geral do Direito*. Como resultado, e diante de tal problemática, as tarefas revolucionárias levaram tanto a uma complementaridade entre o entendimento das categorias jurídicas e as teorizações marxistas quanto a um ataque decidido às categorias do Direito por parte do marxismo.

Resta, porém, a natureza dúplice da empreitada de Pachukanis: deparamo-nos com uma explanação das categorias da teoria geral do Direito, ao mesmo tempo que há, de fato, uma crítica marxista à teoria geral do Direito e ao Direito. Para o autor, há uma incursão no terreno inimigo a fim de realizar uma crítica imanente que desvele os fundamentos da forma jurídica.

A crítica à jurisprudência burguesa, do ponto de vista do socialismo científico, deve tomar como modelo a crítica à economia política burguesa, como fez Marx. Para isso, ela deve, antes de tudo, adentrar no território do inimigo, ou seja, não deve deixar de lado as generalizações e as abstrações que foram trabalhadas pelos juristas burgueses e que se originam de uma necessidade de sua própria época e de sua própria classe, mas, ao expor a análise dessas categorias abstratas, revelar seu verdadeiro significado –

em outras palavras, demonstrar as condições históricas da forma jurídica. (Pachukanis, 2017, p. 80)

Assim como Marx realizou a crítica à economia política, de acordo com Pachukanis, seria preciso efetuar a crítica à teoria do Direito (à jurisprudência). Isso, por seu turno, seria propiciado pela situação revolucionária, em que explicitar os fundamentos do Direito teria se tornado ainda mais necessário, até mesmo porque, para ele, “o desnudamento das raízes de uma ideologia é o sinal cabal de que seu fim se aproxima” (Pachukanis, 2017, p. 80). O livro do autor soviético, por conseguinte, tem como pressuposto teórico a proximidade do fim da ideologia jurídica, a qual, por seu turno, possuiria fundamento no processo de fenecimento do próprio Direito.

Entrar no terreno do inimigo seria necessário quando a morte da ideologia jurídica está próxima, sendo urgente, em tal excursão, demonstrar as condições históricas da forma jurídica, também por meio de uma crítica imanente às próprias categorias jurídicas (para o autor de *Teoria geral do Direito e marxismo*, essencialmente, burguesas). As premissas práticas de Pachukanis, portanto, são: a ideologia jurídica está em crise, o Direito pode ser suprimido no curto ou no médio prazo, a explicitação do fundamento social da teoria do Direito significa que as tarefas colocadas pelos homens da revolução podem ter uma resolução bem-sucedida no transcorrer do processo revolucionário que ocorre na URSS. Aos olhos do revolucionário soviético, atuar juridicamente nesse contexto seria de enorme valia, pois a transformação das superestruturas não seria automática e demandaria a práxis revolucionária de homens como os mencionados Pachukanis e Stutchka. Ou seja, o ímpeto da obra do autor está profundamente vinculado às condições sociais e aos desenvolvimentos teóricos postos nos momentos iniciais da Revolução Russa e posteriormente enxergadas pelo stalinismo como um entrave.

Sem essas suposições, a obra pachukaniana perde seu fôlego, tal qual, de fato, ocorreu com a vitória da posição stalinista na revolução, como mostrou Wendy Goldmann (2014). Como consequência, a aproximação pachukaniana da crítica à teoria geral do Direito demonstra tanto a importância de sua obra para a compreensão da perda de potência crítica da Revolução Russa na década de 1930 (e, portanto, a importância do estudo de sua obra ainda hoje) quanto o caráter localizado temporal e espacialmente das proposições do livro de 1924.

A aproximação do método da crítica da economia política daquele da crítica à teoria do Direito também resta muito enfraquecida com o stalinismo.

Em verdade, já na obra de Marx (1988), o estatuto da teoria do Direito de um Maine e de um Austin, por exemplo, não é o mesmo da economia política clássica de Smith e Ricardo; antes, como defendeu Ana Marra (2024) acertadamente, a teoria do Direito aproxima-se demasiadamente da apologética da economia vulgar. Ou seja, o procedimento que Elcemir Paço Cunha (2014, 2015) chamou analógico, e que Pachukanis utiliza para aproximar o método da economia política e o da teoria do Direito, não é válido de modo universal; quando muito, ele poderia ser plausível no contexto revolucionário em que o Direito, o método dos juristas e a própria teoria geral do Direito estão supostamente próximos de ser suprimidos e em que a transformação das superestruturas é um processo consideravelmente mais consciente do que ocorre em situações não revolucionárias.

A possibilidade da crítica marxista à teoria geral do Direito, como concebida por Pachukanis, está ligada a um contexto muito específico, o qual não é facilmente replicável, ainda mais em momentos não revolucionários como o atual, muito díspar daquele do começo do século XX. Um dos lados da crítica do autor, assim, ganha mais força: se ele pode abordar as categorias jurídicas de modo dúplice porque a situação era revolucionária, hoje a condição para se apropriar da obra pachukaniana é aquela em que as premissas práticas do autor não estão mais colocadas imediatamente. O livro de cem anos, assim, talvez possa ser visto muito mais como uma crítica marxista às categorias jurídicas e um convite à explicitação da necessidade da crítica à teoria do Direito e do Direito como tais que como algo que também propicia uma lida prática com uma esfera jurídica em fenecimento. Nesse sentido específico, há uma espécie de beco sem saída para a crítica marxista do Direito de extração pachukaniana: as condições práticas (e não só epistemológicas) para a relação proveitosa entre marxismo e teoria do Direito já se foram, ao passo que, como estipulam autores como Mialle (2005) e Naves (2000, 2017), a grande referência no marxismo para o tratamento do Direito ainda é *Teoria geral do Direito e marxismo*. Nesse sentido específico, a obra pachukaniana ainda é atual quando se considera a importância de seu estudo para a compreensão das contradições do processo revolucionário soviético. E tal investigação pode ser relevante tanto para compreendermos a falência do projeto emancipatório decorrente dos acontecimentos de 1917 quanto para olharmos para as alternativas distintas depois de munidos da sabedoria do passado. Porém, a empreitada pachukaniana não é repetível sem mediações nas condições presentes, de modo que o marxismo inspirado primordialmente no livro centenário de Pachukanis convive com aporias insolúveis com bases estritamente pachukanianas.

3. As tarefas da crítica marxista do Direito em Pachukanis e sua relevância

Algo curioso ocorre ao se analisar a obra pachukaniana: preocupado com as tarefas práticas da revolução, o autor soviético concebe seu livro como “breve ensaio” (Pachukanis, 2017, p. 65), “um esboço”, em suma, da “experiência inicial de uma crítica marxista dos principais conceitos jurídicos” (Pachukanis, 2017, p. 57). Tratar-se-ia somente dos primeiros passos da crítica marxista ao Direito e à teoria do Direito, até mesmo porque o texto somente “esboça os traços fundamentais” (Pachukanis, 2017, p. 65) de um ponto de partida.⁷ Ou seja, aquela que se tornou a grande referência para a crítica marxista ao Direito é tomada pelo próprio autor como somente um passo inicial, e não como aquele que poderia se tornar “o texto mais claro e mais interessante” (Miaille, 2005, p. 14) na tradição marxista de crítica ao Direito.

Certamente ainda é possível tomar *Teoria geral do Direito e marxismo*, mesmo cem anos depois, como um dos fundamentos possíveis (e não o único) para a lida marxista com a esfera jurídica. Tal possibilidade é propiciada porque o caráter inicial da obra do autor também leva a uma tessitura aberta, passível de complementação e mesmo de questionamento, já que, para Pachukanis, “o presente trabalho está longe de pretender um lugar de honra na orientação marxista da teoria geral do Direito” (Pachukanis, 2017, p. 59). Por conseguinte, a obra do jurista soviético é tanto marcada de modo indelével pelo contexto dos primeiros anos da Revolução Russa quanto carrega consigo uma tessitura aberta e passível de questionamentos e complementações. Como resultado, o projeto pachukaniano é essencialmente inacabado e está marcado pela modéstia daqueles que sabem que os rumos de uma teorização marxista dependem também da função concreta que ela possui na prática, no caso, na práxis revolucionária soviética da década de 1920. Desse modo, a obra centenária – tanto na pesquisa quanto na exposição – não prescindiria de avanços futuros, sendo dotada, segundo o próprio autor, de uma “forma de exposição sumária” (Pachukanis, 2017, p. 59), bem como da “unilateralidade, inevitável ao se concentrar a atenção em apenas partes do problema, que são representadas como centrais” (Pachukanis, 2017, p. 59). Portanto, não há como tomar o texto de Pachukanis como um sistema de crítica marxista ao Direito, não só porque o autor não o pretendeu, mas também porque a unilateralidade da obra – reconhecida pelo autor – necessitaria de complementos, correções e complementações, possíveis somente com uma abordagem não dogmática no marxismo.

7 Piers Beirne e Robert Sharlet (2015, p. 17) colocam, nesse sentido, que “ele considerava esse tratado primariamente como uma introdução aos problemas que concerniam uma teoria geral do Direito marxista, e de modo algum como a declaração definitiva sobre o assunto”.

Por essa razão, a atualidade do livro de 1924 não pode estar somente em seus resultados, cuja ênfase está em partes do problema e, em especial, na subjetividade jurídica e na categoria do sujeito de direito, como bem demonstrou Kashiura (2014, 2020). Antes, a unilateralidade apontada por Pachukanis também resvala nessa concentração em “partes do problema, que são representadas como centrais” (Pachukanis, 2017, p. 59); o projeto pachukaniano, portanto, é muito mais amplo que aquilo contido – como ponto de partida, como “experiência inicial de uma crítica marxista dos principais conceitos jurídicos” (Pachukanis, 2017, p. 57) – em *Teoria geral do Direito e marxismo*. Portanto, caso se atenha somente às conclusões da obra centenária, a crítica marxista ao Direito não avança; no limite, ela permanece presa em um momento *sui generis*, em um século que somente pode ser apreendido em sua ligação com a Revolução Russa. O projeto pachukaniano, por outro lado, reconhece os limites de sua abordagem inicial e propõe tarefas para as gerações futuras e para aqueles comprometidos com a crítica marxista ao Direito.

As pretensões do livro centenário, portanto, são, ao mesmo tempo, robustas e modestas. São robustas, pois pretendem estabelecer o ponto de partida de uma empreitada essencial para os rumos revolucionários do século XX; porém, são modestas, porquanto não tomam os resultados alcançados senão como um esboço, um breve ensaio, uma experiência inicial. Consequentemente, é válido levar a sério o que diz o autor soviético sobre seu tempo (e seu livro): “a crítica marxista da teoria geral do direito está apenas começando” (Pachukanis, 2017, p. 59). E acrescenta:

Nesse campo, as conclusões mais acabadas não serão alcançadas de repente; elas devem basear-se em uma análise minuciosa de cada ramo do Direito em particular. E, no entanto, ainda resta muito a fazer nesse sentido. Basta dizer que, por exemplo, a crítica marxista nem chegou a tocar em certos campos, como o Direito internacional. A situação é a mesma no que se refere ao Direito processual e, é verdade que em menor medida, ao Direito penal. Em se tratando da história do Direito, temos somente aquilo que foi oferecido pela literatura marxista sobre história geral. E apenas o Direito público e o Direito civil constituem, a esse respeito, felizes exceções. O marxismo, portanto, está apenas começando a ganhar um novo campo. Por enquanto, é natural que isso aconteça na forma de discussões e disputas entre diferentes pontos de vista. Meu livro, ao trazer para o debate algumas questões da teoria geral do Direito, serve sobretudo a essa tarefa preliminar. (Pachukanis, 2017, pp. 59-60)

Pachukanis reivindica não só a crítica à subjetividade jurídica e à forma

jurídica, mas uma análise de “cada ramo do Direito particular” (Pachukanis, 2017, p. 59) de modo que seu projeto é bastante mais amplo que a elaboração de um sistema de categorias para a crítica à teoria do Direito; em verdade, ele está por ser realizado ainda hoje. Em outras palavras, a empreitada da elaboração de algo como um sistema categorial e um léxico pachukaniano a partir de *Teoria geral do Direito e marxismo* é temerária, pois “o marxismo [...] está apenas começando a ganhar um novo campo” (Pachukanis, 2017, p. 59), sendo insuficiente ainda em suas incursões nos Direitos internacional, processual, penal, por exemplo. Mesmo ao se ter em mente a história do Direito, de acordo com o autor soviético, haveria falhas graves por parte dos marxistas na consideração da especificidade da esfera jurídica e na elaboração da história específica das formas jurídicas.

O livro pachukaniano, portanto, colocou-se como um ponto de partida que somente realiza a tarefa preliminar de trazer à tona discussões importantes para um campo nascente, o da crítica marxista à teoria geral do Direito (e isso com todas as ressalvas colocadas acima). E, nesse sentido, outra dimensão da atualidade do estudo da obra centenária de Pachukanis se apresenta: aquela de seu projeto ainda irrealizado e do necessário avanço diante do que foi elaborado em *Teoria geral do Direito e marxismo*. A obra do autor representa um marxismo crítico e antidogmático, bastante condizente com o espírito dos melhores autores dos anos de 1920 da Revolução Russa. Assim, o texto de 1924 é tanto inseparável do contexto em que nasce quanto traz, ainda hoje, um ímpeto crítico que permite uma crítica às contradições da revolução de 1917 e uma abordagem aberta e viva do Direito e das categorias da teoria geral do Direito.

Por isso, na época em que o livro é publicado, só algumas questões da teoria geral do Direito teriam sido tratadas de maneira preliminar, sendo necessário avançar em alguns pontos: primeiramente, as demais categorias jurídicas não analisadas cuidadosamente em *Teoria geral do Direito e marxismo* precisariam sê-lo. Outro elemento diz respeito à crítica imanente à teoria do Direito (à jurisprudência), realizada sumariamente no livro de 1924; ainda vale mencionar que cada ramo do Direito deveria ser abordado com cuidado, tendo-se não só uma crítica marxista ao Direito e à teoria geral do Direito, mas – além do questionamento da teoria do Direito – uma crítica ao Direito positivo. Sob esse aspecto, o projeto pachukaniano parece ainda bastante atual, mesmo que suas bases marxistas sempre possam ser complementadas e repensadas; assim, a crítica à experiência revolucionária da URSS posterior à década de 1930 pode redundar em uma retomada do marxismo e da crítica ao Direito que avance com bases sólidas sobre os

temas já levantados por Pachukanis e sobre outros temas importantes do fenômeno jurídico.

A tarefa preliminar realizada por Pachukanis poderia propiciar bases válidas para seu projeto de crítica ao Direito, o qual, como se nota, é mais amplo e não foi realizado pelo autor em vida (até mesmo por causa dos famigerados rumos stalinistas da revolução). Por essa razão, voltar a Pachukanis pode ser importante para compreender os caminhos da Revolução Russa, no limite, enxergando no destino do revolucionário soviético algo sintomático do que se passou nos processos de Moscou e que se desenvolveu de modo bastante problemático na URSS. No entanto, por mais que o jurista soviético possua inúmeros méritos e possa estar correto em seus posicionamentos de 1924, não basta de modo algum transpor sua teoria para a atualidade.

Ela não é acabada, não fornece (ou pretende fornecer) o aparato categorial para uma crítica ao Direito sistemática; antes, o livro objetiva ser um princípio para o avanço das tarefas revolucionárias do século XX. Seu projeto, por um lado, é mais amplo e ambicioso e pode fornecer fundamentos para uma – entre outras – abordagem crítica ao Direito e à relação da esfera jurídica com a reprodução do modo de produção capitalista. Por outro lado, porém, ele é indissociável da aproximação do método da crítica da economia política para a crítica à teoria geral do Direito e isso, como visto, pode ser um obstáculo hoje. Atualmente, o estudo de *Teoria geral do Direito e marxismo* é relevante para a compreensão das aporias que marcam certa crítica marxista ao Direito que tem um apego dogmático ao livro mencionado e que pretende realizar uma leitura demasiadamente sistematizante da obra de 1924. Nesse sentido, uma excelente crítica à leitura dogmática dos textos de Pachukanis vem do próprio Pachukanis, sendo seu projeto e atitude, quando vistos com as devidas mediações, interessantes até os dias contemporâneos.

Conclusão: as aporias da crítica pachukaniana ao Direito

De acordo com o resultado de nossa pesquisa, podemos afirmar que, se a crítica marxista ao Direito ainda tem uma leitura dogmática de Pachukanis, e em especial das conclusões apresentadas em *Teoria geral do Direito e marxismo*, como fundamento e base para o desenvolvimento das suas posições, ela corre o risco de não ter avançado suficientemente nos cem anos que se passaram da publicação do famoso livro do autor soviético. Em verdade, ela fica aquém daquilo que estipula o próprio Pachukanis como projeto de crítica marxista.

Pior que isso: o caráter incompleto, aberto e inicial da obra, no

limite, pode ter sido transformado em um esquema fechado, em uma *organon* marxista para a crítica ao Direito. Ou seja, desse modo, o ímpeto pachukaniano pode ter sido ignorado e seu projeto, ao invés de ser levado adiante, é desconsiderado em um contexto como o atual, em que a voga revolucionária do começo do século XX se esvai. Como resultado, é preciso ressaltar que o estudo necessário da obra de Pachukanis não pode ser dogmático; para que a atualidade do seu pensamento seja devidamente destacada, o entrelaçamento da proposta de seu livro com o processo revolucionário então em curso precisa vir à luz explicitamente, já que *Teoria geral do Direito e marxismo* é um fruto autêntico dos primeiros (e muitíssimo interessantes) momentos da revolução de 1917.

No entanto, em um sentido bastante distinto, é lícito tomar uma obra centenária como princípio porque a própria proposta pachukaniana tem uma textura aberta e abre espaço para complementações, bem como questionamentos. Consequentemente, caso se parta desse caráter e dos *insights* pachukanianos, certamente existe a potencialidade do desenvolvimento de uma séria e rigorosa crítica ao Direito, a qual, no entanto, precisa admitir que, mesmo hoje, somente foram dados os primeiros passos no sentido do que o autor soviético almejou em sua época.

Tal admissão, porém, rompe com um axioma que vem sendo repetido incansavelmente por muitos que abordam a temática que aqui analisamos: aquele segundo o qual o ponto de partida necessário (e, por vezes, suficiente) para a crítica marxista ao Direito é a obra pachukaniana de 1924. E tal posicionamento não é necessariamente verdadeiro, até mesmo porque um dos pressupostos de *Teoria geral do Direito e marxismo* é a possibilidade de realizar com a teoria geral do Direito o que Marx realizou com a crítica da economia política. E, como vimos, tal fundamentação da crítica ao Direito depende da possibilidade de se entrincheirar – como disse Pachukanis – no terreno do inimigo, com a suposição de que a superação do Direito está próxima.

Por conseguinte, olhar retrospectivamente para a obra centenária de Pachukanis faz com que reconheçamos seus méritos, as potencialidades do projeto do autor e a necessidade de ler a Revolução Russa amparando-se também nesse livro; todavia, há contrapartes a tal tarefa e elas resvalam em uma questão incômoda: ainda é possível ater-se, como o autor soviético, a uma crítica marxista às categorias jurídicas e à teoria geral do Direito em um momento em que a transformação efetivamente consciente da superestrutura jurídica não está na ordem do dia? Provavelmente, esse

ponto será essencial para o delineamento da crítica marxista ao Direito na contemporaneidade. E, nesse sentido, mesmo que se considere essencial o estudo da obra pachukaniana, os caminhos para a crítica marxista ao Direito talvez precisem ser repensados.

No século XIX, Engels (2012) criticou o socialismo dos juristas, ao atacar a obra de Menger. Caso nos atenhemos sem os devidos cuidados e mediações à centralidade que a teoria geral do Direito e a teoria do Direito possuem no marxismo de Pachukanis, há o perigo de, ironicamente, desenvolvermos uma espécie de marxismo dos juristas. Além de que, se foi importante no contexto revolucionário soviético a formação de juristas que se colocassem de modo dúplice diante de um Direito supostamente em fenecimento, na atualidade, sem que o Direito traga consigo as potencialidades do passado, corre-se o risco de repetir como farsa aquilo que foi trágico há um século. Ademais, as bases do marxismo de Pachukanis estavam em Marx e Lenin; depois de cem anos de desenvolvimento do marxismo, não é plausível deixar de buscar alternativas à leitura pachukaniana de Marx em autores distintos, e com fortes posições quanto à Revolução Russa; contra um marxismo de juristas, é possível voltar aos clássicos do marxismo.

Pensadores como Trotsky, Rosa Luxemburgo, Korsh, Gramsci, Rusche, Kirchheimer, Neuman e Lukács do começo do século XX são essenciais. Lukács, Althusser, Polantzas, Marcuse, Adorno, Hirsch, Della Volpe, Melossi, Pavarini, Edelman, entre outros, são de grande relevância para as décadas de 1960-70 e mesmo mais adiante. Hoje há muitos marxistas interessantes ligados, por exemplo, às novas leituras de *O capital*, à tentativa de renascimento do marxismo na esteira de Lukács; também existem novas interpretações de tradições consolidadas como aquelas dos autores mencionados anteriormente. Esse *hall* não é exaustivo, certamente. Mas tomamos a liberdade de deixar uma reflexão que julgamos ter relevo para a contemporaneidade: diante do avanço nas leituras de Marx (até mesmo devido à publicação de obras a que Pachukanis não teve acesso), não é mais possível uma crítica ao Direito que seja somente pachukaniana. Nos termos colocados acima, o autor soviético pode ser uma das fundamentações da crítica marxista ao Direito; mas, se seu ponto de partida – que tem uma ênfase bastante significativa no sujeito de direito – for tomado de modo dogmático, desenvolve-se uma espécie de marxismo dos juristas, e o alcance da crítica ao Direito é restrito, na melhor das hipóteses, aos professores e alunos dos cursos universitários de Direito, aos juristas e futuros juristas. As tarefas da crítica ao Direito certamente são mais amplas, tanto em Pachukanis quanto naqueles que pretendem dar continuidade em seu ímpeto de criticar o

Direito, a forma jurídica e o capitalismo. Por isso, é preciso tanto estudar o autor soviético com seriedade quanto ir adiante.

Bibliografia

- BETTELHEIM, Charles – *A luta de classes na União soviética (V. 1)*. 2.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- BETTELHEIM, Charles – *A luta de classes na União soviética (V. 2)*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- BIERNE, Piers; SHARLET, Robert – Pashukanis and socialist legality. In BIERNE, Piers; QUINEY, Richard – *Marxism and Law*. 1.^a ed. Nova York: John Wiley and Sons, 1982. ISBN9780471087580.
- BIERNE, Piers; SHARLET, Robert – Towards a General Theory of Law and Marxism: Pashukanis. In BIERNE, Piers – *Revolution in law: contributions to the development of soviet legal theory, 1917-1938*. Nova York: Taylor & Francis, 2015. ISBN9780873325605.
- BOWRING, Bill – What was Pashukanis Seeking to Do with his Concept of ‘Legal Form’, and Does It Have Continuing Relevance? In CERCEL, Cosmin; FUSCO, Giam-Giacomi; TACIK, Prezemyslaw – *Legal Form: Pachukanis and the Marxist critic of Law*. 1.^a ed. Nova York: Routledge. 2025. ISBN 9781032724553.
- CERRONI, Humberto – A teoria socioeconômica de Pachukanis. In PACHUKANIS, Evgeny – *Teoria geral do Direito e marxismo*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017. ISBN 9788575595473.
- CHASIN, José – *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2009. ISBN 9788575591468.
- DEUTSCHER, Isaac – *Trotsky: o profeta desarmado*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. ISBN 9788520003664.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl – *O socialismo jurídico*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2012. ISBN 9788575592106.
- GOLDMANN, Wendy – *Mulher, Estado e revolução*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2014. ISBN 9788575593646.
- HEAD, Michael O. – *Marxism, revolution and Law: the experience of the early Soviet Russia*. Tese de doutorado. University of Western Sidney. 2004.
- HOBBSAWM, Eric – *Era dos extremos*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. ISBN 9788571644687.
- KASHIURA, Celso Naoto Jr. – *Sujeito de Direito e capitalismo*. 1.^a ed. São Paulo: Expressão popular, 2014. ISBN 9788564421677.

- KASHIURA, Celso Naoto Jr. – Sujeito de Direito. In BIONDI, Pablo [et al.] – *Léxico Pachukaniano*. 1.^a ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020. ISBN 9786586620351.
- KIVOTIDIS, Dimitrius – The withering away of the legal form. In CERCEL, Cosmin; FUSCO, Giam-Giacomi; TACIK, Prezemyslaw – *Legal Form and the end of Law*. 1.^a ed. Nova York: Routledge. 2025. ISBN 9781032724720.
- LENIN, Vladimir Ilitch – *O Estado e a revolução*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017. ISBN 9788575595749.
- LUXEMBURGO, Rosa – *A crise da social-democracia – Textos escolhidos (1914-1919) (Vol. VII)*. 1.^a ed. São Paulo: UNESP, 2011. ISBN 9788539301607.
- LUKÁCS, György – *Estética: a peculiaridade do estético*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2023. ISBN 9786557173152.
- MASCARO, Alysson Leandro – Apresentação. In PACHUKANIS, Evgeny – *Fascismo*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2020. ISBN 9786557170359.
- MARX, Karl – Crítica à filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In MARX, Karl – *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010. ISBN 9788575590642.
- MARX, Karl – *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. 1.^a ed. Madrid: Pablo Iglesias Editorial, 1988. ISBN 9788432306460.
- MARRA DE ANDRADE, Ana Carolina – A crítica ao direito nos “assim chamados” *Cadernos Etnológicos* de Karl Marx: os comentários a Henry Sumner Maine. *Verinotio – Revista online de Filosofia e ciências humanas*. Belo Horizonte. ISSN 1981-061X.29:1 (2024).
- MÉSZÁROS, István – *Para além do Capital*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2002. ISBN 9788575590014.
- MIALLE, Michael – *Introdução crítica ao Direito*. Lisboa: Estampa, 2005. ISBN 9789723321753.
- MILOVANOVIC, Dragan – Introduction to the Transaction Edition. In PACHUKANIS, Evgeny – *General Theory of Law and Marxism*. 2.^a ed. Londres: Transaction Publishers. 2003. ISBN: 9780765807440.
- NAVES, Márcio Bilharinho – Apresentação. In PACHUKANIS, Evgeny – *A teoria geral do Direito e o marxismo – Ensaios escolhidos (1921-1929)*. 1.^a ed. São Paulo: Sundermann, 2017. ISBN 9788599156889.
- NAVES, Márcio Bilharinho – *Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2000. ISBN 9788585934637.
- PACHUKANIS, Evgeny – *Teoria geral do Direito e marxismo*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017. ISBN 9788575595473.

- PAÇO CUNHA, Elcemir – Considerações sobre a determinação da forma jurídica a partir da mercadoria. *Crítica do Direito*. São Paulo. ISSN 2236-5141. 64 (2014).
- PAÇO CUNHA, Elcemir – Do fetiche da mercadoria ao “fetiche do Direito” e de volta. *Verinotio: Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas*. Belo Horizonte. ISSN 1981-061X. 19 (2015).
- PREOBRAZHEVSKY, E – La nueva economía. Trad. Felipe Sarabina. 1.ª ed. Cidade do México. Ediciones Era, 1971.
- RUBIN, Isaac Illich – *Teoria marxista do valor*. 1.ª ed. São Paulo: Polis, 1987.
- SARTORI, Vitor Bartoletti – Fetichismo, transações jurídicas, socialismo vulgar e capital portador de juros; o livro III de O Capital diante do papel ativo do direito. *Revista da sociedade brasileira de economia política*. Niterói. ISSN 2595-6892. 59 (2019).
- SARTORI, Vitor Bartoletti – Lukács e Pachukanis diante da gênese do Direito e da forma jurídica. *Revista Quaestio Juris*. Rio de Janeiro. ISSN 1516-0351. 16 (2024).
- STUTCHKA, Piotr – *O papel revolucionário do Direito e do Estado*. 1.ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2023. ISBN 9786553960824.

- Receção: 29.05.2024

- Aprovação: 11.03.2025

35

